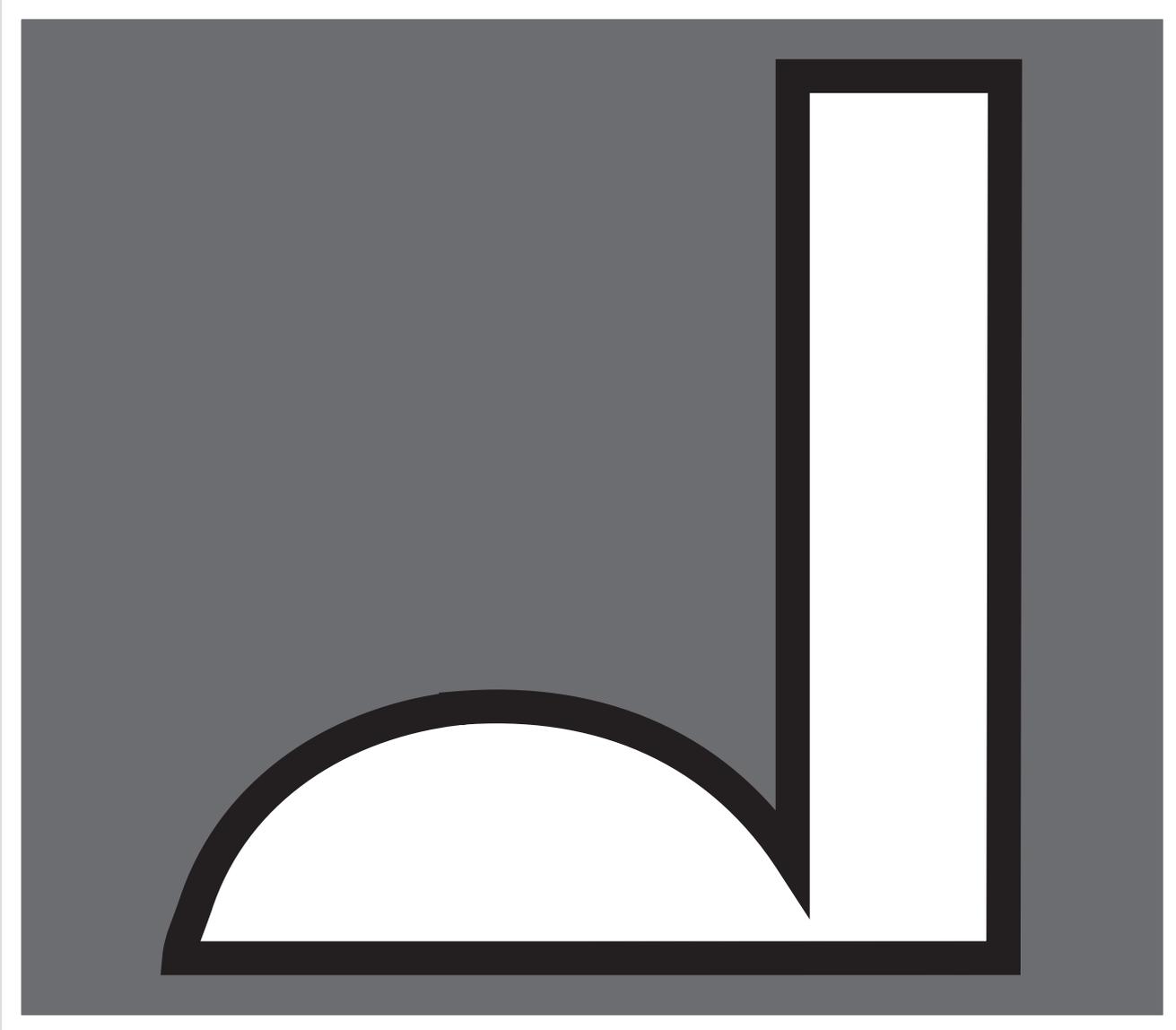




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 187 - TERÇA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

Renan Calheiros – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – BLOCO – PT – AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB – MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL – PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB – MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL – DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário

1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT

2º Papaléo Paes – PSDB – AP

3º Alvaro Dias – PSDB – PR

4º Aelton Freitas – PL – MG

LIDERANÇAS**MAIORIA (PMDB) – 21****LÍDER****Ney Suassuna****Vice-Líderes**Garibaldi Alves Filho
(vago)Gilberto Mestrinho
(vago)Amir Lando
(vago)**LÍDER DO PMDB – 21**

Ney Suassuna

Vice-Líderes do PMDB

(vago)

(vago)

Luiz Otávio

Gerson Camata

(vago)

Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp**LÍDER DO PTB – 4****Mozarildo Cavalcanti****Vice-Líder DO PTB**

Sérgio Zambiasi

LÍDER DO PDT – 4**Osmar Dias****Vice-Líder do PDT**

(vago)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PL/PSB) – 17****LÍDER****Delcídio Amaral – PT****Vice-Líderes**

Sibá Machado – PT

Antônio Carlos Valadares – PSB

LÍDER DO PT – 12**Delcídio Amaral****Vice-Líderes do PT**

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3**João Ribeiro****Vice-Líder do PL**

Aeton Freitas

LÍDER DO PSB – 2**Antonio Carlos Valadares****Vice-Líder do PSB**

(vago)

LÍDER DO P-SOL – 2**Heloísa Helena****Vice-Líder do P-SOL**

Geraldo Mesquita Junior

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA
MINORIA****(PFL/ PSDB) – 31****LÍDER****José Jorge****Vice-Líderes**

Álvaro Dias – PSDB

Tasso Gereissati – PSDB

César Borges – PFL

Eduardo Azeredo – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

Demóstenes Torres – PFL

LÍDER DO PFL – 16**José Agripino****Vice-Líderes do PFL**

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

Maria do Carmo Alves

Romeu Tuma

(vago)

LÍDER DO PSDB – 15**Arthur Virgílio****Vice-Líder do PSDB**

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

(vago)

Flexa Ribeiro

LÍDER DO GOVERNO**Aloízio Mercadante – PT****Vice-Líderes do Governo**

Romero Jucá – PMDB

Ideli Salvatti – PT

Garibaldi Alves Filho – PMDB

(vago)

Fernando Bezerra – PTB

Patrícia Saboya Gomes – PSB

EXPEDIENTE**Agaciel da Silva Maia**

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ronald Cavalcante Gonçalves

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 200ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 565/2005, de 14 do corrente, comunicando que em sessão Plenária do dia 9 do corrente, foi rejeitada a Emenda oferecida pelo Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005.... 39425

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 105, de 2005, de 11 do corrente, do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de julho a setembro de 2005..... 39425

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria a Zona Franca de São Luiz, no Estado do Maranhão..... 39425

1.2.4 – Ofício

Nº 1.165/2005, de 10 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 39434

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Protestos com o corte de 20 por cento no adicional de final de carreira dos servidores aposentados da educação no Estado de Mato Grosso. 39434

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Considerações sobre o desafio da inclusão digital no país. 39436

SENADOR *EDSON LOBÃO* – Justificativas ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, de S. Ex^a, que cria a Zona Franca de São Luis, no Maranhão..... 39437

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.287, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando

voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, ocorrido hoje, em Brasília. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Marco Maciel. 39438

Nº 1.288, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Marco Maciel. 39439

1.2.7 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Apelo ao IBAMA no sentido de que reajuste a demarcação da Floresta Nacional de Roraima e exclua da área os assentamentos de Vila Nova e Sumaúma. 39440

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Considerações sobre a mais séria crise por que passa a agricultura brasileira. Justificação de requerimentos que serão encaminhados a todos os ministros sobre liberação de verbas de interesse de 66 parlamentares que retiraram suas assinaturas do pedido de prorrogação da CPI dos Correios. Defesa da convocação do Ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos..... 39441

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Informa que o sepultamento de Dom Geraldo Ávila será no próximo dia 16 e haverá missa às 9 horas e 30 minutos, antes do sepultamento, na Catedral Rainha da Paz..... 39443

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Considerações sobre a ausência de recursos orçamentários em 2005 para algumas ações do Ministério da Educação. Acusação ao governo federal de incompetência na gestão da segurança pública. 39443

SENADOR *PAULO PAIM* – Agradecimento ao povo gaúcho pelo apoio prestado durante o lançamento do livro “Salário mínimo: uma história de luta”, de sua autoria. Movimento pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do Estatuto da Igualdade Racial..... 39446

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – O episódio da retirada de assinatura para a prorrogação dos trabalhos da CPMI dos Correios. 39449

SENADOR HERÁCLITO FORTES – A ausência de seriedade do governo em relação ao Orçamento. 39471

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 1.289, de 2005, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista João Avelino, ocorrido no dia 13 do corrente, em Porto Alegre. **À publicação**. 39473

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “R\$3,8 bi encaixados”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de novembro do corrente. 39473

SENADOR ROMERO JUCÁ – Luta pelo aniquilamento do tráfico de seres humanos no país. 39475

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Eles estão descontrolados”, de autoria do jornalista Rui Nogueira, publicada na revista **Primeira Leitura**, edição de outubro do corrente. 39476

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Pimenta nos olhos dos outros”, publicada na revista **Veja**, edição de 9 de novembro do corrente. 39480

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Guerrilha treina sem-terra”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 30 de outubro do corrente. 39481

SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “De ofício, um fingidor”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de novembro do corrente. 39482

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Muito calor e pouca fogueira”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 5 de novembro do corrente. 39483

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Doa a quem doar?”, edição de 8 de novembro do corrente. 39484

SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagem pela passagem do Dia do Cinema Brasileiro. 39485

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro de manchetes de capa dos principais jornais do país, edições de 12 de novembro do corrente. 39486

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, quarta-feira, dia 16, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 39492

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 28, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica. 39494

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.988 a 3.999, de 2005. 39530

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 200ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de novembro de 2005

3º Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Antero Paes de Barros, da Srª Serys Slhessarenko,
dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim e da Srª Íris de Araújo*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 565/05/PS-GSE

Brasília, 14 de novembro de 2005

Assunto: Comunica envio de MPV à sanção Presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 9-11-05, foi rejeitada a emenda oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (MPV nº 259/05, do Poder Executivo), o qual “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminhado, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2004), vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Aviso nº 105/2005**, de 11 do corrente, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23,

de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de julho a setembro de 2005.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2005

Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, definida como área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de implantar no município um centro industrial e comercial integrado à Amazônia e às demais regiões do País, bem como promover o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 2º Aplicam-se à Zona Franca de São Luís os incentivos fiscais previstos nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º e alterações posteriores do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais referidos no **caput** serão mantidos até o ano de 2023.

Art. 3º Fica a Zona Franca de São Luís sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que deverá promover e coordenar sua implantação.

Parágrafo único. A concessão dos incentivos fiscais a que se refere o art. 2º estará condicionada à aprovação de projetos pela Suframa.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, incluindo a definição da área a ser demarcada para instalação da Zona Franca no Município de São Luís.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Estado do Maranhão é, atualmente, o mais pobre da Federação, não obstante o esforço hercúleo de alguns dos seus governadores para reverterem tal situação na busca do crescimento. Apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) mais baixo do País (0,636, em 2000) e o menor Produto Interno Bruto **per capita** (R\$1.650, em 2002, a preços de 2000). Dos 100 municípios brasileiros com menor renda **per capita**, 83 são maranhenses. Isto por si mesmo já deveria despertar o interesse da União Federal para resolver tão aflitiva situação.

O Maranhão possui uma área de 331.983,293 km² (fonte IBGE), com 5,6 milhões de habitantes em 217 municípios. Sua economia se baseia nos serviços, no extrativismo (babaçu e carnaúba), na indústria (basicamente de transformação de alumínio e alumina, alimentícia e madeireira), na agricultura (soja, mandioca, arroz e milho) e na pecuária.

Embora o Maranhão pertença à região Nordeste (mais de dois terços de seu território), situado a oeste do meridiano de 44º, faz parte também da Amazônia Legal. Essa área, localizada a centro-norte e a oeste do Maranhão, é uma espécie de prolongamento da bacia amazônica, constituída por uma grande planície cujo clima vai do equatorial ao tropical úmido, cortada por algumas serras de baixa altitude e atravessada por grandes e perenes rios. A vegetação do Maranhão, a oeste, é de floresta amazônica, cerrado, ao Sul, mangues, no litoral e mata dos cocais, a leste.

Apesar de sua importância estratégica e do discurso oficial que propala a necessidade de reduzir os desequilíbrios entre as unidades da Federação, o Maranhão tem sido esquecido pelas políticas do Governo Federal. Apenas 7,3% do saldo das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em dezembro de 2004, foram canalizados para esse Estado. Com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 2001, foi cancelado o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), que beneficiava também a parte do Maranhão que pertence à Amazônia Legal.

A carência de recursos para investimentos, a falta de apoio do Governo Federal e a pequena participação da indústria de transformação na atividade econômica (apenas 15% do PIB do Estado, em 2001) têm gerado uma situação de baixo crescimento da economia e de exclusão social da maior parte da sua população.

A evolução da economia do Maranhão se deu em ritmo similar ao observado no contexto regional e nacional. No entanto, no período em que governei o Estado, de 1991 ao início de 1994, a economia maranhense cresceu igual em ritmo à brasileira e superior à nordestina, conforme demonstram as tabelas anexadas. Tais alterações para melhor foram possíveis graças ao número considerável de obras realizadas. Multiplicamos por três as escolas existentes e, com elas, os

professores, e recuperamos ou construímos centenas de quilômetros de rodovias, que se acrescentaram às milhares de outras obras concluídas no período. No meu governo não se contraiu um centavo de dívida pública, e pagamos as mais vultosas, originárias de administrações anteriores. Foi possível, assim, reduzir o estoque daquele imenso contencioso.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) constitui exemplo bem sucedido da dinamização da economia regional e de geração de milhares de empregos, diretos e indiretos. Com o estímulo proporcionado pela concessão de incentivos fiscais, e sob os cuidados da Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), instalou-se em Manaus um pólo industrial complexo, avançado e diversificado, que atualmente emprega em torno de 75 mil trabalhadores, fatura mais de R\$10 bilhões ao ano e agrega valor local em índices superiores a 70%. O Estado do Amazonas ocupa a segunda posição entre as economias da Amazônia, sendo o único da região a possuir PIB **per capita** superior à média nacional.

Tendo em vista que o Maranhão não tem conseguido se desenvolver de forma a superar a situação de estado mais pobre do País, é imprescindível incentivar as atividades produtivas que visem à geração de emprego e ao incremento da renda no Estado. Entendemos que a solução mais adequada e eficaz seja a criação de uma zona franca industrial em São Luís, nos moldes da Zona Franca de Manaus.

Convém notar que o Estado já conta com algumas pré-condições que facilitarão o escoamento da produção. O Porto de Itaqui, situado na capital, é o porto de águas mais profundas do Brasil, com operacionalidade de baixo custo. Por meio dele, os insumos importados poderão ser internalizados e a produção do parque industrial exportada para outros países. São Luís também conta com uma ferrovia moderna, cujos trilhos se interligam à ferrovia Norte-Sul e alcançam grandes rodovias e rios navegáveis. E contamos também com parte da ferrovia transnordestina.

A criação de uma Zona Franca em São Luís representaria um impulso significativo para a economia maranhense, com a geração de renda, empregos e melhoria das condições de vida da população. É nesse sentido, que propomos o presente projeto de lei que cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, definida como área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de implantar no município um centro industrial e comercial integrado à Amazônia e às demais regiões do País, bem como promover o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os incentivos fiscais a serem concedidos seriam os mesmos da ZFM, nos termos do Decreto-Lei nº 288, de 1967, e alterações posteriores. Ou seja, as empresas a serem implantadas na Zona Franca de São Luís teriam os mesmos benefícios fiscais e as mesmas obrigações daquelas instaladas em Manaus.

Os incentivos vigorarão até 2023, a exemplo do que acontece na ZFM.

A nossa proposta prevê a demarcação, pelo Governo Federal, de área específica para implantação da Zona Franca no Município de São Luís. A realização de novos investimentos e o incremento da produção e diversificação deverão criar uma base adicional para o Erário, nos níveis federal, estadual e municipal, a exemplo do que ocorre no Pólo Industrial de Manaus.

De forma a evitar a necessidade de criação de órgão da administração federal para gerenciar a nova zona franca, propomos que a SUFRAMA fique encarregada de promover e coordenar sua implantação.

Essa medida irá facilitar, ainda, a compatibilização da política da ZFM com a da Zona Franca de São Luís, uma vez que a SUFRAMA terá também a incumbência de aprovar os projetos a serem beneficiados com os incentivos.

Considerando que o presente projeto de lei possibilitará o fortalecimento da economia maranhense e a melhoria das condições socioeconômicas de sua população, peço apoio aos nobres pares para sua discussão e aprovação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2005.
– Senador **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Altera as disposições da Lei nº 3.173
de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.**

.....
Art. 3º A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação, e sobre produtos industrializados.

§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no **caput** deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

§ 2º Com o objetivo de coibir práticas ilegais, ou antieconômicas, e por proposta justificada da Superintendência, aprovada pelos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento, a lista de mercadorias constante do parágrafo 1º pode ser alterada por decreto.

Art. 4º A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

Art. 5º A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art. 6º As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação de exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

Art. 7º Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), e respectivas partes e peças, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota *ad valorem*, na conformidade do § 1º deste artigo, desde que atendam nível de industrialização local compatível com processo produtivo básico para produtos compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB). (Redação dada pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 1º O coeficiente de redução do imposto será obtido mediante a aplicação da fórmula que tenha: (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

I – no dividendo, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de produção nacional e da mão-de-obra empregada no processo produtivo; (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

II – no divisor, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de produção nacional e de origem estrangeira, e da mão-de-obra empregada no processo produtivo. (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 2º No prazo de até doze meses, contado da data de vigência desta lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo os coeficientes diferenciados de redução das alíquotas do Imposto sobre Importação, em substituição à fórmula de que trata o parágrafo anterior. (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 3º Os projetos para produção de bens sem similares ou congêneres na Zona Franca de Manaus, que vierem a ser aprovados entre o início da vigência desta lei e o da lei a que se refere o § 2º, poderão optar pela fórmula prevista no § 1º (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 4º Para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terres-

tres, suas partes e peças, excluídos os das posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa até 31 de março de 1991 ou para seus congêneres ou similares, compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), constantes de projetos que venham a ser aprovados, no prazo de que trata o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução de que trata o **caput** deste artigo será de oitenta e oito por cento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 5º A exigibilidade do Imposto sobre Importação, de que trata o **caput** deste artigo, abrange as matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem empregados no processo produtivo industrial do produto final, exceto quando empregados por estabelecimento industrial localizado na Zona Franca de Manaus, de acordo com projeto aprovado com processo produtivo básico, na fabricação de produto que, por sua vez tenha sido utilizado como insumo por outra empresa, não coligada à empresa fornecedora do referido insumo, estabelecida na mencionada região, na industrialização dos produtos de que trata o parágrafo anterior. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 6º O Poder Executivo fixará os processos produtivos básicos, com base em proposta conjunta dos órgãos competentes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no prazo máximo de cento e vinte dias, contado da data de vigência desta lei; esgotado este prazo, a empresa titular do projeto de fabricação poderá requerer à Suframa a definição do processo produtivo básico provisório, que será fixado em até sessenta dias pelo Conselho de Administração da Suframa **ad referendum** do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e da Secretaria da Ciência e Tecnologia. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91) (Regulamento)

§ 7º A redução do Imposto sobre Importação, de que trata este artigo, somente será deferida a produtos industrializados previstos em projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa que: (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

I – se atenha aos limites anuais de importação de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, constantes da respectiva resolução aprobatória do projeto e suas alterações; (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

II – objetivo: (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

a) o incremento de oferta de emprego na região; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

b) a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

c) a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estado da arte e da técnica; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

d) níveis crescentes de produtividade e de competitividade; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

e) reinvestimento de lucros na região; e (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

f) investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 8º Para os efeitos deste artigo, consideram-se: (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

a) produtos industrializados os resultantes das operações de transformação, beneficiamento, montagem e acondicionamento, como definidas na legislação de regência do Imposto sobre Produtos Industrializados; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

b) processo produtivo básico é o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 9º Os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições e subposições 8711 a 8714 da Tabela Aduaneira do Brasil (TAB) e respectivas partes e peças, industrializados na Zona Franca de Manaus, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos, de origem estrangeira e neles empregados, conforme coeficiente de redução estabelecido neste artigo, ao qual serão acrescidos cinco pontos percentuais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

§ 10. Em nenhum caso o percentual previsto no parágrafo anterior poderá ser superior a cem. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30-12-91)

Art. 8º As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns, ou embarcações, sob controle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vigor para a produção e circulação de mercadorias no País.

Art. 9º Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.

.....
(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

Posição do Maranhão no Ranking do Nordeste (PIB)

(valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB)

- 1988 – 4º lugar – R\$ 6.879.760,0 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, AL, SE, PI);
- 1989 – 4º lugar – R\$ 7.436.829,6 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de RN, PB, AL, SE, PI)
- 1990 – 4º lugar – R\$ 6.766.106,7 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, AL, SE, PI)
- 1991 – 5º lugar – R\$ 6.969.812,0 (atrás de BA, PE, CE, PB); (à frente RN, AL, SE, PI);
- 1992 - 4º lugar - R\$ 6.868.361,5 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, AL, RN, SE, PI)
- 1993 – 4º lugar – R\$ 6.966.017,4 (atrás de BA, PE, CE,); (à frente de RN, PB, AL, SE, PI);
- 1994 – 4º lugar – R\$ 7.754.242,8 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, AL, SE, PI)
- 1995 – 5º lugar – R\$ 7.727.913,4 (atrás BA, PE, CE, PB); (à frente de RN, AL, SE, PI)
- 1996 – 4º lugar – R\$ 8.934.136,1 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, AL, SE, PI)
- 1997 – 4º lugar – R\$ 8.898.844,4 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, AL, SE, PI)
- 1998 – 5º lugar – R\$ 8.273.258,2 (atrás de BA, PE, CE, PB); (à frente de RN, AL, SE, PI)
- 1999 – 5º lugar – R\$ 8.580.199,1 (atrás de BA, PE, CE, PB); (à frente de RN, AL, SE, PI)
- 2000 – 6º lugar – R\$ 9.206.844,8 (atrás de BA, PE, CE, RN, PB); (à frente de AL, SE, PI)
- 2001 – 4º lugar – R\$ 9.580.188,1 (atrás de BA, PE, CE); (à frente de PB, RN, SE, AL, PI)
- 2002 – 6º lugar – R\$ 9.648.325,2 (atrás de BA, PE, CE, PB, RN); (à frente de SE, AL, PI).

Sigla	Nome	Código de	Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes - Anual - R\$ de 20				
			1939	1947	1948	1949	1950
AL	Alagoas	27	389.019,4	517.227,7	558.843,0	596.846,8	608.159,7
BA	Bahia	29	1.911.842,3	2.339.640,8	2.462.357,2	2.483.888,6	2.707.204,5
CE	Ceará	23	898.195,7	998.504,6	1.099.693,5	1.214.608,8	1.500.536,0
MA	Maranhão	21	535.947,5	427.275,0	503.431,8	461.857,1	563.425,6
PB	Paraíba	25	572.235,0	724.551,1	869.088,3	925.335,9	1.057.261,3
PE	Pernambuco	26	1.893.227,9	2.183.892,3	2.455.368,1	2.510.198,2	2.764.229,9
PI	Piauí	22	371.764,5	372.173,3	298.453,4	295.329,1	306.826,4
RN	Rio Grande	24	340.914,9	497.242,4	534.685,7	585.363,2	646.004,7
SE	Sergipe	28	271.999,9	307.894,4	336.983,2	365.190,1	346.795,8

300 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
610.102,3	640.607,8	637.768,6	626.265,7	678.319,3	778.081,1	895.158,3	964.132,6
2.543.163,5	2.764.150,9	3.017.883,8	3.445.949,2	3.728.776,8	3.802.626,5	4.231.257,6	4.575.618,6
1.122.306,6	1.420.243,7	1.261.834,1	1.291.260,7	1.491.612,2	1.753.809,9	1.948.855,2	1.292.232,4
576.930,0	682.808,6	751.816,7	764.090,1	836.651,3	856.870,8	932.561,4	1.049.203,1
966.543,5	992.210,6	853.725,6	957.105,7	1.097.594,6	1.171.356,5	1.193.733,0	1.091.579,8
2.769.999,1	2.772.356,6	2.802.626,3	2.911.873,6	3.142.745,4	3.508.529,3	3.920.058,0	4.087.601,2
293.051,6	354.885,1	320.252,5	310.044,2	356.073,0	402.040,3	444.184,6	402.275,4
667.145,2	670.757,9	535.304,2	563.813,8	669.431,2	782.628,9	780.130,9	648.914,6
413.689,6	452.955,0	452.057,1	405.177,5	427.104,9	495.288,6	537.157,9	577.005,7

1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
919.611,6	1.008.421,8	1.144.885,8	1.252.177,6	1.293.639,1	1.278.653,8	1.241.828,8	1.160.257,0
4.691.181,7	5.302.864,0	5.194.037,3	5.634.532,6	5.307.161,6	6.077.029,6	6.373.365,8	6.576.170,0
2.069.584,4	2.455.561,9	2.628.162,7	3.246.543,0	3.190.077,5	3.411.680,9	3.447.448,2	3.119.113,8
1.189.479,8	1.380.270,4	1.489.295,8	1.840.796,5	1.681.469,6	1.676.919,2	1.675.021,8	1.702.461,6
1.378.397,8	1.776.434,7	1.846.471,8	2.354.905,9	2.145.144,9	2.170.696,9	2.212.452,9	1.649.193,5
3.934.012,8	4.349.178,7	4.884.138,6	5.573.564,6	5.962.872,5	5.860.795,3	5.792.122,7	5.500.084,8
471.598,2	512.651,1	639.058,0	830.533,8	659.794,9	764.319,9	757.719,9	752.531,3
950.089,8	1.110.229,3	1.175.505,2	1.415.441,8	1.441.455,8	1.391.456,5	1.412.074,8	1.386.978,8
583.376,7	612.011,1	717.580,9	904.686,0	836.937,6	785.073,0	801.223,7	852.837,6

1967	1968	1969	1970	1975	1980	1985
1.222.293,7	1.298.644,9	1.425.183,7	1.783.489,8	2.794.952,5	4.625.656,5	6.570.963,4
7.102.450,3	7.540.160,4	8.226.277,3	9.979.710,7	16.491.488,8	30.270.339,8	41.028.179,6
3.602.138,5	3.848.720,7	3.935.481,1	3.777.473,9	5.754.400,1	10.753.997,5	13.205.945,5
1.877.712,7	1.906.489,8	1.925.017,1	2.160.421,3	3.252.317,2	5.898.064,3	5.692.408,2
1.960.110,6	1.846.061,0	1.823.486,7	1.868.340,2	3.094.167,6	4.566.217,2	5.505.061,6
6.121.999,8	6.098.564,2	6.641.749,1	7.638.166,4	12.001.797,4	17.679.637,6	20.093.054,2
903.075,8	888.341,9	864.837,1	964.357,3	1.598.091,9	2.621.303,9	3.021.561,1
1.640.055,3	1.532.226,9	1.510.413,2	1.406.558,3	2.608.980,3	4.427.216,1	5.985.190,7
931.167,9	887.329,4	893.786,9	1.132.426,3	1.777.718,7	2.716.986,8	7.049.485,0

1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
6.359.932,4	7.052.681,7	6.083.771,5	5.527.870,2	5.991.469,7	6.094.908,5	6.155.865,7
41.507.659,7	39.882.000,5	42.574.125,0	43.221.215,5	38.105.190,0	37.692.539,6	37.372.516,6
14.030.115,2	13.557.368,4	14.372.780,4	14.738.905,7	13.731.540,1	15.685.584,0	15.620.752,5
6.490.627,5	6.064.153,7	6.879.760,0	7.436.829,6	6.766.106,7	6.969.812,0	6.868.361,5
6.167.329,7	6.179.773,0	6.115.988,2	6.664.745,2	7.167.621,2	7.245.150,9	6.320.398,4
22.811.187,5	23.445.295,9	23.250.235,4	24.175.754,2	22.547.677,2	24.757.246,0	22.718.448,7
3.444.066,3	3.373.808,8	3.316.025,9	3.577.675,5	3.798.031,6	3.903.836,7	3.515.321,4
5.911.540,7	6.099.691,0	6.065.617,2	7.215.069,9	6.090.357,4	6.725.002,5	6.113.862,5
6.850.398,4	5.660.931,6	5.566.337,4	5.191.523,4	4.875.158,0	5.475.776,5	5.392.622,9

1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
5.927.227,5	6.466.713,7	6.161.155,4	6.593.545,5	6.912.189,9	7.033.304,6	6.966.436,0
38.755.329,2	40.574.358,5	40.858.023,1	42.884.668,5	44.456.748,9	44.390.631,6	45.553.802,5
16.297.685,9	17.842.122,6	19.071.088,1	20.332.659,8	21.121.950,6	21.572.522,4	21.141.619,6
6.966.017,4	7.754.242,8	7.727.913,4	8.934.136,1	8.898.844,4	8.273.258,2	8.580.199,6
6.779.208,0	7.684.895,1	8.126.416,4	8.513.558,1	8.393.119,8	8.316.939,5	8.599.991,1
23.054.591,3	24.494.563,2	26.650.658,6	27.807.387,4	28.147.261,0	28.415.071,9	28.196.347,2
4.009.917,1	4.375.411,1	4.853.071,2	5.071.858,0	5.073.482,3	5.053.643,9	5.129.458,6
6.941.279,1	7.081.883,3	7.215.313,4	7.638.499,9	8.008.772,8	7.838.939,0	8.286.979,1
5.868.082,0	5.533.789,3	5.391.754,8	5.594.474,1	5.815.213,7	5.761.413,4	5.888.577,9

2000	2001	2002
7.022.922,8	7.044.934,6	7.406.906,0
48.197.173,8	48.630.456,1	52.468.470,9
20.799.548,0	20.086.399,8	20.449.042,2
9.206.844,8	9.580.188,1	9.648.325,2
9.237.736,8	9.560.481,1	9.829.125,6
29.126.795,6	29.527.644,4	30.845.915,2
5.329.536,4	5.188.540,1	5.209.419,7
9.293.319,3	9.152.557,3	9.828.280,8
5.920.725,1	7.635.795,6	8.022.810,5

TABELA Nº 1
ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO DA ECONOMIA DO
MARANHÃO, NORDESTE E BRASIL

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
MARANHÃO						
PIB (R\$ bilhões)	10,7	11,5	11,0	11,2	11,8	12,4
1990 = 100	100,0	107,5	102,8	104,7	110,3	115,9
Variação Anual	-	7,5	-4,3	1,8	5,4	5,1
NORDESTE						
PIB (R\$ bilhões)	132,7	135,9	133,9	131,5	144,2	150,6
1990 = 100	100,0	102,4	100,9	99,1	108,7	113,5
Variação Anual	-	2,4	-1,5	-1,8	9,7	4,4
BRASIL						
PIB (R\$ bilhões)	811,5	819,6	815,5	856,2	904,6	942,6
1990 = 100	100,0	101,0	100,5	105,5	111,5	116,2
Variação Anual	-	1,0	-0,5	5,0	5,7	4,2

FONTE: Brasil - FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DECNA; Nordeste e Maranhão - SUDENE/CPÉ/INE/Contas Regionais

TABELA Nº 2
ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DO
MARANHÃO, NORDESTE E BRASIL

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
MARANHÃO						
PIB per capita (US\$)	1.218,92	1.283,53	1.215,50	1.216,72	1.269,03	1.309,64
1990 = 100	100,0	105,3	99,7	99,8	104,1	107,4
Variação Anual	-	5,3	-5,3	0,1	4,3	3,2
NORDESTE						
PIB per capita (US\$)	1.744,10	1.758,05	1.710,58	1.659,27	1.798,65	1.854,40
1990 = 100	100,0	100,8	98,1	95,1	103,1	106,3
Variação Anual	-	0,8	-2,7	-3,0	8,4	3,1
BRASIL						
PIB per capita (US\$)	3.116,96	3.083,48	3.018,68	3.121,00	3.254,03	3.346,13
1990 = 100	100,0	98,9	96,8	100,1	104,4	107,4
Variação Anual	-	-1,1	-2,1	3,4	4,3	2,8

FONTE: Brasil - FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DECNA; Nordeste e Maranhão - SUDENE/CPÉ/INE/Contas Regionais

TABELA Nº 3
ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DO
MARANHÃO, NORDESTE E BRASIL

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
MARANHAO						
PIB per capita (US\$)	1.218,92	1.283,53	1.215,50	1.216,72	1.269,03	1.309,64
NORDESTE						
PIB per capita (US\$)	1.744,10	1.758,05	1.710,58	1.659,27	1.798,65	1.854,40
BRASIL						
PIB per capita (US\$)	3.116,96	3.083,48	3.018,68	3.121,00	3.254,03	3.346,13
<u>Maranhão / Nordeste (%)</u>	<u>69,9</u>	<u>73,0</u>	<u>71,1</u>	<u>73,3</u>	<u>70,6</u>	<u>70,6</u>
<u>Maranhão / Brasil (%)</u>	<u>39,1</u>	<u>41,6</u>	<u>40,3</u>	<u>39,0</u>	<u>39,0</u>	<u>39,1</u>

FONTE: Brasil - FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DECNA; Nordeste e Maranhão - SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000
 Todos os Estados do Brasil

Código	Estado	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
	Brasil	0.696	0.766	0.681	0.723	0.662	0.727	0.745	0.849
	53 Distrito Federal	0.799	0.844	0.801	0.842	0.731	0.756	0.864	0.935
	42 Santa Catarina	0.748	0.822	0.682	0.75	0.753	0.811	0.808	0.906
	35 São Paulo	0.778	0.82	0.766	0.79	0.73	0.77	0.837	0.901
	43 Rio Grande do Sul	0.753	0.814	0.702	0.754	0.729	0.785	0.827	0.904
	33 Rio de Janeiro	0.753	0.807	0.731	0.779	0.69	0.74	0.837	0.902
	41 Paraná	0.711	0.787	0.678	0.736	0.678	0.747	0.778	0.879
	50 Mato Grosso do Sul	0.716	0.778	0.675	0.718	0.699	0.751	0.773	0.864
	52 Goiás	0.7	0.776	0.667	0.717	0.668	0.745	0.765	0.866
	51 Mato Grosso	0.685	0.773	0.661	0.718	0.654	0.74	0.741	0.86
	31 Minas Gerais	0.697	0.773	0.652	0.711	0.689	0.759	0.751	0.85
	32 Espírito Santo	0.69	0.765	0.653	0.719	0.653	0.721	0.763	0.855
	16 Amapá	0.691	0.753	0.649	0.666	0.667	0.711	0.756	0.881
	14 Roraima	0.692	0.746	0.696	0.682	0.628	0.691	0.751	0.865
	11 Rondônia	0.66	0.735	0.622	0.683	0.635	0.688	0.724	0.833
	15 Pará	0.65	0.723	0.599	0.629	0.64	0.725	0.71	0.815
	13 Amazonas	0.664	0.713	0.64	0.634	0.644	0.692	0.707	0.813
	17 Tocantins	0.611	0.71	0.58	0.633	0.589	0.671	0.665	0.826
	26 Pernambuco	0.62	0.705	0.599	0.643	0.617	0.705	0.644	0.768
	24 Rio Grande do	0.604	0.705	0.579	0.636	0.591	0.7	0.642	0.779
	23 Ceará	0.593	0.7	0.563	0.616	0.613	0.713	0.604	0.772
	12 Acre	0.624	0.697	0.603	0.64	0.645	0.694	0.623	0.757
	29 Bahia	0.59	0.688	0.572	0.62	0.582	0.659	0.615	0.785
	28 Sergipe	0.597	0.682	0.582	0.624	0.58	0.651	0.63	0.771
	25 Paraíba	0.561	0.661	0.543	0.609	0.565	0.636	0.575	0.737
	22 Piauí	0.566	0.656	0.518	0.584	0.595	0.653	0.585	0.73
	27 Alagoas	0.548	0.649	0.556	0.598	0.552	0.646	0.535	0.703
	21 Maranhão	0.543	0.636	0.505	0.558	0.551	0.612	0.572	0.738

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Área Territorial Oficial**Consulta por Unidade da Federação**Brasil: 8.514.876,599 km²

Código UF	Unidade da Federação	Área (Km²)
11	Rondônia	237.576,167
12	Acre	152.581,388
13	Amazonas	1.570.745,680
14	Roraima	224.298,980
15	Pará	1.247.689,515
16	Amapá	142.814,585
17	Tocantins	277.620,914
21	Maranhão	331.983,293
22	Piauí	251.529,186
23	Ceará	148.825,602
24	Rio Grande do Norte	52.796,791
25	Paraíba	56.439,838
26	Pernambuco	98.311,616
27	Alagoas	27.767,661
28	Sergipe	21.910,348
29	Bahia	564.692,669
31	Minas Gerais	586.528,293
32	Espírito Santo	46.077,519
33	Rio de Janeiro	43.696,054
35	São Paulo	248.209,426
41	Paraná	199.314,850
42	Santa Catarina	95.346,181
43	Rio Grande do Sul	281.748,538
50	Mato Grosso do Sul	357.124,962
51	Mato Grosso	903.357,908
52	Goiás	340.086,698
53	Distrito Federal	5.801,937

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão Diretora, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. PSDB Nº 1.165, DE 2005

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro suplente, o Deputado Julio Semeghini, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero pedir a minha inscrição para uma breve comunicação, assim que for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, e sua fala será intercalada com a dos oradores inscritos.

A Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. S/Partido – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, prazo prorrogável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, os servidores da educação em Mato Grosso têm vivido um problema bastante grave e que mais está parecendo perseguição à categoria dos educadores, que, ao longo dos tempos, lutaram tanto, batalharam tanto e conseguiram uma lei que eu diria atende, em grande parte,

os seus interesses, as necessidades dos trabalhadores dessa área. Infelizmente, o Governo Blairo Maggi, em sucessivas tentativas, vem muitas vezes conseguindo retirar ganhos da chamada Lopeb, que seria a lei maior da educação no nosso Estado, o Mato Grosso.

Aos trancos e barrancos, os servidores da educação em Mato Grosso vão se desviando da incontável perseguição à categoria pelo Governo Maggi. Felizmente, uma liminar esta semana impediu mais uma injustiça contra os professores aposentados. Foi uma vitória parcial da categoria, que está apavorada com o Governo desse senhor.

Fui eleita para o cargo de Senadora, mas, profissionalmente, sou professora, e é como professora, acima de tudo, que procuro me manifestar desta tribuna. Sou professora e também aposentada, e, como professora e aposentada que sou, não posso deixar de protestar, com muita revolta, contra o ato desumano que o atual Governador de Mato Grosso, o poderoso Blairo Maggi, acaba de cometer contra os professores aposentados que integram os quadros do Poder Executivo do nosso Estado.

Atentem, prezadas Senadoras e Senadores, para essa drástica decisão do Governador Blairo Maggi, que retirou recentemente 20% do que os professores aposentados pelo Estado de Mato Grosso recebiam como Adicional de Final de Carreira.

E lá não há salário algum de muitos milhares de reais por mês! O salário de um professor aposentado do nosso Estado fica em torno de mil reais, mil e poucos reais. E o Governador Maggi, além de ter feito o corte de 20%, está obrigando os professores a devolverem o adicional que já receberam, o que é pior! Além da perda, ainda há a devolução.

Faziam jus a esse benefício todos os professores e professoras que se aposentaram até o final de 1998, quando ocorreu a implantação da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino (a LC 50).

Dessa forma, o que se vê agora é que, alegando duplicidade no pagamento, o Governador Blairo Maggi, que não tem vivência nem sensibilidade para com os dramas vividos pelo funcionalismo do Estado, determinou a retirada de algo em torno de R\$250,00 dos *holerites* de todos os professores aposentados, dinheiro referente aos valores do Adicional de Final de Carreira, numa decisão que afronta o princípio da irredutibilidade dos vencimentos, conforme está afixado na Constituição da República, em seu art. 37, inciso XV.

É uma decisão de quem desconhece o dia-a-dia, as necessidades, as conquistas históricas da categoria dos professores mato-grossenses, tão bravamente organizados em torno do Sintep, Sindicato dos Traba-

lhadores do Ensino Público, que se constitui na maior força organizada dos trabalhadores lá do nosso Estado de Mato Grosso.

Claro que essa é uma decisão que não vai ficar barata. Por meio de sua assessoria jurídica, o Sintep já impetrou mandado de segurança contra a medida discriminatória do Governador de Mato Grosso, o Sr. Blairo Maggi, que dessa forma resolveu prejudicar os idosos da educação, aqueles profissionais que já deram tanto pela formação dos filhos e filhas de nossa terra e que tanto contribuíram para o desenvolvimento e o progresso de nossa região.

Com uma penada só, o Sr. Blairo Maggi retira dos sofridos professores e professoras aposentadas uma quantia que gira em torno de R\$250,00 por mês, de acordo com os cálculos do sindicato da categoria.

Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros que, como eu, também é Senador pelo Estado de Mato Grosso, se o que está sendo tirado dos salários dos aposentados da carreira do magistério de Mato Grosso é em torno de R\$250,00, o que equivale a 20% do salário deles, dá para fazer uma conta muito fácil de que cada um deve ganhar pouquinho mais do que R\$1.000,00. Não bastasse estarem perdendo R\$250,00, que já tinham sido incorporados a seus salários, estão tendo que devolver aquilo que já receberam em inúmeras parcelas. Um verdadeiro descalabro. Se o Sr. Blairo Maggi tivesse o mínimo de decência, o mínimo de compromisso que o seu Partido, o PPS, diz ter com os assalariados, deveria determinar a imediata suspensão dessa medida e o restabelecimento dos valores que eram pagos aos professores aposentados antes que se processasse essa decisão arbitrária, truculenta, um despróposito sob qualquer ângulo que se analise a questão.

Devo aqui lembrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, em 1998, quando se discutia a Lopeb, para dirimir qualquer dúvida que houvesse com relação ao direito dos professores aposentados, a Comissão de Enquadramento, formada à época por representantes do Sintep, da Secretária de Educação e da Secretaria de Administração do Governo do Estado, fez uma consulta à Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso sobre a incorporação ou não desses 20% na composição dos subsídios no final de carreira.

Naquela ocasião, parecer assinado pela Procuradora Dr^a Jussara Caramuru Biancardini, profissional da mais alta respeitabilidade, que representava a Procuradoria-Geral do Estado, em decisão que foi posteriormente corroborada pelo então Governador Dante de Oliveira, estabeleceu:

Os professores aposentados que tiverem incorporadas aos seus proventos as vantagens de gratificação de final de carreira, conforme inciso II do art. 219 e art. 220 da Lei Complementar nº 04/90, porém sem previsão legal da referida vantagem no subsídio único (art. 44, LC nº 50/98), não terão nenhuma alteração quanto aos seus proventos face à proteção constitucional ao direito adquirido.

Vejam aí o tom peremptório desse parecer. E foi com base no que relatou a ilustre Procuradora Dr^a Biancardini que o então Governador, Dante de Oliveira, incorporou o Adicional de Final de Carreira, no valor de 20%, aos subsídios dos professores aposentados, compondo remuneração única.

Em 2001, todavia, uma primeira ameaça aos professores aposentados: o Governador Dante de Oliveira decidiu desincorporar o valor referente aos 20% de final de carreira, numa manobra que tinha como objetivo reduzir o impacto que os índices de recomposição salarial anual provocavam na folha de pagamento. Dessa forma, os índices incidiriam somente sobre o salário base (subsídio), ficando os referidos 20%, referentes ao final de carreira, congelados.

Agora, para complicar, alegando duplicidade de pagamento, o Governador Blairo Maggi decide retirar dos holerites dos aposentados esses 20%, o que representa uma violência inaceitável. Manifestamo-nos aqui contra essa decisão. O Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso, em todas as suas instâncias, vai se mobilizar no sentido de derrubá-la, restabelecendo os direitos dos professores aposentados, que estão sendo atacados. Não vamos deixar que roubem desses profissionais esses recursos que são fundamentais para a sua sobrevivência.

O Partido dos Trabalhadores, nas Câmaras, na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal e em todos os espaços e fóruns em que atua passa a denunciar essa decisão do Governador Blairo Maggi como uma decisão antipopular, antiética, uma decisão inaceitável, que precisa ser revogada o mais rapidamente possível.

Aqui eu quero fazer um parêntese, para lembrar a determinação da Deputada Vera Araújo, professora dos quadros do nosso Estado de Mato Grosso, que é uma lutadora, uma batalhadora e está à frente deste movimento. Como eu disse no início da minha fala, saiu uma liminar na semana que passou, determinando que o Governo do Estado imediatamente passe a cumprir a lei, ou seja, que os 20% do chamado fim de carreira sejam respeitados conforme a lei determina e não retirados, sacados, como acaba de ser feito pelo Governador Blairo Maggi.

Independentemente dessa liminar – todos sabemos que liminar é liminar, que pode a qualquer momento ser derrubada pelo julgamento do seu mérito –, nós aqui conclamamos o Governador Blairo Maggi para que tenha o mínimo de sensibilidade e saiba que não dá para fazer economia em Mato Grosso tirando R\$250,00 de cada profissional da educação pública do Estado. Que faça economia, sim, mas por outros meios, como, por exemplo, localizando e reduzindo gastos exagerados, e não tirando parcela do salário dos mais sacrificados, como demonstra sua história, que são os educadores do nosso Estado, que obtiveram uma vitória grandiosa com essa liminar que restabeleceu a incorporação do adicional de 20% de fim de carreira.

Sr. Presidente, eu queria também aqui dizer da minha solidariedade aos profissionais da educação, que sabem que sou professora – estou Senadora – de aula durante 26 anos na Universidade Federal de Mato Grosso. Fui Secretária de Educação e Cultura quando essas duas secretarias funcionavam conjuntamente. Os profissionais da educação que trabalhavam como educadores sabem muito bem do nosso procedimento. Lembram-se muito bem do trabalho feito por mim como Secretária de Educação, tanto é que, no dia em que fui demitida, houve paralisação geral de toda a categoria, que saiu pelas ruas com tarja preta no braço e cobriu as portas e janelas dos sindicatos com panos pretos. Temos a maior confiança e certeza do trabalho legítimo, determinado e confiável dos trabalhadores de educação.

Aproveitando o tempo que me resta, eu gostaria de dizer que Blairo Maggi devia, sim, preocupar-se com o ICMS de energia e telefonia do Estado do Mato Grosso, que é o mais alto do Brasil. Sr^{as} e Srs. Senadores, o ICMS de energia em Mato Grosso é 43%, quase 50%, quando todos sabemos, Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, que em todos os Estados, é 17%. No meu último ano como Deputada Estadual, consegui aprovar, por maioria apertada, a redução do ICMS de energia. Essa aprovação se deu no mês de novembro do último ano do meu mandato como Deputada; no ano seguinte, eu iniciava o meu mandato de Senadora. No início do Governo Blairo Maggi, uma das primeiras atitudes de S. Ex^a foi vetar esse projeto da redução do ICMS da energia que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso havia aprovado.

Estivemos várias vezes no gabinete do Governador Blairo Maggi no início do seu governo, apelando para que não vetasse, porque Mato Grosso, hoje um Estado eminentemente produtor de matéria-prima, precisa agregar valor àquilo que produz, à soja, ao algodão, à carne. A única forma de levarmos indústrias

para Mato Grosso é a redução do ICMS da energia. Não é possível cobrar 43% de ICMS, quase 50%, sobre a energia em Mato Grosso.

Comprometeu-se o Governador, à época, a constituir uma comissão para estudar e ver como faria essa redução gradativa. Até hoje não fez o estudo e sequer constituiu o grupo de estudo, e lá se vão três anos que ele está no Governo do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/partido – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu último pronunciamento procurei mostrar como, no Brasil, alguns procedimentos e práticas do regime democrático costumam ser exatamente os mesmos dos regimes discricionários. Utilizei-me dos exemplos do Fundo Nacional de Telecomunicações, instituído em 1967, e do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações, criado em 2000. Ambos tinham a mesma finalidade. E nenhum centavo dos bilhões arrecadados por um e por outro foram empregados para expandir, melhorar e aprimorar o sistema de telecomunicações no Brasil. Desapareceram no sorvedouro sem fundos do Tesouro Nacional.

Hoje, quero referir-me a um problema correlato, o desafio da inclusão digital em nosso País. A relevância dessa questão nada tem a ver, a rigor, apenas com o uso das alternativas contemporâneas de comunicações. Diz respeito a algo muito mais relevante, à possibilidade de tornarmos efetiva a participação popular, base, requisito e pressuposto da democracia participativa, aspiração que, na última década, ocupa as cogitações de pensadores, políticos e técnicos em boa parte do mundo civilizado. Só a potencialidade do uso das chamadas “Infovias” tornará possível combinar o sonho do Governo Eletrônico com a denominada teledemocracia. O desenvolvimento tecnológico que vai permitir a materialização dessa antiga aspiração só será possível, no entanto, se vencermos a limitação do que já se convencionou chamar de analfabetismo digital.

Em setembro de 2004, realizou-se em Paris o 5º Fórum Mundial da chamada E-Democracia, ou Democracia Eletrônica, um movimento que tem por base a Teledemocracia ativa, que consiste na declaração de ser a **Internet** um direito fundamental do cidadão. Trata-se de um programa a que já aderiram cidades como Atenas, Florença e o minúsculo Município de Jun, na Andaluzia, Espanha.

Reportagem publicada em agosto do ano passado no jornal **Folha de S.Paulo** mostrou que nas últimas eleições espanholas os eleitores dessa pequena cidade de dois mil habitantes, em sua grande maioria idosos, puderam escolher entre várias formas de votar. Eles formaram a maioria dos 81% dos eleitores, num País em que o voto não é obrigatório, e sequer precisaram ir ao local de votação. O voto foi transmitido por celular, usando o serviço de mensagens de texto ou por e-mail. Os eleitores foram identificados por um chip e todos os votantes tinham não somente a sua assinatura eletrônica, mas também a identidade eletrônica, recurso com o qual se evitaram fraudes. Um minuto depois de encerrada a votação o resultado já era conhecido.

Essa assinatura eletrônica, produto da informática, é expedida pela Casa da Moeda daquele país e somente pode ser solicitada pelo próprio usuário. A assinatura é descarregada em um chip criptografado que o cidadão usa como se fosse um cartão de crédito. Como todos os habitantes de Jun dispõem de assinatura eletrônica, não têm que entrar em fila ou ir a guichês de atendimento, podendo usar o computador para todo e qualquer trâmite administrativo.

O principal resultado dessa mudança, segundo as autoridades locais, foi aumentar a confiança dos cidadãos e, por conseguinte, a credibilidade das instituições públicas. Eles agora participam da vida social e política da cidade não só a cada quatro anos. Reuniões do Orçamento Participativo e Assembléias Municipais são realizadas **on line** e mesmo as crianças podem participar, enviando *e-mails* e sugestões, que entram na Ordem do Dia. A maioria dos habitantes se conecta à *Internet* por um sistema sem fio e, desde 2000, a telefonia sobre IP vem-se desenvolvendo no Município, mediante uma das redes mais seguras da Europa.

Para que a cidade não fique isolada num país em que apenas 21% da população tem acesso à *Internet*, o município começou a multiplicar sua experiência no Projeto Interville, que abrange cinquenta municípios da região da Andaluzia com menos de cinco mil habitantes, nos quais a informática dificilmente entraria sem uma ação específica.

Algo semelhante, mas em menor escala, já se verifica no Brasil, no Município de Sud Mennucci, pequena cidade de 7,5 mil habitantes a noroeste de São

Paulo, distante seiscentos quilômetros da capital e a 250 quilômetros de São José do Rio Preto, que dispõe de um orçamento de apenas R\$11,5 milhões. Lá, todas as pessoas que disponham de um computador e uma placa que permita conexão sem fio, ou uma antena, pode-se conectar à *Internet* em banda larga. A *Internet* via rádio chegou à cidade, segundo explica reportagem da **Folha de S.Paulo** de fevereiro deste ano, para resolver o problema da inexistência de um provedor local que obrigava os internautas, incluindo a Prefeitura e todo o sistema público, a fazer ligações interurbanas para acessar a rede mundial. Mediante um contrato com a concessionária de telefonia, foi instalado um *link* de acesso à cidade, que custa R\$3,2 mil mensais. A partir daí, a Administração Municipal, com investimento de dezessete mil, instalou uma antena de rádio que distribui o acesso às Secretarias Municipais, além da escola, hospital, biblioteca e delegacia de polícia. O passo seguinte foi abrir o acesso à população para se conectar ao provedor da Prefeitura, mediante uma antena cujo preço varia entre R\$350 e R\$500 para captar o sinal em casa.

No Brasil a grande dificuldade a vencer é a de baratear o custo de acesso à banda larga, aumentando sua velocidade e baixando as tarifas. Enquanto no Japão a maior empresa de banda larga do país cobra US\$38 mensais por um acesso de 50 *megabytes* por segundo, em nosso País, o acesso de um *megabyte* incluindo o provedor, custa o equivalente a US\$90 mensais. Uma velocidade muito menor por um preço que é mais do que o dobro do que se paga em um país em que a renda **per capita** é muitas vezes superior à do Brasil. Não é sem razão que, com uma população de 170 milhões de habitantes, tenhamos menos de três milhões de cidadãos com acesso à *Internet* via banda larga.

Mas esta já é outra questão, a que voltarei em outra oportunidade para abordar as desventuras do Governo eletrônico no Brasil, matéria em que estamos engatinhando em face da burocracia, do conservadorismo e da inépcia aqui dominantes. O desafio com que nos defrontamos, portanto, reside em vencermos as barreiras do isolamento que, cada vez mais, nos afasta das conquistas do mundo desenvolvido e, lamentavelmente, nos mantém na condição de um país em crônico estágio de desenvolvimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Teotônio Vilela.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, falo neste momento sobre

um assunto de fundamental importância para o meu Estado, o Maranhão. Estou apresentando ao Senado o projeto que cria a Zona Franca de São Luís, no Maranhão. Na elaboração da proposição, que fiz com a excelente assessoria da Consultoria do Senado, tivemos o cuidado de não infringir o art. 61 da Constituição, pois nada nela existe que possa interferir na competência privativa do Presidente da República.

A situação do meu Estado, Sr. Presidente, é de desconforto. Os levantamentos revelados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto continuam, infelizmente, indicando o Maranhão como o menos desenvolvido e o mais pobre da Região Nordeste. Isto, em que pesem os inauditos esforços desenvolvidos pelos que têm dirigido o Estado. O que se faz, em esforço, no âmbito estadual não tem tido correspondência por parte do Governo Federal. É como se o Maranhão não fosse, tanto quanto os demais, uma unidade da Federação Brasileira. As rodovias deterioradas e a carência geral de investimentos federais no Estado, que vêm motivando há anos os nossos protestos, apelos e pedidos, são os principais fatores impeditivos de análises otimistas que orientam os cálculos do IDH e do PIB maranhenses.

A evolução da economia do Maranhão se deu em ritmo similar ao observado no contexto regional e nacional. No entanto, no período em que governei o Estado, de 1991 ao início de 1994, a economia maranhense cresceu igual em ritmo à brasileira e superior à nordestina, conforme demonstram as tabelas de nºs 1, 2 e 3 que incluo neste pronunciamento. Tais alterações

para melhor foram possíveis graças ao número considerável de obras realizadas. Multiplicamos por três as escolas existentes e com elas os professores, e recuperamos ou construímos centenas de quilômetros de rodovias, que se acrescentaram às milhares de outras obras concluídas naquele período. No meu governo não se contraiu um centavo de dívida pública, e pagamos as mais vultosas, originárias de administrações anteriores. Foi possível, assim, reduzir o estoque daquele imenso contencioso. A União Federal, todavia, repito, não ajudou o Maranhão, ao contrário do que ocorreu em relação aos demais Estados.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a principal motivação do projeto que cria a Zona Franca de São Luís, um instrumento capaz de fazer aproveitar os portos marítimos ali existentes, tidos como de excelência. Precisamos fazer utilizar economicamente a abundância do seu estoque de energia elétrica, as suas ferrovias e rodovias, e tantas outras fontes multiplicadoras de empregos e de crescimento em estado latente e que somente não se realizam por falta de interesse da União Federal.

Por essas e tantas outras razões, tenho esperanças de que o referido projeto receberá o apoio desta Casa, corrigindo injustiças e desigualdades que paralisam os avanços pelos quais tanto luta o meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1287, DE 2005

Senador ANTERO PAES DE BARROS
Segundo Vice-Presidente

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Dom Geraldo do Espírito Santo Avila ocorrido no dia, *Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, most. da, em Brasília - DF*

- inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- apresentação de condolências à família,
- ao *Ministério da Defesa*

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 2005

Antero Paes de Barros
Francisco Maciel
Malosé

REQUERIMENTO Nº 1.288, DE 2005**Requer a inclusão em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no artigo 218, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila.

Justificação

Faleceu hoje, dia 14 de novembro, às 7h10min da manhã desta segunda-feira em Brasília, o arcebispo ordinário militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, 76 anos. Ele sofria de câncer nos rins desde agosto, quando começou a ser assistido por uma equipe médica, mas não resistiu à doença. A situação de Dom

Ávila foi agravada porque ele também sofria de diabetes.

Dom Ávila era natural de Datas (MG). Estava no cargo desde 12 de dezembro de 1990. Seu lema era “No Espírito Santo”. Foi ordenado sacerdote em 20 de novembro de 1953, nomeado bispo em 27 de junho de 1977 e sua ordenação episcopal aconteceu em 27 de junho de 1977.

Clérigo de intensa produtividade, teve as seguintes atividades exercidas durante o episcopado: Bispo Auxiliar de Brasília e Vigário Geral (1977-1990); Membro da Comissão de Tradução da CNBB; Suplente na comissão representativa da CNBB; Membro do Conselho Nacional de Escotismo; Vigário Episcopal do Vicariato Sul, Taguatinga e Ceilândia; Encarregado dos Movimentos Leigos, da Pastoral Familiar, Pastoral Carcerária e Pastoral da Saúde, Cursilhos, Curso de Noivos, Movimento Familiar Cristão, Eureka, Encontro de Casais com Cristo, Renovação Carismática, Pastoreio Militar e Vicentinos; Vice-presidente do Regional Centro-Oeste; Pastoral Litúrgica; Fundou em Brasília o Movimento Encontro do Pastoreiro Militar e a Pastoral dos Mendigos de Rua; Administrador Apostólico “Sede Plena” de Ipameri – GO (1996-1999).

Antes do episcopado exerceu as seguintes funções e atividades: Vigário Coadjutor; Vigário Substituto; Vigário Econômico; Pároco de Guanhões, MG (1954-1957); Cura da Catedral de Diamantina, MG (1957-1961); Vigário Geral de Brasília, DF (1962-1977); Diretor da Obra das Vocações Sacerdotais (OVS) na

Arquidiocese de Diamantina, MG; Professor de Filosofia da Educação, no Colégio Estadual Guanhões, MG (1954-1957); Fundador e Diretor Espiritual do Movimento Eureka (para jovens universitários); Vigário na Vila Planalto, Paróquia São José Asa Norte, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Aparecida no Gama – DF.

Além disso, teve os seguintes estudos realizados: Teologia, Seminário Maior de Diamantina, MG (1941-1953); Filosofia, Seminário Maior Provincial de Diamantina, MG (1949-1953); Sociologia Religiosa, Rio de Janeiro, RJ (1957);

Ensino médio, Seminário Menor de Diamantina, MG (1941-1950); Ensino fundamental e básico, Escolas Reunidas de Datas, Seminário Menor de Diamantina, MG (1935-1940).

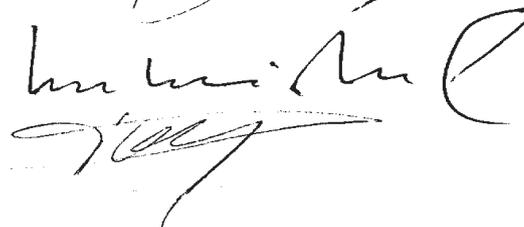
Teve as seguintes obras publicadas: “**Oração da Paróquia**” (1971); “**Você em Oração**” com 300.000 exemplares em 9 edições (1975).

Como desejou durante a vida, o arcebispo será sepultado na Catedral Rainha da Paz, nesta quarta-feira (16), às 9h30min, a mesma onde será velado. Ele faleceu em casa, na Quadra 112 da Asa Sul, em companhia de familiares.

Perde o País, perde a Igreja e principalmente, perdem os fiéis, este grande e digno representante divino. Tenho a convicção que, da maneira como ele a transmitiu, a certeza de sua fé não nos deixará desamparados neste momento em que tanto necessitamos de graças.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

Senador PEDRO SIMON



O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Esses requerimentos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilus-

tre Senador pelo Estado de Mato Grosso Antero Paes de Barros, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento eu gostaria de expressar sentimento de toda a Casa, visto a requerimentos de pesar apresentados, por mim e pelo Senador Pedro Simon, em virtude do falecimento de Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, ocorrido às 7 horas da manhã de hoje.

O requerimento pede a inserção na Ata desta sessão de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e também envio de mensagem ao Ministro da Defesa, vez que Dom Geraldo Ávila, desde 1990, exercia as funções de Arcebispo Ordinário Militar do Brasil.

Dom Geraldo Ávila nasceu em Minas Gerais, na Cidade de Datas, no ano de 1929, ingressou no Seminário de Diamantina, em 1941, ordenou-se Sacerdote, em 1953, Monsenhor em 1970, foi nomeado Bispo Auxiliar de Brasília, em 1977, função em que permaneceu até 31 de outubro de 1990, data de sua elevação a Arcebispo Militar do Brasil.

Além dessas passagens de sua vida, menciono que também foi Vigário, Cura e Juiz do Tribunal Eclesiástico de Diamantina, Cônego do Cabido Metropolitano, da mesma Cidade, Diretor de Obras Vocacionais da Arquidiocese de Brasília, Vigário Geral de Brasília, Cura da Catedral da Capital Federal. Possuía muitas condecorações, entre elas, as da Ordem do Mérito Militar, da Ordem do Mérito da Justiça de Trabalho, do Governo do Distrito Federal, além das Medalhas do Pacificador e do Mérito Mauá, esta última do Ministério dos Transportes.

A morte, para nós cristãos, é passagem para o transcendente, isto é, para a vida eterna. Aliás, diz, com muita propriedade, o cardeal Dom José Freire Falcão, “a morte física é o princípio da vida eterna. A morte não passa, portanto, de um acidente da vida, é passageira”. Aliás, Jesus compara a morte de Lázaro a um sono, isto é, o transcurso de uma vida para outra. Joaquim Nabuco, em seu livro **Massangana**, diz, usando uma expressão latina **mors omnia solvit**, isto é, a morte tudo dissolve, exceto, frisa ele, o Amor, que liga o falecido a Deus.

Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila foi um exemplo de Sacerdote e de Pastor. E sua vida, depois dos breves tempos que passou em Minas Gerais, onde nasceu, foi praticamente dedicada à Igreja de Brasília e, posteriormente, à condição de Arcebispo Militar do Brasil. Orador, teólogo, conhecia muito a patrística e a doutrina social da Igreja. Deixou em Brasília – e por que não dizer, no Brasil – muitos amigos. A morte para nós, católicos, é o verdadeiro natal do homem, mas não podemos deixar de reconhecer que toda vez que

perdemos um amigo isso nos deixa tristes, e o que nós fazemos nessa ocasião é orar pelos falecidos, e é o que fazemos, neste instante, com relação a Dom Geraldo Espírito Santo Ávila.

Santo Agostinho certa feita afirmou: “Uma lágrima pela morte evapora; uma flor sobre o túmulo logo murcha. Só a oração sobe a Deus”. A morte, enfim, é o momento, portanto, dessa passagem de um mundo a outro, ou seja, da cidadania terrestre para o que poderíamos dizer a cidadania celeste, esta definitiva, posto que eterna.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra posteriormente, pela Liderança do Governo, mas apenas para me associar aos requerimentos dos Senadores Marco Maciel e Pedro Simon, no que tange à homenagem que o Senado presta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Então, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, vamos colocar o requerimento em votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Senador Marco Maciel falou em nosso nome e disse tudo o que haveríamos de dizer com mais brilhantismo. O nosso pesar pela morte de nosso reverendíssimo arcebispo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Então, em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovados os requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB, consternado, associa-se à justa homenagem a Dom Geraldo, Arcebispo Militar do Brasil.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Iguualmente o P-SOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – A Mesa também se associa às homenagens e cumprirá a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, por cinco minutos, para comunicação urgente, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra, em nome da Liderança do Governo, para registrar um posicio-

namento pessoal e do próprio Governo, no que tange a uma questão específica de Roraima, mas extremamente importante para o nosso Estado e para cerca de 400 famílias assentadas pelo Incra nos projetos de assentamento Vila Nova e Sumaúma.

Estive recentemente nesses dois projetos e, ouvindo a população, nós fomos informados de que havia uma disputa territorial entre o Ibama e o Incra, que poderia envolver a retirada dessas 400 famílias de Somaúma e Vila Nova, que foram assentadas há cerca de dez anos.

Por uma questão de confrontação geográfica, a floresta nacional administrada pelo Ibama interage com o espaço do assentamento feito pelo Incra. Isso gerou um impasse no sentido de que não se pode produzir na floresta nacional na forma e nos moldes que o assentamento do Incra permite e, portanto, a população está em suspense quanto a essa solução.

Estivemos nas reuniões nas duas vilas, conversamos com a população, marcamos a nossa posição. Tivemos também um encontro com o Presidente do Incra, um entendimento com o Presidente do Ibama, com a gerente regional do Ibama e com o gerente regional do Incra em Roraima e com o Ministério Público Federal. Dessa forma, Sr. Presidente, estamos conseguindo construir uma solução de entendimento que vai fazer um reajuste no posicionamento da floresta, sem diminuição de área da floresta nacional, mas excluindo da região as duas áreas ocupadas, de Sumaúma e de Vila Nova.

Isso dará tranqüilidade às 400 famílias que estão ali assentadas e permitirá não apenas que continuem a morar e a produzir naquela região como proporcionará a possibilidade de que a região seja apoiada e melhorada. Hoje as duas vilas já possuem água, energia. Existem, como disse, mais de 400 famílias assentadas e em ritmo de produção. É fundamental que esse modelo de ocupação respeitoso ao meio ambiente seja apoiado.

Quero, nesta tarde, em nome da Liderança do Governo e em meu nome pessoal, marcar o posicionamento de trabalhar forte, incessante e rapidamente para solucionarmos definitivamente essa questão com a edição de um decreto ou projeto de lei que, efetivamente, faça as correções necessárias para que os habitantes, os moradores, os agricultores da Vila Sumaúma e Vila Nova continuem aspirando aos seus sonhos de produzir, trabalhar, gerar riqueza para sustento da sua família.

Portanto, fica aqui o posicionamento pedindo rapidez tanto à Direção Nacional do Incra quanto à Direção Nacional do Ibama para, na próxima semana, darmos

andamento e chegarmos a um denominador comum que vai levar à solução que estamos trabalhando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na semana passada, nesta tribuna, tive a oportunidade de defender que a boa democracia é aquela que pode investigar qualquer cidadão e que não faz bem à democracia brasileira estabelecer essa blindagem ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não deixando que seja convocado à CPI dos Bingos. Na oportunidade, disse também que isso só poderia se dar se fosse mudado o Código Penal, tornando inimputável o Ministro da Fazenda quando a “economia vai bem” (entre aspas), porque, na nossa opinião pessoal, a economia não vai bem. O mercado produtivo brasileiro não pode estar satisfeito com essa economia. O Estado brasileiro não podem estar satisfeitos com essa economia. O Governo Federal acaba de descumprir todos os acordos possíveis e imaginários para repassar os recursos da Lei Kandir. O setor produtivo está enormemente prejudicado.

Até agora, uma das âncoras que sustentaram o Real, a estabilidade econômica foi, indiscutivelmente, o setor da agricultura e da pecuária. Esse setor melhorou com os programas feitos pelo Governo do PSDB, como o Moderfrota, como a conquista dos mercados externos, como a possibilidade de o Brasil exportar mais, o que acabou, realmente, ocorrendo.

Entretanto, estamos vivendo a mais séria crise da agricultura brasileira. E, apesar de a Oposição reconhecer que o Ministro da Agricultura do Brasil é da área, tem experiência, conhece o setor da agricultura e da pecuária, não há uma decisão da política econômica do Governo brasileiro.

O Governo brasileiro é o grande responsável pelas dificuldades que o Brasil terá – e elas serão maiores no ano que vem – na área da agricultura e da pecuária.

Venho de um Estado produtivo, mas que ainda não verticalizou sua produção. Este é, inclusive, o grande desafio do Estado de Mato Grosso: transformar sua produção primária numa produção agroindustrial. Já temos a energia para isso, que é o insumo, a matéria

básica, mas continuamos como grande produtor de *commodities*. Então, o Estado sofre muito hoje, primeiro, com o Governo não reconhecendo o repasse da Lei Kandir. O que é a Lei Kandir? O Estado deixa de cobrar os impostos sobre os produtos que são exportáveis, e isso é bom para a balança comercial brasileira. E esse acordo se construiu com os Estados porque haveria um fundo de compensação do Governo Federal para que o Estado que não tivesse cobrado o imposto na origem fosse ressarcido pelo cofre da União. A União ganha, porque melhora a nossa *performance* no balanço de pagamentos, e os Estados ganham.

O que faz o Governo agora? O Governo do Presidente Lula, quando votou aqui a reforma tributária, colocou todos os seus Líderes para fazerem entendimentos com o Governo. E agora o Sr. Palocci, esse mesmo que não pode ser convocado pelas CPs, descumpra o acordo, não manda no Orçamento; o Orçamento está aí para ser votado.

Esta aqui é a Casa da Federação, independentemente de posição partidária. Eu acho que o Senado, por unanimidade, não deve aceitar votar o Orçamento se lá não estiver a questão da Lei Kandir! Falo isso na defesa do Mato Grosso, mas também na defesa do federalismo brasileiro. Chega dessa história de concentrar todos os recursos aqui, para que o Lula ganhe o título que saiu na imprensa na semana passada: "O Governo que mais pagou juros na recente história do Brasil". E observem que os outros pagaram muito.

Eu falo tudo isso para chegar a uma conclusão. Se na semana passada nós exigimos aqui a presença do Ministro Palocci na CPI, nesta semana nós assomamos à tribuna do Senado para dizer o seguinte: O Ministro Palocci tem que vir à CPI dos Bingos! A situação dele piora a cada 24 horas. O fim de semana não foi bom para o Sr. Palocci. As novas revelações do Sr. Buratti ao Ministério Público complicam mais o Sr. Palocci.

Não pode ser protegido alguém que tem como principal aliado aquele cidadão Poletto, cujo depoimento foi um fiasco na CPI dos Bingos. Mas eu defendo agora a convocação do cidadão Antonio Palocci, se houver governo no Brasil. Eu não quero entrar aqui na discussão entre gastar mais ou menos, travada entre a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Palocci; nessa discussão eu não entro; mas, se houver governo no Brasil, um Ministro da Fazenda com essas suspeições precisa ser retirado do cargo de Ministro da Fazenda.

Ora, eu li ontem que o Lula já admitiu ter errado quando não aceitou o que eu disse desta tribuna, deste lugar, no dia 13 de fevereiro de 2004: "Presidente Lula, o José Dirceu não pode ficar nem um dia a mais. Vai diminuir a autoridade dele, vai diminuir a autoridade do seu governo!"

A situação vivida pelo José Dirceu no episódio Waldomiro Diniz é a mesma vivida hoje por Antonio Palocci, Ministro da Fazenda! Ele precisa sair já! O Palocci precisa vir, sim, à CPI dos Bingos, para que se possa investigar a fundo as declarações do Sr. Buratti, para que se possa investigar a fundo a doação desse R\$1 milhão dos angolanos donos de bingos lá no Estado de São Paulo, para a campanha petista do Sr. Antonio Palocci.

Está desvendada a questão do mensalão. Para aliciar Deputados, comprá-los e pagar-lhes mesada ou semanada, o gerente era o José Dirceu. O tesoureiro, que fazia a entrada dos recursos, era aquele a quem brilhantemente o Prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, está chamando de TIC: Tesoureiro Informal da Campanha Antonio Palocci. Basta ver as figuras que são ligadas a ele: Buratti; Vladimir Poletto; os irmãos Barquete, um dos quais falecido, e sobre esse não vale a pena comentar.

Também há a questão da GTech, da Caixa Econômica Federal; a propina, a acareação da CPI dos Bingos, onde o gerente da GTech confirmou ter dado propina de R\$6 milhões ao PT, numa negociação comandada por dois grupos, o do José Dirceu, representado pelo Waldomiro, e o do Palocci, representado pelo Sr. Buratti.

O Sr. Buratti, em novo depoimento ao Ministério Público paulista, disse que o Sr. Palocci se reuniu com Waldomiro e com donos de casas de bingos. Isso fica fácil de ser provado. Eu denunciei aqui, no dia 13 de fevereiro de 2004, a ligação do Waldomiro Diniz com o José Dirceu. E já havia chegado à Casa a mensagem do Presidente da República, cumprindo aquilo que o Buratti disse ao Ministério Público. Ele mandou uma mensagem presidencial para legalizar o bingo, e ela chegou a esta Casa.

Então, não é possível querer estabelecer blindagem ao Ministro da Fazenda. Não penso que faz bem ao Presidente Lula dizerem assim: "Olha, Lula vai fazer um pronunciamento à Nação para defender Palocci, a sua honradez." Alto lá! O Presidente Lula tem de ser a favor da apuração, sem cinismo, como quando ocupou o programa de televisão Roda Viva para, depois, fazer um outro mensalão.

Estou entrando aqui na quarta-feira, Sr. Presidente, com um requerimento a todos os Srs. Ministros da República. Quero saber quanto foi liberado de emendas em 2005, de janeiro até hoje. Mas quero saber quem; quero saber sobre essas assinaturas retiradas. É preciso colocar uma lupa para saber se houve ou não um novo mensalão quanto a essas sessenta assinaturas retiradas!

No PSDB, houve um deputado lá do Piauí que retirou. Já disse ao Líder Arthur Virgílio que estou requerendo ao Partido um encaminhamento ao Conselho de Ética, claro que oferecendo ampla defesa para o Deputado dentro do Partido. Mas a nossa solicitação, o nosso pedido é para que ele deixe as fileiras do Partido. E, se o Partido resolver pela não expulsão, que resolva, pelo menos, pelo não oferecimento da legenda para uma candidatura em 2006. Isso não é possível!

O que pode levar um parlamentar a assinar uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, em seguida, retirar essa assinatura? Em sua consciência, o que pode levá-lo a fazer isso? O Brasil inteiro sabe quem liderou a retirada das assinaturas – o Ministro Jaques Wagner estava viajando para o exterior, representando o Lula; quem liderou tudo isso foi o próprio Luiz Inácio Lula da Silva, que é o chefe desse esquema todo. E a cada dia isso fica mais provado para o Brasil.

Estamos fazendo o requerimento e queremos saber de cada Ministério, daqui até o final do meu mandato. E todo mês vou renová-lo, para saber se houve liberação para esses sessenta e poucos “artistas” – entre aspas – que retiraram as suas assinaturas do pedido de CPI.

Respeito quem chega e fala que não vai assinar, porque, ou ele tem a convicção de que não é preciso a CPI, ou tem a convicção de que a CPI não faz bem ao Parlamento, à votação de uma agenda dentro do Congresso brasileiro. Esses merecem o nosso total respeito! Agora, o cidadão assinar e depois retirar a assinatura?! Ele já assina porque sabe que esse Governo transformou o Congresso Nacional num mercado persa, num balcão de negócios, e transforma o seu mandato num negócio para que possa receber vantagens por esse comportamento.

Quero também protestar desta tribuna contra mais uma declaração infeliz do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não sei se as Sr^{as} e os Srs. Senadores prestaram atenção quando o Presidente Lula disse o seguinte: “A Oposição está fazendo críticas ao Palocci? Então, eles vão ver quem vou colocar! Eu não vou colocar quem eles estão pensando!” Ou seja, o Lula quer ameaçar, chantagear o Congresso Nacional dizendo que não vai colocar um cidadão que atue na área da estabilidade, que vai colocar um irresponsável. Traduzindo a afirmação do Presidente Lula, é isso que ele queria dizer. Olha, o Governo tem autonomia, o Presidente tem autonomia, ele coloca e tira quem quiser. Este País convive bem com irresponsáveis. O Brasil é um país muito forte, tanto que está lá o Presidente da República, que faz uma gestão que compromete inclusive o futuro do Brasil, jogando fora oportunidades

mundiais que há muito tempo não se apresentavam com tanta constância para a economia brasileira.

Encerrando, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui o nosso apelo ao Senado da República. Tenho certeza de que a CPI dos Bingos já tem o requerimento pedindo sua convocação. Eu nutro a esperança, primeiro, que o Palocci seja convocado e, segundo, que seja convocado como cidadão Antonio Palocci. Se o Lula tivesse o mínimo de coerência, acompanhando, inclusive, a história recente do País, ele demitiria o Palocci hoje. Que aproveite o feriado, quando as pessoas comentarão menos. Não vejo a menor dificuldade em substituir o Palocci. Para cumprir o que o consenso de Washington manda fazer, não é preciso colocar nenhum *expert* na economia brasileira: basta nomear outro cumpridor de ordens para o Ministério da Fazenda. Espero, realmente, que o cidadão Antonio Palocci seja convocado e que deixe, imediatamente, o cargo de Ministro da Fazenda do Brasil.

Eu gostaria de fazer este registro e, ao final, a exemplo do que fez aqui a Senadora Serys Slhessarenko, quero me solidarizar com os professores do meu Estado, que agora estão tendo de enfrentar uma política de redução de salários no Estado do Mato Grosso.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Antes de convocar a nobre Senadora Heloísa Helena, próxima oradora inscrita, a Presidência informa que o sepultamento de D. Geraldo Ávila será no próximo dia 16 e haverá missa às 9 horas e 30 minutos, antes do sepultamento. Informa ainda que, a partir de hoje, haverá missas de três em três horas na Catedral Rainha da Paz, onde o Arcebispo será sepultado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante vários dias, nos últimos quinze dias, além de tratar, quando necessário, evidentemente, a cada dia, de uma nova patifaria das denúncias de corrupção, tenho tratado de temas diretamente relacionados a uma das razões de existir do Congresso Nacional. Sabemos todos nós que a razão de existir do Congresso Nacional não está vinculada a esse amontoado de rituais cínicos, mentirosos e esnobes e às poses que alguns senadores e deputados fazem, porque sabemos que aqui há muita pose e pouca estatura moral.

Não se trata disso. Sabemos todos nós as razões de o Congresso Nacional existir. A do Senado, especialmente, é representar a Federação, coisa que nós também, efetivamente, com raríssimas exceções, fazemos. Além de legislar, o que temos dificuldade de

fazer, porque o Governo adota a “legis pirataria” como conduta normal, pois são editadas medidas provisórias sem urgência e relevância, temos o dever de representar e fiscalizar.

Essa nobre tarefa de fiscalizar é algo que os governos fazem qualquer coisa para aniquilar. O Governo Fernando Henrique fazia, os anteriores a ele faziam e faz também o Governo Lula. Falo do Governo Fernando Henrique porque eu estava na liderança da Oposição ao seu governo. Fazem qualquer coisa para aniquilar a capacidade de o Congresso Nacional cumprir a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Essa aniquilação começa por construir as chamadas “bases de bajulação” em nome da governabilidade, que de governabilidade nada tem, pois nada mais é do que patrocinar o triunfo de liquidar a capacidade de fiscalização do Congresso Nacional em duas áreas.

Uma delas é impedir que o Congresso Nacional fiscalize os atos do Poder Executivo naquilo que estão relacionados aos crimes contra a Administração Pública. Tudo que está no Código Penal – tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, corrupção ativa e passiva – e que, no palavreado popular, significa vigarice política, demagogia eleitoralista, roubalheira, corrupção grosseira, caberia ao Congresso Nacional fiscalizar, como tarefa nobre, impedindo, assim, tais crimes contra a Administração Pública, garantindo que se cumprisse ao menos aquilo que foi encaminhado pelo Executivo, acordado e votado pelo Congresso Nacional.

É uma aberração. Hoje é o Dia da Alfabetização. Os “dias” são criados para se possibilitar o debate, para se analisar as políticas públicas que estão sendo viabilizadas, para se analisar se aquilo que foi conquistado na legislação está sendo cumprido, não por concessão das elites políticas e econômicas, não por concessão dos Legislativos ou dos Executivos, mas por uma conquista da sociedade. Então, esses “dias” criados são importantes para que possamos analisar o que vai sendo viabilizado.

O que é catastrófico é que, se analisarmos, por exemplo, o que o MEC gastou em relação ao dinheiro destinado à publicidade, veremos, para se ter uma idéia, que gastou 67% com publicidade e não desembolsou nenhum centavo no apoio à distribuição de material didático para o ensino de jovens e adultos. Ou seja, o Ministério da Educação não desembolsou nenhum centavo, nenhum real do que estava previsto no Orçamento, que o próprio Governo encaminhou e que o Congresso aprovou, para a distribuição de material didático para o ensino de jovens e adultos.

A capacitação de professores e a gestão do programa tiveram, até o atual mês, Senador Paulo Paim,

execução zero. Zero! Não houve absolutamente nada! O repasse a projetos municipais voltados às crianças de até seis anos teve zero de execução orçamentária! A capacitação de profissionais que monitoram as políticas educacionais teve, até o momento, zero de execução orçamentária! E os projetos municipais voltados a crianças de até seis anos também tiveram zero de execução orçamentária!

Por que estou falando sobre isso? Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a oportunidade, nas últimas quatro sessões, de tratar da questão. Há mais de quinze dias venho tratando do orçamento na área da educação, na área da saúde, na área da assistência social, sendo que nos últimos cinco dias vinha tratando, nesta Casa, sempre da área da segurança pública.

Há uma vinculação direta com essas questões. Sei que não apenas em Maceió, mas em todos os Estados brasileiros a violência bate à nossa porta, de forma covarde e abominável; sei que os filhos da pobreza estão sendo assassinados todos os dias nas periferias de Maceió, do interior de Alagoas, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul ou de qualquer outro lugar deste País. Sei que as nossas crianças de seis anos de idade, até porque os governos não têm políticas para as crianças pequeninhas, acabam sendo tragadas pelo narcotráfico como último refúgio. Não é à toa que hoje as crianças escolhidas, justamente porque se escondem com mais facilidade, para se tornarem “olheiros” do narcotráfico, são justamente as crianças de 5, 6, 7, 8 anos de idade.

Há várias histórias de dor e sofrimento da juventude excluída, que passa a ser tragada pela marginalidade e pelo narcotráfico como último refúgio, matando jovens inocentes, que não são vinculados à violência.

Houve um caso muito grave em Maceió. Muitos que nos ouvem neste momento dirão que esses casos ocorrem todos os dias, envolvendo os filhos da pobreza e os filhos da classe média que estão sendo assassinados pela violência cotidiana.

O caso a que me refiro é do Guilherme, filho de dois queridos professores nossos da Universidade Federal de Alagoas: a professora Belmira, que dedica a sua história recente a discutir ações concretas para impedir a violência contra a mulher; e o nosso querido Otávio, cuja tese de doutorado, Senador Paim, foi justamente sobre a Tragédia da Modernidade e a Violência Vinculada à Pobreza e ao Capitalismo. Foram justamente essas duas pessoas, que dedicaram tantos anos da sua vivência na sociedade e na universidade buscando alternativa para combater a violência, buscando alternativa para minimizar a miséria e a pobreza, que são fonte maldita para a violência, que tiveram o seu filho mais novo, Guilherme, assassina-

do covardemente depois de uma tentativa de assalto. O menino Guilherme, filho mais novo desse casal, foi assassinado covardemente por um outro jovem cuja vida tirou tudo o que ele tinha. Friamente, esse jovem disse na televisão que matou porque fora impedido de realizar o assalto.

O Otávio e a Belmira, que dedicaram todos os anos da vida, como muitos de nós o fazemos – muitos de nós –, porque sabemos exatamente qual é a dor no nosso coração quando se põe em risco a vida de nosso filho. Se observo em qualquer lugar da rua uma criança pobre sendo agredida, sendo vítima da violência, já fico profundamente indignada, imagine quando aquilo ocorre diretamente com o nosso filho. Se nós já sentimos a dor, no nosso coração de mãe, quando são os filhos da humanidade, os filhos da pobreza submetidos à violência, imagine quando ocorre na nossa própria casa.

Anteontem, sei que o Governador de Alagoas, a quem faço oposição, tentou fazer tudo para buscar as ações concretas em relação ao caso. Conversamos com representantes do Ministério da Justiça, que disponibilizou a Polícia Federal. O problema é que, quando estávamos todos envolvidos em encontrar o Guilherme, que até então entendíamos ter sido vítima de um seqüestro, ele já estava morto, covardemente assassinado, num quadro dramático. Quando lembramos o sorriso do menino e vemos a angústia dos seus pais, percebemos algo absolutamente lastimável, ficamos nos perguntando por quê.

É claro que existem os casos de agravos à saúde mental, existem os casos de violência relacionados à saúde mental que podem acometer todas as pessoas que passam a ser instrumentos da brutalidade. Mas, quando começamos a analisar quem foram esses jovens, quem são esses jovens excluídos que estão matando os outros jovens de bem, de bom coração, vemos que são jovens dos quais essa sociedade tirou tudo. Essa sociedade não deu o carinho, porque as famílias já estavam completamente desestruturadas; a sociedade capitalista, opressora, maldita, que não dá sequer uma possibilidade a criancinha de até seis anos. Como mostrei na execução orçamentária, ela não tem nada: não tem a creche, não tem o cuidado da pré-escola, é jogada na marginalidade, no banditismo, no narcotráfico como último refúgio; passa a vivenciar uma sociedade consumista em que só pode ser aceita diante do que tem. Então, ela perde tudo. A sociedade tirou tudo do jovem excluído, que vai para a marginalidade como último refúgio: a ternura do seu coração, a capacidade de se sensibilizar quando outro jovem inocente, de bom coração, pede piedade

para que não seja assassinado. É esse o nosso tipo de sociedade.

Este Governo é imoral, tal qual o Governo anterior, mas não se podem justificar a corrupção, a incompetência e a insensibilidade do passado com a desonestidade, a incompetência e a insensibilidade do presente.

Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a, inclusive, já falou do tema da violência. Eu já disse aqui, mas vou falar novamente – vou ficar falando todos os dias – da irresponsabilidade, da incompetência e da insensibilidade do Governo com a área de segurança pública não apenas porque mataram, infelizmente, mais um daqueles pobres meninos de bom coração, filho de dois professores de universidade, mas porque se matam todos os dias, em vários lugares do País.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, o Governo estabelece, para o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, como previsão orçamentária, apenas R\$16 milhões, enquanto destina R\$170 bilhões para “encher a pança” dos banqueiros e R\$87 bilhões aumentar o superávit e também “encher a pança” dos banqueiros. Dos R\$16 milhões que estavam previstos para o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, executaram até este mês R\$48 mil. Para o apoio à implantação de projetos de prevenção da violência no Brasil, que é essencial num País de dimensões continentais como o Brasil, estavam previstos na porcaria do Orçamento R\$54 milhões. O Governo, até este mês, liberou zero – nem R\$1,00 foi liberado.

Realmente, fica muito difícil ter paciência, ter serenidade com essas coisas. Fica muito difícil, porque a Belmira e o Otávio não são omissos, nunca foram omissos – volto a repetir. A Belmira, professora da Universidade Federal de Alagoas, dedicou a história recente da sua vida a propor alternativas concretas para o combate à violência contra a mulher; e o Otávio dedicou a sua tese de doutorado para tratar da tragédia da modernidade e da violência. Foi justamente seu filho que acabou sendo covardemente assassinado por um outro jovem, de quem a vida já havia tirado tudo. Quando ele respondia friamente na televisão o que fez com o pobre Guilherme, imaginei isto: um jovem excluído, filho da pobreza, de quem a sociedade tirou tudo – a sociedade não deu o carinho da infância, não deu a família, não deu a escola, não deu o lazer, não deu o emprego, não deu nada, tirou tudo. Quando se tira tudo de um jovem filho da pobreza, o que fica é apenas aquela possibilidade de ser tragado pela marginalidade, pelo narcotráfico como último refúgio.

Sei que o caso do Guilherme não é único. É por isso que, muitas vezes, quando vemos nossos filhos

ameaçados de morte, viramos onça mesmo. É muito fácil quando é o filho do outro, é muito fácil quando quem está sendo assassinado é o filho do outro, distante, na televisão, é o filho da pobreza, na favela, é o filho da classe média, em um sinal, vítima de um assalto, alguém que foi seqüestrado e assassinado covardemente.

O problema da nossa sociedade é a banalização. Segundo Hannah Arendt, grande filósofa judia: a banalização do mal. O problema da nossa sociedade é a banalização da patifaria, da corrupção, da vigarice política, em que o banditismo político passa a ser tratado com uma normalidade abominável, “vomitável”. E a violência, todos os dias, tira a vida dos filhos da pobreza, atirando-os na marginalidade, como último refúgio. E eles, por sua vez, tiram a vida de outros jovens, de bom coração, que nada têm a ver; e acabam sendo duas vítimas da mesma sociedade perversa.

E não posso deixar de analisar a situação. Por que o Governo faz isso? O Governo Lula faz pelo mesmo motivo que o Governo Fernando Henrique fazia, porque é um faz-de-conta o Congresso Nacional, é uma belíssima estrutura arquitetônica, mas muitos rituais mentirosos, esnobes, cínicos, dissimulados.

Nesta segunda-feira, porque é véspera de feriado, podemos ver meia dúzia de Senadores aqui – os de sempre, os que vêm nas segundas e sextas-feiras –, porque ninguém está nem aí. Certamente estão por aí, nas praias, em viagens internacionais. Não estão nem aí para nada! E como o Governo sabe disso, e sabe também que conta com o esquecimento da sociedade, os Parlamentares sabem que contam com a dinheirama no processo eleitoral e que, portanto, conseguirão esconder também as omissões, as complicitades, comprarão páginas da imprensa e serão apresentados como se tivessem feito algo que efetivamente não fizeram. Não estão nem aí com a situação de dor, de sofrimento e de miséria por que passa a grande maioria da população.

Espero que seja instalada imediatamente a comissão destinada a propor alternativas concretas para a área de segurança pública, conforme aprovado na quinta-feira, para que, em 30 dias, o Senado possa apresentar à sociedade uma proposta concreta, ágil e eficaz, a ser inserida já na proposta orçamentária, a fim de que possamos tratar tanto dos temas que significam mudanças estruturais profundas para acolher as crianças pobres desde o início, evitando que se transformem em assassinas potenciais em consequência da exclusão social e da marginalidade e para que possamos, de fato, construir uma sociedade justa, igualitária, fraterna e solidária.

Sei que muitas vezes as palavras ficam só no protesto. Depois, nada acontece. E quando se aproxima o final do ano, começa a vigarice política. O Governo monta o balcão de negócios. Não estão nem aí. Nesta semana, o que o Governo fez foi uma pouca-vergonha. É por isso que o povo odeia político, Senadora Iris de Araújo e Senador Paulo Paim. É tanta vigarice política, tanta demagogia “eleitoralista”, e depois não acontece absolutamente nada. Nesta semana, o Governo está liberando dinheiro do mesmo jeito, uma nova forma de mensalão, um novo balcão de negócios sujos, por meio do qual distribui cargos, prestígio, liberação de emendas e poder para que as mercadorias parlamentares – Senadores ou Deputados – retirem seus nomes dos requerimentos de prorrogação de CPIs. E isso acontece como se fosse algo absolutamente normal. É a tragédia de uma sociedade que se quer moderna, que se quer civilizada, essa sociedade não pode aceitar a banalização da corrupção, da violência, da vigarice política como algo absolutamente inalterado na história do País.

Portanto, todos os dias, tratarei da questão da violência pública, como venho fazendo nos últimos dias, exigindo providências do Governo. Que o Governo, que libera bilhões para encher a pança dos banqueiros, para viabilizar os interesses dos parasitas sem pátria e dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, que libera dinheiro e implanta no Congresso Nacional um balcão de negócios sujos para distribuir cargos, prestígio e poder para os Senadores e Deputados, que aceitam que o Governo coloque uma etiqueta na testa dizendo qual é seu preço, que também libere recursos para as áreas essenciais a fim de minimizar a dor, a miséria, a pobreza e o sofrimento de milhões de pessoas espalhadas pelo nosso País.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Iris de Araújo, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta segunda-feira para fazer um agradecimento todo especial ao povo gaúcho.

Na última sexta-feira, lancei, em Porto Alegre, o livro **Salário Mínimo – Uma história de luta**, que fala da batalha do salário mínimo no Congresso Nacional nos últimos vinte anos. Além de episódios, relatos,

depoimentos e falas do Dieese, da Cobap e da Anfi-pe, há também as falas dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e dos ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Mello e José Sarney.

Sr^a Presidente, por que o agradecimento? Em uma tarde de muito sol, começo a dar os autógrafos às 14 horas e 30 minutos. Duas mil pessoas aguardavam na fila para receber o livro. Havia muito sol, nem todos resistiram, mas 1.712 livros tive a alegria de entregar e assinar para cada gaúcho e cada gaúcha que lá esteve presente.

Senadora Iris de Araújo, para mim, foi um momento muito gratificante, pela forma como o livro era recebido. Para mim foi importante. Lá estavam aposentados, servidores públicos, índios, negros, brancos, de todas as etnias, de todas as raças, de todas as religiões. E receberam o livro como uma obra que relata fatos. Não é um livro partidário, mas um livro que contém críticas a esse ou aquele setor, de forma muito equilibrada.

Quando me perguntaram que Presidente fez a melhor política para o salário mínimo e para os aposentados, fui obrigado a responder: Nenhum. Porque não existe, até hoje, uma política de recuperação do salário mínimo que sequer recupere os benefícios de aposentados e pensionistas.

O gráfico do Dieese, muito bem explorado pela imprensa do Rio Grande do Sul, mostra um quadro interessante: se voltarmos a 1940, data em que o salário mínimo foi criado no País – e aqui está o discurso de Getúlio Vargas a respeito do decreto que cria o salário mínimo –, veremos que, ao longo desse período, em média, o salário mínimo tem hoje um valor correspondente a, no máximo, 50% do valor que tinha em 1940. Enquanto que o PIB, a riqueza do Brasil, teve um crescimento, conforme o gráfico, de 600%. Por essa razão, no projeto que apresento, faço o vínculo da elevação do salário mínimo exatamente ao PIB.

Agradeço à Gráfica do Senado Federal, à escritora e jornalista Maria das Graças Mangueira Este, que fez toda a análise e recolheu todo o material, ao Toninho (*Antônio Augusto Queiroz*), do Diap, ao João Resende Lima, ex-Presidente da Cobap, ao Márcio Pochmann, economista, ao Ovídio Palmeira Filho, que escreveu o outro texto, e a todos os assessores, tanto do meu gabinete como da Gráfica do Senado.

Sr^a Presidente, além desse agradecimento, queria muito, hoje, da tribuna, falar da importância que foi para nós todos a aprovação, na última quarta-feira, do Estatuto da Igualdade Racial. Este, para mim, é muito mais importante que o livro que relata fatos. O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado por unanimidade.

Eu não estava na sessão, por motivo de doença na família, e os Senadores de todos os partidos, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, aprovaram em dois turnos a proposta do Estatuto da Igualdade Racial.

Este Estatuto é fruto de trabalho que vimos levando na Casa há cerca de 10 anos: 5 anos na Câmara dos Deputados, praticamente 3 anos aqui no Senado e 2 anos trabalhando o seu formato.

Em primeiro lugar, agradeço muito ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Antes de viajar, falei com S. Ex^a, que me disse: “Viaje tranquilo, vá cuidar do seu problema familiar, que o Estatuto da Igualdade Racial, se depender de mim, se nenhum Líder complicar, será aprovado em dois turnos”. E ele cumpriu a palavra. Agradeço, de público, a S. Ex^a.

Não se trata de uma questão partidária nem ideológica, mas, sim, de uma postura de homens e mulheres, brancos e negros na busca de uma política de igualdade racial.

Agradeço também ao Senador Rodolpho Tourinho, que não queria fazer o substitutivo. S. Ex^a dizia-me: “Paim, o projeto é seu. Eu não farei substitutivo. Vou aprovar o seu projeto”. Eu tive de fazer um apelo ao Senador para conseguir a contribuição de todos os Senadores e de representantes da Casa Civil e da Seppir. Somente nesse instante, S. Ex^a disse: “Se é assim, se não há outra forma para agilizar o processo, farei o substitutivo mediante o apelo que me faz”. Agradeço muito ao Senador Rodolpho Tourinho a forma como conduziu esse relatório, que, com muito orgulho, posso dizer não ser fruto nem da Situação nem da Oposição, mas de todo o Congresso Nacional.

Senadora Iris de Araújo, realizamos uma reunião com Deputados Federais e Senadores. Reunimo-nos para redigir a redação final, com base nas propostas e nas emendas, fruto desse parecer elaborado pelo Senador Rodolpho Tourinho e aprovado por unanimidade, em dois turnos. Sei que V. Ex^a, inclusive, Senadora, esteve lá.

Agradeço também ao Senador César Borges, Relator em outra Comissão; à Senadora Roseana Sarney, Relatora em outra Comissão; ao Deputado Reginaldo Germano, Relator na Câmara, que acompanhou toda a negociação; e ao Deputado Luiz Alberto, que, em nome dos Parlamentares da Câmara, acompanhou todo esse entendimento. Meus cumprimentos ao Douglas, da Seppir, e à Ministra Matilde.

O Estatuto da Igualdade Racial é realidade. Estou esperançoso de que seja apreciado na Câmara dos Deputados ainda nesta semana e, quem sabe, promulgado no dia 20 de novembro, quando celebraremos 310 anos da morte do grande Zumbi dos Palmares.

Quero também me referir ao movimento negro organizado. E quando digo movimento negro organizado, quero que as pessoas entendam que, para mim, movimento pela igualdade e pela liberdade não é só de negros. É de negros e brancos, porque todos colaboraram para esse momento acontecer.

Há duas marchas marcadas em Brasília, uma para o dia 16, quarta-feira, e outra para o dia 22, tendo como eixo, Senadora Heloísa Helena, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Se houve um movimento mais forte nesta Casa e também no Executivo é porque sabiam que as marchas exigiriam a aprovação do Estatuto.

E é bom quando os Poderes constituídos conseguem, mediante uma aprovação como essa, de um estatuto, atender à demanda do que chamo de “bati-da dos tambores nas ruas”. O rufar dos tambores nas ruas é ouvido nos palácios de Brasília quando esse movimento resulta na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Espero muito que a Câmara cumpra agora a sua parte para que possamos ver o Estatuto aprovado.

Todos estão de parabéns. Repito: não se trata de uma vitória deste ou daquele Parlamentar, mas do Congresso Nacional e da sociedade organizada, pela forma como se mobilizaram para esse momento acontecer.

Nós conversávamos, ainda ontem, com Deputados, e todos me disseram que, se depender deles, o Estatuto será aprovado.

É claro que não quero ver, no meu País, Senadoras aqui presentes, o que está ocorrendo hoje na França: a rebeldia dos discriminados. Já aconteceu algo semelhante em outros países, inclusive no Brasil.

Mas, hoje, o foco da grande mídia é a França. Aqueles que se sentem discriminados reagem de forma violenta contra a agressão que é a discriminação.

E o Estatuto vem com o objetivo de construir a igualdade. Por isso que trata de políticas de cota, da terra dos quilombolas, da educação, da saúde, do mercado de trabalho, de firmeza da Justiça quanto aos atos considerados racistas e preconceituosos.

Senadora Iris, devo dar uma explicação para parte dos militantes que trabalharam no formato deste Estatuto, que estão perguntando: “E como ficou o Fundo?”. Sei que todos vão concordar – V. Ex^a, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Heráclito Fortes – que, quando se trata de despesas, o Congresso não tem a liberdade de gerá-las e de criar, para atendê-las, um fundo de aplicação nas políticas públicas. Isso só pode ser feito por meio de emenda constitucional. E alguém pergunta: “Mas e o Fundo da Pobreza?”. Esse Fundo foi criado por emenda constitucional. Por isso

buscamos uma redação constitucional, pois, se assim não fosse, não passaria na Comissão de Constituição do Senado nem na da Câmara. Mas não seremos impedidos de apresentar uma emenda constitucional, visando a criar um fundo específico para reparações, enfim, para o combate ao preconceito.

Deixo muito claro que construímos, com ajuda dos assessores aqui do Senado, do Executivo e também da Câmara, uma redação para que as verbas do Orçamento sejam usadas no combate ao racismo, ao preconceito e na busca das reparações, mas não poderíamos criar um fundo específico, porque isso não é competência do Legislativo, a não ser por meio de emenda constitucional. Emenda constitucional esta que já estamos encaminhando por meio de uma grande discussão aqui no Parlamento e também com setores do próprio Executivo.

Sr^a Presidente, o Estatuto da Igualdade Racial representa para o povo brasileiro a verdadeira carta de alforria que não veio em 13 de maio de 1888. Quando a Princesa Isabel assina a chamada Lei Áurea, ela diz: “Os negros estão libertos. Publique-se esta lei”. É praticamente lei de um artigo apenas, que não deixou espaço algum para que, efetivamente, os negros que deixavam de ser escravos tivessem direito ao estudo, à propriedade e ao trabalho.

Mas esta lei é muito inspirada no que foram, nos Estados Unidos, liderados por Martin Luther King, os direitos civis dos negros norte-americanos, que aquela marcha sobre Washington fez tornarem-se realidade, em primeiro lugar, na Suprema Corte norte-americana e, depois, no Parlamento, onde Martin Luther King é a grande referência.

Aqui no Brasil, construímos este projeto com muita discussão, passamos pelas mais diversas regiões do País, com longos debates. Há um capítulo especial, por exemplo, sobre saúde, tratando da anemia falciforme; há um capítulo especial tratando da situação da mulher negra.

Senadora Heloísa Helena e Senadora Íris, eu estava, quinta-feira, na Rádio Bandeirante, em Porto Alegre, já sabendo da repercussão positiva da aprovação do Estatuto. O Felipe, comentarista dessa rádio, leu para mim, no ar, um *e-mail* que ele recebeu de uma senhora, que dava o nome completo e o endereço. Só vou dizer: Passo da Areia – Porto Alegre. E o que dizia o **e-mail**?

Senador Paulo Paim, sou branca, sou uma militante da igualdade racial. Há mais ou menos trinta anos, fiquei grávida de um jovem negro. Meus pais me bateram até que eu abortasse o filho. Hoje o meu filho teria exatamente trinta anos.

No dia em que foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, recebi aquele **e-mail** entre as centenas de depoimentos que tenho recebido em meu gabinete durante anos, demonstrando que o racismo é uma realidade e tem de ser combatido por todos os homens de bem. Eu sentia que a voz de Felipe, que me entrevistava, ficou embargada quando leu o documento que tinha em mão, em que aquela senhora dava o nome completo, onde morava e dizia do seu compromisso com a igualdade, com a luta contra os preconceitos.

Esse Estatuto tem essa marca; são pessoas como essa que fazem com que nos sintamos felizes e cientes do dever cumprido. Essa lei, que tenho certeza será promulgada durante o mês de novembro, vai evitar que ocorram fatos como esse e tantos outros.

Uma menina me escreveu dizendo que, no seu colégio, uma criança raspou a pele com gilete, porque queria ver se por baixo era branca. Fez isso por causa do grande preconceito que tinham contra ela. É claro que nós sabemos que não tem nada a ver a cor da pele, e que nós trabalhamos com a igualdade, com a justiça, com a liberdade, entendendo que as políticas humanitárias devem estar em primeiro lugar. São centenas de cartas e documentos que recebo. Muitos me dizem: “Venha a nosso Estado, Senador, e veja aqui a nossa realidade.”

Eu espero que, após a sanção e a aplicação do Estatuto, possamos vir a esta tribuna, daqui a um ou dois anos, dizer, com alegria, que o preconceito racial diminuiu em nosso País. Estou convencido de que este País só fará parte do Primeiro Mundo quando nós conseguirmos efetivamente retirar, afastar, aniquilar, de uma vez por todas, do território nacional e oxalá do mundo o preconceito.

Vou terminar meu pronunciamento com uma poesia de minha autoria, que está no Estatuto: “Senhor, meu Deus, perdoai os ignorantes, porque somente os ignorantes conseguem ser racistas.”

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogável por mais cinco, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos presenciando um espetáculo muito triste, que é a tentativa que ainda faz o Governo Lula de impedir a prorrogação dos trabalhos da CPMI dos Correios.

Primeiro, o Presidente falta deslavadamente com a verdade ao participar do programa Roda Viva, que

foi uma verdadeira entrevista coletiva à imprensa, e lá declara que sua diferença em relação a períodos anteriores seria a disposição eterna de seu Governo de permitir CPIs e se deixar investigar. Dias depois, ele se desmente e é apanhado com a boca na botija: fica até à meia-noite no Palácio do Planalto, o que para mim configura claramente crime de responsabilidade, comandando pessoalmente esse processo espúrio de retirada de assinaturas. Consegui 66 retiradas, entre as quais, lamentavelmente, as de alguns integrantes da Oposição, e, para mim mais lamentavelmente ainda, a de um membro da oposição, cuja expulsão do Partido estou solicitando formalmente à direção do PSDB.

Não devemos ter companheiros para contar com eles só quando deles não precisamos. Precisamos contar com eles precisamente nas horas mais duras, nas horas de mais vicissitudes. E o deputado que retirou sua assinatura não se portou como alguém fiel ao seu partido. Portanto, preconizo uma punição dura, exemplar de modo a preservarmos a unidade e a disciplina partidárias. Não se faz oposição com discrepância de opiniões nesse nível.

Apesar disso, o Presidente sofre uma derrota. Ele se movimenta, libera verbas de maneira espúria, a meu ver, e não consegue retirar as assinaturas em número suficiente. Portanto, de acordo com o pronunciamento da Mesa do Congresso, a CPMI tem direito a funcionar até abril. O Presidente tenta e demonstra não ter força. Depois, dois Deputados ainda se dispõem a ir ao Supremo Tribunal Federal para retirar suas assinaturas por meio daquilo que eles imaginam que vai ser uma concessão da Suprema Corte. Não vejo cabimento jurídico. Vou aguardar o pronunciamento do Supremo, mas, sobretudo, está patente que, até este momento, o Governo Lula não se conformou com o funcionamento da CPMI dos Correios até abril.

Senadora Heloísa Helena, do que o Governo gostaria? Ele gostaria, muito claramente, de ver todas as CPIs terminarem sem apresentar relatório. Já eu acho que uma CPI pode apresentar um, dois ou três relatórios. Um relatório vencedor, da maioria, e um, dois ou três relatórios perdedores, que nem por isso deixariam de ser endereçados ao Ministério Público e nem por isso deixariam de fazer os seus efeitos e os seus alertas. O que é ideal para um Governo que quer embaralhar tudo? O ideal para o Governo, misturando as coisas e os valores, é o seguinte: as CPIs acabarem sem relatórios, inconclusas, portanto – parece uma redundância, uma tautologia, mas é assim –, de modo que o Governo, depois, possa propagandear que o Congresso está desmoralizado, que não queria apurar, que os membros das CPIs queriam aparecer, queriam holofote, queriam televisão, queriam mídia. E aí

o Governo parte para essa campanha desvairada que vai fazendo pela reeleição do Presidente Lula à Presidência da República. O Presidente Lula, em mantendo sua própria sanidade, tem certeza de que hoje não tem governabilidade para oferecer ao País. Ele não vai me dizer que vai governar com esses Partidos mensalistas, não vai me dizer que vai governar com a minoria de que dispõe hoje no Congresso Nacional, não vai me dizer que vai governar com o próprio Partido dele, que deverá sair magro e com a metade dos Deputados que elegeu em 2002. Não vai me convencer de que vai ser por essa via que ele construirá uma governabilidade para dar tranqüilidade ao País. Então, estou vendo a tentativa do Presidente de desmoralizar, de atingir o Congresso Nacional e desmoralizá-lo também por aí.

Estamos presenciando um clima inenarrável de denúncias. Qualquer uma delas, se estivesse em vigor o sistema parlamentarista de governo, já teria derrubado o gabinete do Primeiro-Ministro Lula, teria dissolvido o Congresso Nacional, novas eleições para o Parlamento teriam sido convocadas e uma nova maioria parlamentar teria sido constituída para tocar o governo para frente. O Brasil está paralisado porque no presidencialismo o Presidente Lula se mantém e nós estamos vendo um quadro que é o do apodrecimento aos poucos.

Em três meses, duas direções do PT foram mudadas, duas direções inteiras do PT. Uma caiu e a outra não vingou. Estamos na terceira em três meses. Dezenas de funcionários, de Ministro a outros escalões, caíram no Governo Federal. Deputados serão cassados – um Deputado já foi cassado –, Deputados que renunciaram, Deputados que ainda poderão aparecer, a surgirem novas fontes de financiamento do mensalão e a surgirem novos nomes, que podem surgir perfeitamente se a CPMI do Mensalão for – e a Bancada do PSDB já assinou o requerimento de prorrogação da CPMI do Mensalão também. Pedi aos Senadores do PSDB que todos rapidamente, acorressem a apor suas assinaturas, bem como foi essa a mesma decisão tomada pelo Líder Goldman, na Câmara dos Deputados, e a Oposição, de um modo geral, assinou, muito prontamente. Se acontecer qualquer inviabilidade ou inviabilização da CPI do Mensalão não será por culpa nossa; será porque, mais uma vez, o Governo terá tentado colocar o seu trator em funcionamento.

Mas é algo que a todos nos estarrece, porque estava lendo o jornal **O Globo** de ontem, e lá vem a Transparência Internacional dizendo que Angola seria, numa lista de 159 países, o oitavo mais corrupto do mundo. E a mesma pessoa jurídica do Sr. Marcos Valério no exterior, que abasteceu a conta de Duda Mendonça, quitando dívida de campanha do Presidente Lula, portanto configurando caixa dois em dólar e

configurando essa relação promíscua entre o público e o privado, como nunca se viu na República brasileira. Essa tal conta teria abastecido contas de ministros angolanos, mais de dois milhões de dólares, provavelmente, de propinas para ministros angolanos.

Uma autoridade do Governo angolano, de maneira muito esquisita – e, graças a Deus, esquisita para os ouvidos brasileiros – já diz que é muito comum e legal – seria legal na Angola, Senadora Heloisa –, e comum as autoridades receberem propinas ou comissões pelos negócios que intermedeiam.

Então, num país que se marca por todas as divisões tribais, por todas as dificuldades de construção do seu caminho, nós temos, ainda por cima, uma elite com direito a auferir comissões por negócios públicos. É algo que teria o Sr. Marcos Valério para lá mesmo. É como sangue para tubarão. Eu não duvido mesmo que tenha batido com os costados ali. Foi nadando, nadando, atravessou o Atlântico e foi parar em Luanda.

Eu me coloco a perguntar: até que ponto nós poderemos continuar tolerando isso? São bingueiros de Angola, também angolanos, acusados de terem contribuído com mais de um milhão de reais para a campanha presidencial do Presidente Lula; são acusações pesadas em cima do Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci; são acusações pesadas a todos os principais atores deste Governo; são acusações pesadas ao Presidente Lula, que verá, quarta-feira, o seu homem de confiança, Paulo Okamoto, sentado na CPI dos Bingos, para esclarecer sobre o tal empréstimo. Grave o empréstimo, porque Lula diz que não o contraiu. Não poderia ter contraído mesmo, porque o PT não é banco e não tem que emprestar dinheiro a ninguém. O PT não é banco, então não cobra juros. Como é que vai emprestar dinheiro a quem quer que seja, ainda por cima dinheiro público que construiu o Fundo Partidário?

Então, Lula diz que não contraiu empréstimo, o Okamoto diz que pagou o empréstimo. Mas, se Okamoto diz que pagou e Lula diz que não contraiu, Lula não demite Okamoto do Sebrae. Então, se Okamoto pagou o empréstimo, Lula mentiu de novo. E se Lula mentiu de novo, ou nós nos acostumamos com a idéia de que podemos ter um Presidente Pinóquio aqui, ou nós temos que realmente colocar em nós mesmos o nariz vermelho do palhaço nacional. O Presidente Lula, se Okamoto lhe pagou qualquer empréstimo contraído do PT, está numa situação difícil, porque Okamoto teria pago esse empréstimo ou com dinheiro dele próprio, na melhor das hipóteses, dinheiro auferido do que ele recebe por mês para sobreviver, seria dinheiro, portanto, do Sebrae, dinheiro público de novo – Lula o nomeia, ele paga a dívida de Lula –, ou, se foi dinheiro que ele

retirou do caixa do PT, esse dinheiro está emasculado pela convivência com o Valério, pela convivência com essas fontes de financiamento dos mensalões. Não dá para separar o que é dinheiro bom e o que é dinheiro ruim no PT, a esta altura. Em qualquer circunstância, é extremamente constrangedor nós termos a autoridade presidencial ferida neste ponto.

Eu meditava ainda há pouco que, se este Governo fosse minimamente normal, cairia com um desses escândalos, mas é tanto escândalo que eu devo dizer que a sensação que me passa é a de que a sociedade brasileira já se acostumou. Já estamos nisso há seis meses e vai ser um vazio, tipo final de novela. Quem assiste a novela se acostuma com aquela rotina e, quando a novela termina, fica com a sensação de saudade. É uma novela que já está sendo encenada há seis meses e talvez até faça falta. Já não dói nos ouvidos de ninguém mais ouvir aqui “novo escândalo”, “novo caso de corrupção”, “apareceu a fonte financiadora”.

Agora, pelo menos, eu tenho a sensação de que estou falando para a bancada da imprensa e para o Senador Paulo Paim. Mas é uma honra de qualquer maneira.

Em artigo magistral, veiculado nesse final de semana na revista **Veja**, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo disse que o Brasil está anestesiado pela seqüência de escândalos e não se importa mais. Segundo o jornalista, o escândalo Visanet, ou seja, a constatação de dinheiro público como fonte abastecedora do “valerioduto” e, portanto, do mensalão, equivaleria, no *bang-bang*, em um filme de *cauboy*, de *western* americano, a alguém ser preso com o cadáver do lado e o revólver fumegando, soltando fumaça. Era essa mesma a prova cabal.

Aqui, não. Aqui, parece que não aconteceu nada, e nós estamos revelando uma capacidade de suportar isso acima de muitos povos, acima de quase todos os povos que possam ter constituído uma democracia no mínimo tão madura quanto a brasileira se imagina. E olhe que temos revelado instituições sólidas, Presidente Paulo Paim. Temos revelado instituições que vão funcionando, apesar de toda essa crise de desconfiança que tem pairado sobre setores significativos do Congresso, e sobre setores mais do que significativos, até porque começando pelo Presidente da República, do Executivo. É extremamente grave todo esse quadro a envolver o País.

Peço, ainda, Sr. Presidente, que V. Ex^a encaminhe aos Anais algumas observações a mais que faço, com matérias publicadas pela imprensa brasileira, a respeito dessa tentativa infausta do Governo Lula de impedir a prorrogação da CPMI dos Correios. É tanto medo das CPIs que chegam a esse deslante. Deputados vão ao

Supremo agora conferir assinaturas, faz-se liberação de recursos, algo extremamente grave e que mostra mesmo que as CPIs teriam que funcionar até agosto.

O jornal **Estado de S. Paulo** de 12 de novembro veiculou a matéria “Presidente comandou operação no Planalto até meia-noite”, que peço que se publique na íntegra.

Da mesma forma, a revista **Época: Caixa-preta do Rural**. Ex-superintendente do Rural diz que o Banco ajudou PT e Marcos Valério no mensalão e que não tem empréstimo algum, era tudo uma fraude, tudo uma brincadeira, para dar a impressão de legalidade, mas o dinheiro mesmo era dinheiro espúrio, dinheiro público.

E já que estamos aqui às vésperas do feriado, quero entupir o **Diário do Senado**. Diz a revista **Veja**: “O verbo a serviço da ficção. Em entrevista, Lula faz declarações que não têm o menor apoio na realidade.” E ainda: “Um advogado “muy amigo”. Compadre de Lula, Roberto Teixeira pressiona pela reativação da caduca Transbrasil.” A acusação é de favorecimento ao compadre de Lula e à afilhada de Lula tentando reerguer uma empresa às custas de favores públicos.

E a fantástica coluna do jornalista Roberto Pompeu de Toledo intitulada “O ‘nosso’ Delúbio, santo, mártir, herói” dos petistas e da corrupção deste Governo.

E, mais, no jornal **O Estado de S. Paulo** de 14/11, “Incompetência e esperteza.

Ao encerrar, uma notícia: O ex-Ministro Malan interpela na Justiça o Presidente do PT Berzoini. Disse que considerava estranho alguém que aprovara a venda do Banco Nacional para o Unibanco, por um preço irrisório, ter-se tornado Presidente do Conselho de Administração desta instituição. O ex-Ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso interpeleu judicialmente no STF o Sr. Berzoini, dizendo que é apenas uma medida “preparatória de futuras ações indenizatórias e por crime de honra”.

Espero, portanto, que o Deputado Ricardo Berzoini tenha a coragem moral mínima de sustentar em juízo tudo que ele disse do Ministro Malan. Vamos acabar de uma vez por todas com este festival de leviandades. Está sendo processado, então, se ele entende que Malan tem algo irregular na sua vida, que ele sustente. É hora de apresentar as provas e sustentar no Supremo Tribunal Federal, conforme se espera de um homem presumivelmente coerente em relação aos seus atos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

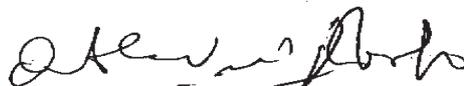
Senador Arthur Virgílio
**Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,**

O de quê o Governo gosta, mesmo, é de alimentar a crise. Mergulhar feio na lama e inscrever-se na história como o pior e mais antidemocrático Governo jamais visto no Brasil.

Além disso e lamentavelmente, para tristeza geral e péssima repercussão mundial, esse é o Governo que institucionalizou a corrupção. Tem CNPJ no Palácio do Planalto e filial na sede do PT em São Paulo.

Na firme defesa dos princípios da corrupção de que parece não abrir mão, anuncia-se agora que o Governo Lula vai tentar, junto ao STF, o que já tentou sem êxito no Congresso: impedir a prorrogação da CPI dos Correios

Quem definiu bem o atual Governo foi o Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo: *o maior problema do governo federal não é a perda de popularidade, mas, sim, de credibilidade.*



Governo tentará impedir prorrogação de CPI na Justiça

Brasília - Lideranças governistas na Câmara manobram para reverter na Justiça a prorrogação da CPI dos Correios. Numa tática semelhante a adotada pelo petista José Dirceu (SP), pensam em obter na Justiça a diminuição do prazo da CPI, prorrogada na última sexta-feira por mais quatro meses.

O escalado para ser a infantaria dessa batalha é o deputado Carlos William (PMDB-MG). Relator da subcomissão que investiga denúncias contra o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), da própria CPI dos Correios, William informou que vai recorrer aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo (PcdoB-AL) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) para que seu nome entre na lista dos parlamentares que recuaram da decisão de prorrogar os trabalhos da comissão até o ano que vem. "Se eu não obtiver sucesso, vou recorrer até ao Supremo Tribunal Federal (STF) para fazer valer a minha vontade", diz.

William, primeiro, assinou o pedido de prorrogação da CPI. Mas depois mudou de idéia. Sua desistência, então, foi apresentada, mas foi considerada sem efeito porque a oposição ainda não tinha entrado com o requerimento pedindo a continuidade das investigações.

Quando a oposição protocolou o pedido, o nome de William constava da lista e foi considerado válido. "Na oposição, a ordem é punir os infiéis. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), vai pedir à Executiva nacional que expulse do partido o deputado Átila Lins (PI), único parlamentar tucano que retirou a assinatura do requerimento para prorrogar a CPI dos Correios. O senador alega que a iniciativa "foi um gesto de traição, incompatível com a oposição que fazemos". O deputado não foi encontrado para comentar sua decisão.

O líder anunciou que, depois de amanhã, vai criticar da tribuna o empenho do governo em impedir que as investigações avancem até o ao que vem. "Tentativa fracassada, mas nem por isso menos indigna", defendeu. Virgílio disse que o governo "escancarou os cofres públicos, liberando emendas a parlamentares, mas ainda foi derrotado".

Da parte do PFL, o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC) disse que, como não houve fechamento de questão, não há como enquadrar os três deputados que saíram da lista de prorrogação da CPI. São eles: Edimar Moreira (MG), Lael Varella e Joaquim Francisco (PE). "Do ponto de vista estatutário, não podemos fazer nenhum tipo de enquadramento, mas ainda assim lamentamos que os parlamentares tenham adotados essa medida", afirmou.

Bornhausen disse que o partido não tomou nenhum tipo de precaução porque não poderia avaliar que o empenho do governo para breca a CPI chegaria "perto do que chegou". Outro ponto, segundo ele, foi a crença de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria dizendo a verdade quando, no Programa Roda Viva, afirmou que tinha interesse em apurar todas as denúncias nas CPIs. "Deve ter feito isso num gesto desesperado, para esconder seu sentimento de culpa", defendeu.

O líder José Agripino (RN) disse que a atitude dos colegas repercutirá na redução do prestígio dentro do partido. "Não entendi e não concordo em nenhum momento com procedimentos dessa natureza", avisou.

Segunda-feira, 14 de Novembro de 2005

CPI quer saber sobre negócios com Angola

PFL decide chamar dois empresários, amigos de Palocci, que teriam sido favorecidos na África com créditos do BNDES

ROSA COSTA

BRASÍLIA

Ficou mais complicada a situação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na CPI dos Bingos, com a decisão do PFL de convocar para dar depoimento seus dois amigos empresários, suspeitos de terem sido favorecidos em Angola com linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A comissão vai investigar se o nome deles já estava carimbado quando, em 2003, o presidente Lula prometeu, em viagens a Angola e a outros países africanos, abrir linhas de crédito do banco para brasileiros investirem naquele continente.

Ambos estão envolvidos em denúncias que já estão sendo investigadas pela CPI: José Roberto Colnaghi, dono do avião Sêneca que teria transportado, em 2002, de Brasília para Campinas, dólares vindos de Cuba para a campanha de Lula à Presidência, e Roberto Carlos Kurzweil que, além de ser o dono do carro que teria transportado o dinheiro para São Paulo, aparece ainda como sendo o intermediador de donos de bingos que ofereceram a Palocci a doação de R\$ 1 milhão, em troca da futura legalização da atividade.

A denúncia é a primeira que traz para o centro da crise a gestão de Palocci à frente do Ministério da Fazenda, e não quando era prefeito. Reportagem publicada ontem pelo Estado mostra suposto tráfico de influência dos ex-assessores de Palocci, Rogério Buratti e Vladimir Poletto, com esses empresários.

PRIMEIRA VEZ

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), lembra que a denúncia atinge pela primeira vez Palocci no cargo de ministro e não mais como prefeito de Ribeirão Preto ou como coordenador do programa de governo de Lula. "Não há dúvida de que o quadro é cada vez mais difícil para o ministro", diz o pefelista.

O líder destaca o fato de Palocci ter mudado seu comportamento, deixando de ser "loquaz e esclarecedor para se esconder da imprensa, numa atitude de mutismo". "A atualidade e a gravidade da acusação mostram o porquê de seu comportamento arredo", sintetiza. Agripino conta que o partido pedirá esta semana a convocação de Colnaghi e Kurzweil.

Quando depuseram na quinta-feira, Buratti e Poletto foram questionados pelo relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), sobre os investimentos desses empresários em Angola e sobre a ligação do ministro com o Banco Prosper. Eles foram evasivos, mas, segundo Garibaldi, não conseguiram derrubar as suspeitas de envolvimento do ministro num esquema de tráfico de influência intermediado por seus ex-assessores.

BOLSO

Na quarta-feira, a CPI dos Bingos retomará os depoimentos. Vai ouvir o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, sobre o fato de ele ter declarado, sem apresentar documentos, que tirou do próprio bolso R\$ 29,4 mil para pagar ao PT uma dívida do presidente Lula.

Titular de um dos cargos mais cobiçados do governo, com salário de R\$ 20 mil, Okamoto é amigo do presidente. Ele foi tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC quando Lula presidiu a entidade.

No mesmo dia, os senadores da CPI vão ouvir Afrânio Nabuco, que aparece como lobista no documento da multinacional Gtech chamado de "Mapa da Agenda Política". Nabuco teria sido contratado para intermediar um encontro de dirigentes da empresa com o atual presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

Como encarregado da CPI dos Bingos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acompanha hoje o depoimento de 11 presos. Sete deles são acusados de terem participado de alguma forma na execução do prefeito do PT de Santo André Celso Daniel em 2002. O Departamento de Homicídios da polícia de São Paulo concluiu que Daniel foi vítima de crime comum. O Ministério Público sustenta que o prefeito foi assassinado por ordem de "organização criminosa estável" que teria tomado conta de setores de sua administração.

Os outros quatro presos teriam ouvido dos acusados pela morte de Daniel, em conversas na carceragem, informações que incriminariam como mandantes do crime os empresários Sérgio Gomes, o Sombra, e Ronan Maria Pinto, além do ex-secretário municipal de Governo de Santo André Klinger Souza. Os três foram convocados a depor quinta-feira na CPI.

A caixa-preta do Rural

Documentos e o testemunho de ex-superintendente revelam como o banco ajudou o PT e Marcos Valério no mensalão

DAVID FRIEDLANDER E LEANDRO LOYOLA

Desde que apareceu como a casa do mensalão, o Banco Rural alega ter se envolvido com o PT e Marcos Valério por iniciativa exclusiva de seu ex-vice-presidente José Augusto Dumont, falecido no ano passado. Dumont era realmente amigo de Valério e por meio dele se aproximou de Delúbio Soares, então tesoureiro do partido. Há fortes sinais, no entanto, de que o esquema não foi coisa só de Dumont. Documentos obtidos por ÉPOCA e o depoimento do ex-superintendente do Rural Carlos Godinho (leia no quadro ao lado) mostram que, ►

Jr. do I+V - o/leitura e me do; H. Walter, Anais, Visões - Bloco

PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

I CLIENTE: 676262 - PARTIDO DOS TRABALHADORES I
 I PROPOSTA: 2004 - 85929 I

() PESSOA FISICA (X) PESSOA JURIDICA | () OPERAÇÃO NOVA (X) REFORMA

COD.AGEN 37 NOME.AGEN. - AV PAULISTA DATA 27 / 12 / 04
 PRAZO 90 NATUREZA - LIMITE OPER. TAXA/FATOR VALOR 5167000,00

-----VICE PRESIDENTE EXECUTIVO-----
 ----- VOTOS DOS PARTICIPANTES -----
 ***** CLIENTE NAO POSSUI SEGURO COM A RURAL SEGURADORA *****

(X)FAVORAVEL ()C/RESSALVA ()DESFAVORAVEL NAO CONFIRMADO POR SENHA ESTUDO DE ACORDO

CTA: 2 80 883 6-JOSE ROBERTO SALGADO DATA06/01/2005 11:19:54

mesmo após a morte do executivo, toda a diretoria do banco continuou encenando a farsa dos empréstimos – e *ninguém desconhecia que tudo era mesmo uma enorme farsa.*

No centro dessa armação há um conjunto de supostos empréstimos, no valor total de R\$ 55 milhões, que teriam sido feitos ao PT e a empresas de Marcos Valério para pagar dívidas de campanhas de políticos petistas e da base aliada. A maior parte do dinheiro tinha saído do Banco Rural – outra parte do *BMG. Logo que essa história veio à tona, o Rural declarou, através de um comunicado encaminhado à imprensa, “que foi Dumont quem apresentou Valério a integrantes da cúpula do PT”. No mesmo documento, dizia que, após a morte de Dumont, Kátia Rabello, presidente do banco, determinara “um reordenamento administrativo tendo por objetivo a busca constante da transparência e o reforço à solidez da gestão”. Mais: que essa reestruturação envolveria “revisão de procedimentos para concessão de crédito, melhoria dos índices de eficiência”. Ou seja, a instituição comunicava que havia decidido mudar seus “procedimentos”.*

Na semana passada, *ÉPOCA* examinou cinco operações de rolagem da tal dívida do PT com o Banco Rural. Todas

foram autorizadas pela diretoria que assumiu o comando do Rural depois da morte de José Augusto Dumont. *A papelada, portanto, desmonta a tese de que a vida no Rural mudou após o tempo das facilidades oferecidas pelo amigo de Valério e Delúbio. Dumont pode até ter começado essa confusão, mas seus colegas de banco continuaram inexplicavelmente afixando devedores renitentes. Só pararam quando o escândalo explodiu. Embora não pagasse o que devia e nem contasse com avalistas qualificados, o PT conseguia renovar seu empréstimo a cada 90 dias. Uma das operações, de R\$ 4,7 milhões, realizada em julho de 2004, foi autorizada inclusive pela presidente, Kátia Rabello. No caso da SMP&B, o relacionamento era ainda mais incomum. Entre 2003 e 2004, a conta da SMP&B no Rural recebia caminhões de dinheiro – e, apesar de ter os recursos, Marcos Valério não liquidava seus débitos. Mesmo assim, o Rural não só renovou quatro vezes os empréstimos da SMP&B, como ainda concedeu três créditos novos – e José Augusto Dumont já não estava mais no banco.*

Os contratos a que *ÉPOCA* teve acesso mostram que a nova diretoria do Rural em peso conhecia bem esses empréstimos estranhos que ela legitimava com uma renovação rotineira. Entre PT e SMP&B, são mais de dez operações de crédito aprovadas por meio da assinatura eletrônica de toda a diretoria. Nesse trâmite, cada diretor tem um cartão e uma senha eletrônica pessoal e intransferível, usados numa leitora instalada no computador. *Esse recurso foi adotado recentemente pelos bancos para evitar fraudes.*

“A decisão do crédito foi exclusiva do José Augusto Dumont. Ele tinha poder para fazer isso na época”, diz José Roberto Salgado, vice-presidente operacional do Rural. “Se você perguntar se eu concederia esses empréstimos hoje, eu não concederia.” Segundo o executivo, o Rural só rolava os empréstimos inadimplentes porque queria receber seu dinheiro de volta. “Se entrasse na Justiça, ia demorar, podia matar uma empresa de publicidade como a SMP&B, e aí que não recebia mesmo”, afirma Salgado. Um presidente de banco consultado por *ÉPOCA* em São Paulo considera inconsisten-

Kátia Rabello autorizou renovação do empréstimo ao PT, que estava inadimplente

to Salgado, vice-presidente operacional do Rural. “Se você perguntar se eu concederia esses empréstimos hoje, eu não concederia.” Segundo o executivo, o Rural só rolava os empréstimos inadimplentes porque queria receber seu dinheiro de volta. “Se entrasse na Justiça, ia demorar, podia matar uma empresa de publicidade como a SMP&B, e aí que não recebia mesmo”, afirma Salgado. Um presidente de banco consultado por *ÉPOCA* em São Paulo considera inconsisten-

COMUNICADO

Informe Publicitário

Com o falecimento de José Augusto Dumont, a função de principal executiva do banco foi assumida por Kátia Rabello, que desde 2001 ocupava, apenas formalmente, a presidência do banco. Sua primeira medida foi determinar um reordenamento administrativo, tendo por objetivo a busca constante da transparência e o reforço à solidez da gestão.

Entre as principais dívidas, está nosso relacionamento com o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, prestador de serviço, cliente do banco e amigo pessoal do falecido José Augusto Dumont. Foi Valério quem apresentou Dumont a integrantes da cúpula do PT, com a qual o Rural discutiu a criação do Banco do Trabalhador, uma entidade financeira que funcionaria em parceria com a Central Única dos Trabalhadores. O Rural chegou a registrar este nome no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. As negociações não prosperaram. É fundamental deixar claro que o Rural não obteve qualquer vantagem na relação com os dirigentes do PT.

Banco Rural S.A.

ANÚNCIO

FOI ELE?

Dumont (à esq.) é apontado como responsável pela ligação entre o Rural, Marcos Valério e o PT

Kátia Rabello soltou comunicado (trechos acima) em que dizia que o banco ia mudar. No caso do PT, ficou tudo igual

te a explicação: "Uma instituição não renova empréstimos de quem não paga um pouco do principal, além dos juros", afirma.

Na entrevista a *ÉPOCA*, Carlos Godinho, ex-superintendente de *compliance* (controles contra lavagem de dinheiro) do Rural, afirma que a diretoria manteve as operações furadas com o PT e Valério porque procurava tirar vantagens no governo. Está convencido, inclusive, de que os empréstimos são uma farsa. "Não era para pagar", diz Godinho. O relatório parcial divulgado no fim da semana passada pela CPI dos Correios conclui coisa parecida. Os parlamentares acham que os empréstimos não passavam de fachada para ocultar a verdadeira origem do dinheiro do mensalão. O vice do Rural, que conhece Godinho há 30 anos, contesta: "Se não houvesse intenção nossa de cobrar essa operação, a melhor forma era ter feito um empréstimo por cinco anos", afirma Salgado.

Carlos Godinho fez acusações pesadas contra seu antigo empregador. Sustenta que a diretoria do Rural o proibiu de relatar por escrito as irregularidades que notou nos empréstimos do PT e da SMP&B. "Foi dada ordem para não fazer mais boletins por escrito, para comunicar ao diretor verbalmente", conta Godinho. Quando o assunto aparecia ►

...CONTINUAÇÃO

essa afirmação. Esses empréstimos venciam de 90 em 90 dias e depois da morte do José Augusto foram renovados com ciência do comitê de crédito, dos vice-presidentes e, inclusive, da presidente.

ÉPOCA – O Rural sempre deu a entender que Kátia Rabello (presidente do banco) estava por fora disso tudo. Ela autorizou a rolagem dos empréstimos?

Godinho – Autorizou. Tem um dos empréstimos em que ela votou eletronicamente, com sua senha pessoal. Isso é prova do conhecimento. Então é o seguinte: o José Augusto não é o vilão da história.

ÉPOCA – Quem é o vilão?

Godinho – O vilão é o sistema que se mantinha no Rural, que pactuou com as operações do PT e do Marcos Valério em troca de favores, lobbies, recursos ao Banco Central, a órgãos fiscalizadores e negócios que beneficiaram o Rural nestes anos.

ÉPOCA – Os alertas que o senhor fazia eram por escrito ou eram verbais?

Godinho – A gente tinha boletins de compliance, em que a gente alertava por escrito. Assim que o primeiro foi impresso, emitido e assinado, foi dada ordem para não fazer mais, para comunicar ao diretor verbalmente.

ÉPOCA – Mandaram não fazer mais boletins?

Godinho – Mandaram não fazer nos casos da SMP&B e do PT. Não deixaram colocar nos relatórios as irregularidades de movimentações acima dos padrões, de risco de crédito em função de constantes renovações. É que esses documentos ficam à disposição do Banco Central. Então mandaram tirar para o Banco Central não ter acesso.

ÉPOCA – Quando foi isso?

Godinho – De 2003 a 2005 não se colocou nada das irregularidades. Não podia colocar. A gente colocava, mas na edição final eram deletadas. E a gente era obrigado a assinar o relatório modificado. Tinha de assinar daquela forma, já vinha da diretoria a versão final para ser assinada.

ÉPOCA – Quem o senhor avisava sobre os riscos dos empréstimos?

Godinho – O Vinícius Camaranes, que era meu imediato, diretor estatutário. O José Roberto Salgado. Inclusive ele era o responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro no banco na época do José Augusto Dumont. Depois da entrada da Ayana, ele saiu e ela passou a ser a responsável – e também era avisada das irregularidades. O Banco Central teve conhecimento de todas as renovações.

ÉPOCA – Como?

Godinho – Nós temos de mandar todo mês um arquivo para a Central de Risco do Banco Central

de todos os empréstimos e lá fala "isso é nova renovação". No caso do PT e da SMP&B, você informava todos os meses ao Banco Central os empréstimos tomados, o saldo devedor e se era empréstimo novo ou renovação. O Banco Central tinha conhecimento da constância com que o PT e a SMP&B faziam reformas de empréstimos. Toda a movimentação foi para o Coaf, mas eles não olham. Se olham, existe um lobby muito forte em cima disso.

ÉPOCA – Eles tinham obrigação de saber ou é tanta informação que eles não conseguem examinar tudo?

Godinho – Eles fazem monitoramento, a função deles é minimizar o risco do mercado financeiro. Um dos motivos de criar a Central de Risco foi justamente monitorar os bancos e principalmente essa rolagem de dívidas. ■

“ A gente colocava (as irregularidades), mas na edição final (dos relatórios) elas eram deletadas ”

“Não era para pagar”

Ex-superintendente do Rural diz que a diretoria o impedia de relatar irregularidades em empréstimos ao PT e à SMP&B

Carlos Godinho, de 52 anos, 17 no Rural, ocupava uma posição de confiança no banco. Como superintendente de compliance, área que cuida do cumprimento das regras no banco, tinha acesso às informações mais importantes da instituição. Seu depoimento não é prova, mas oferece elementos novos à investigação dos supostos empréstimos feitos ao PT e à SMP&B, de Marcos Valério. A seguir, trechos de quatro entrevistas que ele concedeu na semana passada.

ÉPOCA – Os empréstimos do Banco Rural para o PT e para a agência SMP&B, de Marcos Valério, eram furtivos?

Carlos Godinho – É forte falar isso, mas eles não são uma prática normal de mercado. Na conta da SMP&B entrava dinheiro, mas o Marcos Valério não liquidava os empréstimos. É suspeito. No caso do PT, é o aval de duas pessoas que não têm patrimônio para garantir a operação (o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e o ex-presidente José Genoíno).

ÉPOCA – O senhor acha que esses empréstimos foram feitos para não ser pagos?

Godinho – Com certeza. São empréstimos para mascarar a entra-

da de recursos que vinham de outras formas. Você justifica qualquer recurso que entrou via empréstimo. Não era para pagar.

ÉPOCA – Se era tudo tão esquisito, por que o senhor não avisou? Sua função era essa.

Godinho – Minha função era manter a instituição livre dos riscos operacionais, de imagem e legais. A diretoria foi alertada. Mas, como a prática do Rural era manter um relacionamento com os clientes, eles não deram importância. No caso da SMP&B, alertamos também para a movimentação dela, que estava fora dos padrões e tinha indícios de lavagem de dinheiro em função dos constantes saques em espécie.

ÉPOCA – Quais eram os indícios de lavagem de dinheiro?

Godinho – O Banco Rural tem um processo informatizado que, se você movimentar dez vezes mais que seu faturamento médio mensal, aponta isso para a área de compliance. O que a gente faz? Pega esse relatório, manda para o diretor e o vice-presidente, dizendo que aquele cliente ultrapassou a movimentação dele. No caso da SMP&B, em 2003 e 2004, todo mês acontecia isso. Então, a gente encaminhava para a diretoria dizendo que o cliente estava com indícios de lavagem de dinheiro. E nenhuma providência foi tomada.

ÉPOCA – Quem vocês alertaram?

Godinho – Tanto o José Augusto Dumont, como o José Roberto Salgado, a Ayana Tenório, todos os vice-presidentes tomaram ciência dessa movimentação.

ÉPOCA – Em várias ocasiões a atual diretoria do Rural atribuiu o envolvimento com Marcos Valério e com o PT ao falecido vice-presidente do banco José Augusto Dumont...

Godinho – Isso foi uma coisa que nos irritou profundamente. É falsa ▶

CONTINUA

REVELAÇÕES

Carlos Godinho, ex-superintendente, faz acusações graves ao Banco Rural. Abaixo, assinaturas eletrônicas da presidente e do vice-presidente do banco avalizando renovação de empréstimos para o PT

```

*****
+----- PROPOSTA DE OPERACAO DE CREDITO -----+
I CLIENTE: 1322078 - SMP&B COMUNICACAO LTDA I
I PROPOSTA: 2005 - 2569 I
+-----+
( ) PESSOA FISICA ( X ) PESSOA JURIDICA | ( ) OPERACAO NOVA ( X ) REFORMA
+-----+
COD.AGEN 9 NOME.AGEN. - ASSEMBLEIA DATA 10 / 01 / 05
PRAZO 90 NATUREZA - CT.MUTUO TAXA/FATOR SUFIN VALOR 33000000,00
+----- DRETTOS CREDITARIOS -----+
+----- VOTOS DOS PARTICIPANTES -----+
***** CLIENTE NAO POSSUI SEGURO COM A RURAL SEGURADORA *****
+-----+
(X)FAVORAVEL ( )C/RESSALVA ( )DESFAVORAVEL NAO CONFIRMADO POR SENHA ESTUDO
DE ACORDO
CTA: 2 80 883 6-JOSE ROBERTO SALGADO DATA 20/01/2005 10:32:37
*****

```

PRIVILÉGIO

O dinheiro entrava na conta, mas Marcos Valério não pagava suas dívidas

TUDO CERTO

Delúbio sustenta versão de que os supostos empréstimos eram para pagar dívidas

NOVA DIREÇÃO

O vice-presidente, Salgado, diz que problemas eram da época de Dumont

AVISADA

Godinho diz que a diretora Ayana (ao lado) foi uma das alertadas de irregularidades

nos relatórios encaminhados à diretoria, os trechos relacionados aos dois clientes eram suprimidos do texto e a nova versão voltava para sua área assinar. Segundo Godinho, era uma estratégia para enganar a fiscalização oficial, já que esses comunicados iam para o Conselho de Administração do Rural, mas ficavam à disposição do Banco Central, que podia requisitá-los a qualquer momento. O ex-executivo afirma também que chamou a atenção da diretoria para a movimentação bancária da agência SMP&B, de Marcos Valério. Haveria indícios de lavagem de dinheiro, já que em 2003 e 2004 era comum ver a conta da SMP&B movimentar valores dez vezes ou mais acima do faturamento médio da agência. Procurado por ÉPOCA, Marcos Valério não quis se manifestar. "O sistema de informática do banco acusa quando isso acontece, porque é considerado um indício de lavagem de dinheiro", explica Godinho.

"Por que Godinho não disse essas coisas enquanto estava no banco?", per-

gunta Salgado, o vice do Rural. "Se ele disse isso, cometeu um crime, porque deveria ter avisado. Se tivesse avisado, a gente tomava todas as providências." Na entrevista, Godinho alega que avisou. Salgado nega. "Isso precisava fazer formalmente, por escrito. Não existe nenhum relatório assinado pelo Godinho dizendo essas coisas."

Em razão das acusações de Godinho, ÉPOCA procurou o BC. O Banco Central informou através de sua assessoria de imprensa que, do ponto de vista formal, os empréstimos do Rural para o PT e para a SMP&B estavam corretos.

Todos os meses o BC recebe dos bancos arquivos magnéticos com suas operações de crédito. O Rural, uma instituição de porte médio, tem 522 mil dessas operações. Os técnicos examinam apenas os aspectos formais das operações, como a avaliação que a instituição

faz do devedor, a presença de avalistas e as características gerais do empréstimo. A fiscalização é feita por amostragem. O empréstimo do Rural ao PT, infelizmente, não caiu na amostragem.

Godinho trabalhou 17 de seus 52 anos no Rural e era benquisto pelos

diretores que hoje acusa (ao menos foi isso que disseram à reportagem). Deixou o emprego no final de setembro a bordo de um programa de demissão voluntária que removeu centenas de pessoas. Resolveu abrir a caixa-preta porque está magoado com o banco. Diz que não se con-

"Por que Godinho não nos alertou quando estava no banco?"

forma em ver que "aqueles que deixaram o banco nessa situação" continuam no emprego "enrolando todo mundo", enquanto ele não tem e acha que não terá trabalho. "Quem vai querer um sujeito que trabalhava no compliance do Rural?"

FECHA-SE O CERCO

Depois do fogo amigo, ministro é acusado de ter negociado em 2002 doação de 1 milhão de reais com bingueiros de São Paulo

Policarpo Jr. e Marcelo Carneiro

O ministro Antonio Palocci escorregou para o centro da crise que açoita o governo há seis meses -- e chegou aí por dois caminhos distintos. Primeiro, atingido pelo fogo amigo, disparado pela ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada na quarta-feira passada, a ministra chicoteou a política de superávit primário alto, classificando-a de "rudimentar", e declarou que o país precisa-

DILMA ROUSSEFF — Ministra chefe da Casa Civil, faz guerrilha urbana e rural contra Palocci

va reduzir a taxa de juros para "sair do atoleiro". Palocci queixou-se com o presidente Lula, numa audiência em que deixou implícita a possibilidade de abandonar o governo. Para apaziguar os ânimos, o presidente conversou separadamente com os dois. Ao ministro Palocci, pediu que silenciasse sobre a briga e não exigisse retratação pública de sua desafeta. À ministra Rousseff, pediu que parasse de divergir da política econômica em público. O conflito interno, porém, talvez tenha sido a empreitada mais amena de Palocci. No front externo, entre fileiras da oposição e depoentes de CPI, o nome de Palocci apareceu sob um cerco ainda mais cerrado. E, dessa vez, as acusações não se restringem aos seus ex-assessores.

JUSCELINO DOURADO — Demitido, continua servindo como elo entre o grupo de Ribeirão Preto e o ministro Palocci.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, voltou a repetir que foi consultado — a pedido de Palocci, segundo lhe disseram — sobre como a campanha de Lula poderia proceder para trazer ao país 3 milhões de dólares de Cuba. Além disso, perguntado se Palocci teria sido informado de uma contribuição de 1 milhão de reais feita por bingueiros de São Paulo, Buratti foi surpreendentemente taxativo: "O ministro sabia, sim", disse. As declarações de Buratti são graves na medida em que sugerem que Palocci não foi só o coordenador-geral da campanha eleitoral de Lula em 2002, mas que pode também ter participado da arrecadação de recursos clandestinos. Nas

VLADIMIR POLETTO — É amigo da família Barquete e íntimo do secretário particular do ministro Palocci, Ademirson Arnovaldo

CONTRA PALOCCI

contas eleitorais de Lula, não aparece a doação de 1 milhão de reais dos bingueiros. Para piorar, promotores de São Paulo e a própria CPI colheram o depoimento de uma testemunha secreta segundo a qual a doação foi feita por dois angolanos bingueiros em São Paulo e recolhida pelo empresário Roberto Carlos Kurzweil, que entrou no caso atendendo a um pedido de Palocci.

Na semana passada, VEJA localizou a testemunha secreta e, sob o compromisso de manter sua identidade sob sigilo, obteve outros detalhes da negociação. A testemunha diz que os empresários de bingo ofereceram 1 milhão de reais à campanha em troca da garantia de que, se eleito,

RALF BARQUETE — Foi secretário de Finanças de Palocci em Ribeirão Preto. Morreu de câncer em 2004. Sua memória é um pesadelo para o ministro

o governo do PT legalizaria os bingos. O acordo — ainda segundo a

ROGÉRIO BURATTI — Confirmou ter sido sondado, a pedido do ministro, sobre como fazer para trazer 3 milhões de dólares de Cuba para o Brasil.

testemunha — foi selado em um jantar na casa do empresário Roberto Kurzweil, em São Paulo, no qual estavam presentes o próprio Palocci, seu principal assessor, Ralf Barquete, e dois empresários de bingo. “Eram dois angolanos”, diz a testemunha. Seus nomes: Artur José Valente de Oliveira Cain e José Paulo Teixeira, conhecido como “Vadinho”. Os dois são sócios da Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas (Fábama), cuja atividade principal é a produção de máquinas do tipo videobingo. No jantar em São Paulo, não se falou em dinheiro,

ADENIRSON ARIIVALDO DA SILVA — É secretário particular do ministro Palocci

Um advogado “muy amigo”

Compadre de Lula, Roberto Teixeira pressiona pela reativação da caduca Transbrasil

Faz um ano e oito meses que o Ministério da Defesa estuda recurso da Transbrasil para reaver a concessão de companhia aérea, suspensa desde 2004. Embora os argumentos ocupem apenas 40 páginas e a consultoria jurídica do ministério recomende a recusa do recurso, já são 600 dias sem um pronunciamento formal. Várias das autoridades envolvidas atribuem a indefinição a uma saia-justa: o advogado da Transbrasil, Roberto Teixeira, é compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nas reuniões com o ministério e os órgãos ligados ao caso, Teixeira não só defende sua tese, como, segundo participantes, usa sua ligação com Lula em tom ameaçador.

Só neste ano, Teixeira conseguiu ser recebido três vezes pelo vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar. Desde o início do governo, Teixeira esteve mais de 30 vezes no Ministério da Defesa, na Infraero, no Departamento de Aviação Civil (DAC) e no Comando da Aeronáutica para discutir o caso Transbrasil. Em alguns encontros, levou a filha Walesca, afilhada do presidente e de dona Marisa e também advogada. O que o advogado mais quer é a retomada dos hangares da Transbrasil, hoje de posse da Infraero. Os terminais agregariam pelo menos mais R\$ 1 bilhão ao patrimônio da companhia.

PRESSÃO Em reuniões com autoridades, Teixeira usaria sua ligação com o presidente para pressionar

No início de outubro, quando a Infraero tomou os terminais da companhia no Aeroporto de Congonhas, Walesca, conforme relatos, indignou-se e não parou de reclamar. Uma semana antes, o Ministério da Defesa tinha informado oficialmente à Transbrasil que era o responsável pelas decisões, e não a Infraero – o comunicado foi entendido como uma resposta às pressões sobre a empresa que cuida dos maiores aeroportos do país.

Os envolvidos nas negociações fazem questão de declarar que Lula não se manifesta a respeito. Mas há coincidências surpreendentes. Por causa da irritação de Walesca, assessores do Palácio do Planalto telefonaram aos responsáveis para “saber o que estava acontecendo”. Não é raro que, após as “visitas” dos Teixeiras, autoridades chequem com o Planalto se os advogados foram enviados por Lula – de tanto que usariam o nome dele. A resposta é sempre não.

Decisão da Infraero irritou Walesca, afilhada de Lula

TUDO PAGO
Empresa deve R\$ 1 bilhão, mas o ministro do Supremo considerou o débito quitado

A Transbrasil, que tinha 35% do mercado brasileiro, foi impedida de voar. A dívida total da empresa é de R\$ 1 bilhão, a maior parte em impostos federais, com a Infraero e com fornecedores. Em fevereiro deste ano, a falência foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Eros Grau, indicado por Lula, considerou a dívida quitada. A empresa luta, agora, para transportar carga aérea – sua concessão de voo foi cassada em 4 de março pela Aeronáutica por deixar de prestar serviços públicos durante 180 dias. Para isso, juntou-se ao grupo Sinergy, do empresário German Efremovich, dono da companhia colombiana *Avianca e da OceanAir*.

Procurado por ÉPOCA, Teixeira escalou o porta-voz da Transbrasil, Carlos Brada, para falar. O porta-voz nega com veemência que o advogado use sua proximidade com o presidente para influenciar o processo. “Se houvesse influência, não estaríamos há quatro anos nessa situação. Toda vez que surgiram insinuações assim, Teixeira processou *todo mundo*”, diz. Ele lembra que Teixeira já era advogado da Transbrasil antes de Lula assumir. “Será que, por ser amigo de Lula, ele não pode mais advogar?” A amizade entre Lula e Teixeira começou na década de 80. Durante oito anos, Lula morou de graça num imóvel do advogado.

O VERBO A SERVIÇO DA FICÇÃO

Em entrevista, Lula faz declarações que não têm o menor apoio na realidade

No caldeirão da crise, o presidente Lula começou a semana passada com enormes perspectivas de ganhar uma trégua. No fim de semana, depois da fracassada Cúpula das Américas em Mar del Plata, na Argentina, Lula foi prestigiado, com a visita de 21 horas do presidente americano George W. Bush, a quem ofereceu um churrasco no domingo, na Granja do Torto. De Bush, Lula ouviu comentários elogiosos ao Brasil, como o de ser o único país que pode impedir Hugo Chávez de fazer outras loucuras na América Latina “além de arruinar a própria Venezuela”. Bush disse que considera o Brasil um alicerce da democracia na América Latina e, num elogio a Lula, fez questão de frisar que, apesar das diferenças que os separam, de origem social e de destino político, entre ambos existe uma enorme empatia. Foi um excelente começo de semana para Lula. Na segunda-feira, porém, Lula se encarregou de estragar tudo ao dar uma entrevista lamentável ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, que celebrava sua milésima edição. Na entrevista, de quase duas horas, Lula fez elogios sensatos à democracia, mas disse barbaridades inesquecíveis.

O presidente chegou ao ponto de dizer que o mensalão “cheira um pouco a folclore” e que “até agora não foi provado”. É possível que Lula tivesse desejado dizer que seu governo não pagou mensalão em

Waldomiro Diniz, pedindo propina a empresário: tem

Bush com Lula, na semana passada: empatia e comentários elogiosos

troca de votos favoráveis aos projetos oficiais, mas jamais poderia afirmar que não há provas de sua existência. O que são, nesse caso, os saques comprovados de parlamentares e assessores indo pegar dinheiro de Marcos Valério na boca do caixa do Banco Rural? Com uma dose indistigável de cinismo, Lula disse ainda que em seu governo “não há nenhuma ingerência para criar qualquer problema para a CPI”. É público e notório que o Palácio do Planalto fez de tudo para evitar a instalação de CPI e, na semana passada, empenhou um esforço monumental para impedir que o prazo de funcionamento fosse prorrogado até abril de 2006.

Em certo momento, ao justificar por que José Dirceu deixou a Casa Civil no auge do escândalo do mensalão, Lula fez uma declaração espantosa. Referiu-se ao escândalo de Waldomiro Diniz, que veio a público em fevereiro de 2004, e disse que “até agora também não se provou nada” contra o ex-assessor de Dirceu. Waldomiro Diniz foi pilhado pedindo propina a um empresário de jogos eletrônicos. A cena, revelada pela revista *Época*, foi filmada: tem imagem e áudio. Mais: o próprio achacador confirmou que pedira a propina, ressaltando, que não era para seu próprio bolso, mas para ajudar na campanha a governador do petista Geraldo Magela, do Distrito Federal. Quer dizer: tem vídeo, tem áudio e tem até confissão — e Lula diz que nada se provou até agora. Pelo critério do presidente, fica-se sem saber o que pode ser considerado prova. Seria uma confissão registrada em cartório, com firma reconhecida, e seguida de imolação em praça pública? ■

apenas no compromisso do PT caso vencesse a eleição. Quem o externou — conforme a testemunha sigilosa — foi Palocci, dizendo que ao país interessava legalizar as casas de bingos para aumentar a arrecadação tributária e acabar com o jogo clandestino.

A testemunha secreta afirma que a primeira parcela da contribuição, de 500 000 reais, foi entregue ao empresário Roberto Kurzweil, que a repassou a Ralf Barquete, que, por fim, a despachou ao tesoureiro oficial, Delúbio Soares. Uma semana depois, saiu outra parcela, de 500 000 reais, seguindo o mesmo percurso. A testemunha conta que os detalhes lhe foram narrados por Palocci, numa conversa ocorrida no restaurante do hotel Paulista Plaza, na Alameda Santos, em São Paulo. A denúncia de agora não é a estreia da Fabama no mundo dos caixas eleitorais clandestinos. A empresa já apareceu envolvida em operações ilegais de financiamento de campanha em 1999. Na época, a Fabama foi acusada, com outras cinco companhias que atuam no ramo de jogos, de ter participado de uma caixinha clandestina destinada a custear as despesas de uma campanha do então ministro do Esporte, Rafael Greca, ao governo do Paraná, que se realizaria em 2002. Em troca de uma contribuição que chegaria a 6,5 milhões de reais, o Ministério do Esporte editaria portaria legalizando o comércio de máquinas caça-níquel. A portaria, no entanto, nunca foi aprovada.

VEJA procurou os envolvidos no caso, mas a maioria não foi localizada ou não quis falar. Só Delúbio Soares, o tesoureiro expulso do PT, negou as acusações. "Nunca recebi dinheiro de Barquete, nem de Cuba e muito menos de bingueiros", disse ele. O empresário Roberto Kurzweil não foi localizado. A revista procurou ainda os angolanos Artur de Oliveira Caio e José Paulo Teixeira. O advogado deles, Paulo Moraes, informou que a Fabama entrou em colapso desde que os bingos foram proibidos de funcionar. Os sócios deixaram o Brasil.

O senador Torres (PFL-GO): hora de convocar Palocci

Palocci. Lula e Kurzweil (com relógio no pulso): em Riheirão Preto

José Paulo Teixeira passou a viver em Miami. O ministro Palocci também não se manifestou sobre o assunto. Sua assessoria de imprensa não retornou os telefonemas de VEJA. Na semana passada, Palocci evitou a imprensa. Até despachou num gabinete instalado no *Palácio do Planalto, em cujo prédio é possível entrar sem dar entrevista aos jornalistas*. No Ministério da Fazenda, onde não há acesso subterrâneo pela garagem, o ministro Palocci não tem como evitar o assédio da imprensa.

Nos últimos dias, o ministro Palocci perdeu a proteção que contava entre a parcela mais responsável da oposição de tucanos e pefelistas. Eles temiam que ataques ao ministro da Fazenda pudessem levar à desestabilização da política eco-

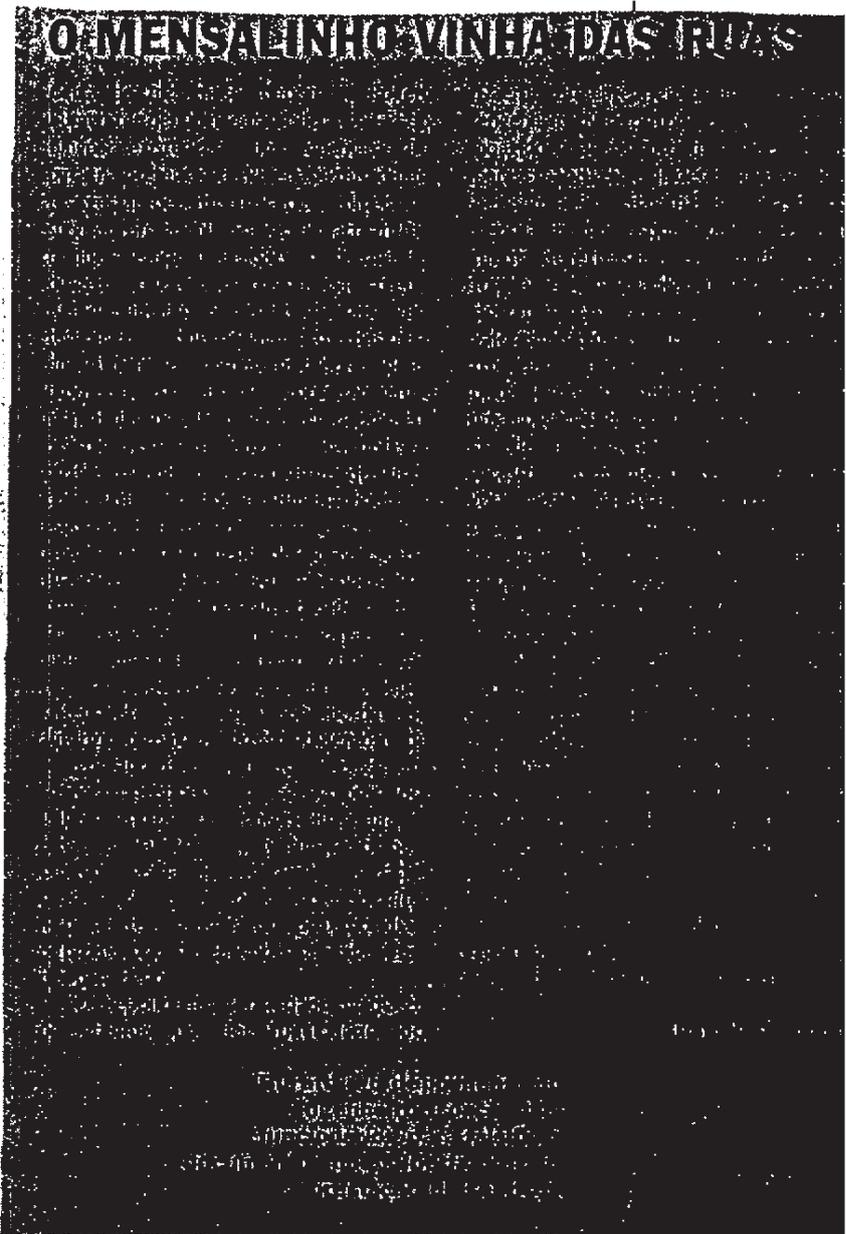
nômica e, por isso, esforçavam-se para manter Palocci longe dos holofotes. As coisas mudaram, porém. "Os últimos acontecimentos tornaram obrigatória a convocação do ministro Palocci", diz o senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás, que vai apresentar, nesta semana, um requerimento convocando o ministro para depor na CPI dos Bingos. Era tudo o que Palocci gostaria de evitar, sabendo que a presença de uma autoridade à mesa de uma CPI representa sempre, no mínimo, um desgaste de imagem. Na semana passada, para evitar sua ida a uma comissão parlamentar de inquérito, Palocci comprometeu-se a comparecer na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado, onde, a pretexto de falar sobre a política econômica, daria as explicações necessárias sobre as denúncias mais recentes. Sua fala na CAE ficou marcada para terça-feira 22, mas talvez o ministro tenha de explicar-se antes numa CPI.

A impressão que se tem é que, subitamente, Palocci perdeu o apoio que an-

tes parecia tão disseminado. Na Câmara dos Deputados, Palocci não tem mais grandes defensores. Na semana passada, diante dos ataques de Dilma Rousseff, a bancada do PT não se mexeu para apoiá-lo ou a sua política econômica. Até José Dirceu, a caminho do cadafalso da cassação, tem sido mais defendido pelo partido do que Palocci. No Senado, Palocci ainda conta com um fiel escudeiro, o senador Aloizio Mercadante, que tem críticas pontuais à política econômica. Mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, por causa de uma questão de cunho orçamentária alagoana, agora anda bombardeando o ministro, que antes sempre adulara. "Palocci é um bom ministro, mas é um personagem obscuro, com suspeitas fundamentadas que precisam ser investigadas a fundo. Não dá mais para protegê-lo", afirma o líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio.

Aos 45 anos, Antonio Palocci não tem sido apenas um ministro de alta eficiência no governo de Lula. É, ainda hoje, seu grande esteio e uma garantia contra os assaltos constantes do populismo econômico, exatamente como os que apareceram na semana passada na boca da ministra Dilma Rousseff. Ocorre que, dentro e fora do governo, começa a disseminar-se a sensação de que o grande lastro da atual política econômica, eficiente e responsável, vem a ser o próprio presidente da República. Na semana passada, VEJA quis saber se uma eventual saída de Palocci do governo poderia provocar uma crise na economia. Dos seis economistas ouvidos pela revista, cinco disseram que esse risco não existe. "Hoje, no Brasil, as instituições são maiores que os nomes", diz Hugo Penteado, economista-chefe do ABN Amro Asset Management. Um dos poucos a discordar dessa tese é Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas. Diz ele: "A figura do ministro Palocci ainda é essencial para o bom andamento da economia. É quem dá sustentação para temas como ajuste fiscal e a própria política econômica". ■

Com reportagem de
Otávio Cabral, de Brasília



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RIBESÓIÃO - PESTO
Rua da Liberdade, 111 - Fone: (55) 3633-1111 - Fax: (55) 3633-1111

...variação estava sendo muito subjetiva... que, consequentemente, a... para...
Isabel Bordina... que, por isso, não... sabendo que...
vinha... superior... que... fizesse... que...
fate... uma... que... por uns três ou quatro...
meses... 2003... que, de tanto eu insistir, Isabel Bordina...
contrato... Paulo... Neor...
conhecimento... que... eu era obrigada a...
dessa forma... que... trabalho a que...
me referencialmente, tratava-se de... 1.200 metros...
portanto, girando em torno de quarenta e seis quilômetros por dia...
conhecimento de que somente três funcionários trabalhavam na...
bosque em todo esse período... que, pelos meus conhecimentos não é possível...
apenas três funcionários fazer a variação de quarenta e seis quilômetros/dia...
mesmo que se considerasse como quilômetro qualquer outro tipo de serviço...
realizado, como lavagem de bancos... que, sobre o mapa que me é exibido,

* (ORIGINAL ILEGÍVEL FORNECIDO PELO AUTOR)

O ministro que perdeu o encanto

DORES DE CABEÇA

Denúncias de Burattini (no alto) em conversas privadas com a CPI dos Birgus, mentiras de Poletto (no centro) e contatos frequentes de Adenilson (abaixo) com os ex-colegas da Prefeitura de Ribeirão

Preto temam cara vez mais evidente a participação ativa de Palocci (à dir.) em esquemas suspeitos de arrecadação de fundos para a campanha de Lula em 2002

Emparedado pelo fogo amigo e por denúncias de ex-assessores, Palocci cogita deixar o cargo

GUSTAVO KRUEGER
E THOMAS TRAU MANN

Antônio Palocci perdeu o encanto. Durante os seis meses da crise política, o ministro da Fazenda foi o pilar de sustentação do governo Lula. Na sexta-feira, era o governo que tentava salvar a carreira de Palocci. Acossado por seguidas denúncias envolvendo auxiliares dos tempos em que foi prefeito de Ribeirão Preto, São Paulo, pelo fim da trégua com os principais líderes da oposição e pelo confronto público com a ala do governo liderada pela ministra Dilma Rousseff, Palocci terminou a semana pensando em deixar o governo.

Falou sobre a demissão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quarta-feira

e ouviu uma recusa firme. No dia seguinte, o presidente se reuniu com Palocci e Dilma e pediu o fim das brigas. "Não quero discussão pelo jornal", reclamou Lula, referindo-se à entrevista de Dilma ao jornal *O Estado de São Paulo* em que a ministra fez duras críticas à condução da economia.

Palocci saiu abatido da reunião, mas prometeu ao presidente não tomar nenhuma atitude antes do dia 22, quando deve depor no Senado. A amigos, no entanto, disse que sua situação se tornou insustentável. Numa conversa delicada com um ministro, Lula disse que iria "até o fim" com Palocci. Isso significa defendê-lo publicamente e transformar sua permanência no cargo numa questão de honra para o governo. "Primeiro, acertaram o Zé. Agora, miram no Palocci", analisou Lula, numa referência ao ex-braço direito José Dirceu, obrigado a deixar a Casa Civil em junho. "Se o Palocci sair, eles não vão parar nunca."

Nas conversas mais reservadas, o ministro da Fazenda deixou escapar a suspeita de que o presidente tenha feito uma espécie de "jogo duplo" nas últimas semanas. O presidente tenha dado espaço para as críticas de Dilma, como

forma de pressionar a equipe econômica a afrouxar o controle de gastos e permitir mais investimentos e irrigar a campanha pela reeleição. Para Palocci, o presidente estaria repetindo a lática do início do governo, quando Dirceu fazia o contraponto político à Fazenda.

O ministro se considera no centro do "ataque especulativo ao Tesouro Nacional", apoiado por políticos ligados ao governo que querem a abertura dos cofres. Exemplo desse grupo é o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Há duas semanas, a Fazenda avisou Renan que a União iria bloquear os repasses federais para Alagoas porque o Estado não estava em dia com suas contas. Murilo Portugal, braço direito de Palocci, foi encarregado de negociar uma saída que permitisse adiantar dinheiro de outras rubricas para aliviar o aperto do Estado. Mesmo assim, quando o dinheiro foi retido, Renan explodiu. Foi a Lula e atacou pesadamente a equipe econômica.

Logo depois, a bancada do PMDB ofereceu um jantar a Dilma. A ministra e os senadores se uniram nos ataques à política de juros altos e ▶ superavit primário. Tudo o que Palocci representa. Trabalha o governo zeque, essa discussão já influencia até o debate sobre um sucessor para Palocci. O nome obvia seria o do Murilo Portugal, que representaria a continuidade, mas Lula não gosta da ideia. Acha que Portugal não tem nada a ver com ele nem com a união de um governo do PT e tem a imensa dificuldade de conviver com o topo antigo.

Palocci ficou especialmente irritado porque o acirramento do fogo amigo coincidiu com o agravamento das denúncias de corrupção. Enquanto era atacado apenas por supostas irregula-

ridades e emendas na Prefeitura de Ribeirão Preto ou pelas taxas de juros, Lula não precisava apertar para defendê-lo. Respeitando outros empresários, Palocci era visto como "cara de boa" do governo, em oposição aos petistas ligados a José Dirceu. Mesmo as denúncias envolvendo Eriberto Presto eram minimizadas, tidas como "coisa do passado". O problema é que o foro da crise mudara. Sabese agora que a atuação de Palocci na campanha de Lula foi muito mais ativa que se imaginava. Está claro até para petistas que não foi só Delúbio Soares quem aceitou umheiro de caixa dos. Pessoas que gozavam da confiança de Palocci, como Rogério Buratti e Vladimir Poleto, trouxeram dinheiro para a campanha.

Para Lula, a oposição mira em Palocci apenas de olho na sucessão, em 2006. Por essa visão, o presidente vai estar em campanha com três frentes: a estabilidade econômica, a geração de 3,5 milhões de empregos formais e o programa Bolsa-Família a endossar. E milhões de eleitores. Dos dois pontos, Lula considera que venceu os dois precedentes a Palocci. O problema é que as denúncias minam a credibilidade do ministro, algo fundamental para quem comanda a economia.

O cerco vem de vários lados. O problema são as investigações do Ministério Público e da Polícia Civil de São Paulo da compra e compra de os do síndico de Palocci, o município de Ribeirão Preto. Os promotores já denunciam 167 doações anônimas, pagamento de notas fiscais falsas e favorecimento a empresas ligadas ao PT ou a amigos de então. O ministro defende se dizendo que as investigações são dirigidas pelo governo tucano de São Paulo e aponta o secretário de Segurança Pública do Estado, Saulo de Almeida, como líder de uma conspiração para afrogê-lo.

As denúncias ganharam força depois que Rogério Buratti, secretário do governo da primeira gestão Palocci, foi preso e fez um acordo de delação premiada. Buratti disse que havia no município um esquema de arrecadação de caixa dois semelhante ao que foi a si de implantado em outras prefeituras petistas, como a de Santo André. Disse que a Leão & Leão, empreiteira da qual foi executivo, pagava R\$ 50 mil por mês em propinas para o PT. As investigações dos promotores mostram que a empresa tinha um esquema de notas falsas com fone, edeiros, que pode ser usado para emitir pagamentos cancelados por Buratti.

Ex-ain que o assessor, Buratti tornou-se o principal chefe de cabeça do Pelocci. Tem ajudado ativamente a CPI dos Bingos dentro e fora da sala de audiências. Além das acusações firmadas, do pistas para outras investigações. Foi dele, por exemplo, a dica que originou a acusação de que o PT teria recebido doações ilegais de Cuba. Na semana passada, contou que dois amigos dele foram identificados como Cairo e Vadim, terem doado R\$ 1 milhão à campanha de Lula em 2002 - em nome dos bingos de São Paulo. Outro montante de R\$ 1 milhão ou R\$ 2 milhões. Buratti não sabe ao certo - tem vindo do Rio de Janeiro, arrecadado por outros do bingos e pela Gitech. No fim de outubro de 2002, os a golarinos foi um se reuniu com Palocci, Waldomiro Diniz e representantes do bingos para tratar da contratação da doação. Os representantes do governo discutiram se comprometido a legalizar o jogo no país. Lula chegou a preparar um projeto de legalização dos bingos, abortado quando Ercóca revelou uma fita de vídeo na qual Waldomiro Diniz pedia propina a um empresário de jogos.

Buratti escancarou o que o governo considera o ponto mais fraco de Palocci: a turma de Ribeirão. Fleurático, o ministro se envolveu com um pessoal que bebe, fala palavrão e ajuda fazer negócios com a administração pública. Buratti foi pego tentando intermediar a renovação de contrato milionário da multinacional Citerbar e operar as loterias federais. Outro amigo e ex-assessor Vladimir Poleto alugou uma casa em Brasília para transformá-la em "central de negócios". Pagou R\$ 10 mil em dinheiro vivo pelo aluguel adiantado e usava o local para dar festas e aproximar empresários e assessores do governo Lula. Crayações autorizadas pela Justiça flagram várias tentativas de negócios. Confrontado com essas gravações na quinta-feira, ao depoimento à CPI dos Bingos Poleto sofreu uma crise de amnésia. Não conseguiu lembrar de nenhum dos negócios que tentou amarrar na "central".

O depoimento de Poleto foi um desastre. Ele tinha sido apontado pela revista *Veja* como responsável pelo transporte de três caixas contendo dinheiro doado pelo governo de Cuba à campanha de Lula. Na CPI, confirmou ter transportado três caixas fechadas de Brasília para São Paulo, a pedido de um amigo pessoal - Ralf Barquete, ex-asses-

sor de Palocci na Prefeitura e depois no governo federal, morto em 2004 -, mas negou ter dito que havia dinheiro nas caixas. A CPI então o fez ouvir a gravação de sua entrevista à revista. Nela, Poleto diz ter ouvido de Barquete que havia US\$ 1,4 milhão nas caixas, mas nega que o dinheiro viesse de Cuba. Atribuiu as contradições a uma "cachacinha" que teria tomado durante a entrevista. "Vossa Senhoria é muito cara-de-pau", atirou o tucano Tasso Jereissati. "É uma figuraça. Este depoimento parece um happy hour", provocou o senador Arthur Virgílio, também do PSDB que aproveitou para culpar os petistas. "Alguém imagina o (Pedro) Malan (ministro da Fazenda de Fernando Henrique) envolvido com um pessoal como este?"

Se o problema fosse apenas o estilo pouco convencional de pessoas como Buratti e Poleto, o governo não estaria submetido a nada pior que um constrangimento. O grave é que eles participaram da arrecadação financeira da campanha petista em 2002. Palocci, como coordenador do plano de governo, tinha acesso a empresários e operou parte da coleta de recursos. Depois, eles usaram a "central de negócios" para marcar encontros de empresários com dirigentes de estatais, autoridades do governo e até com o próprio ministro. Em um ano, Poleto trocou mais de 1.400 telefonemas com Ademirson da Silva, secretário particular de Palocci. Ele é tão próximo do ministro que era para o telefone do secretário que as pessoas ligavam quando tinham urgência em falar com Palocci. A CPI dos Bingos já convocou Ademirson para explicar o motivo de tanta conversa.

Palocci enfrenta ainda a desarticulação política do governo. No depoimento de Poleto, nenhum dos principais parlamentares do PT apareceu para defender o ministro. As articulações com o PSDB para um pacto de não-agressão naufragaram depois que o PT pediu à Justiça Eleitoral uma auditoria nas contas dos tucanos. Com tudo isso em máximo que Palocci - que não queria passar pelo constrangimento de depor no Congresso - conseguiu fortalecer o cenário. Em vez de ir a uma CPI, vai falar na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Mas ninguém se ainda pensando que ele será poupado do tiro em. ■

O ESTADO DE S. PAULO

DOCUMENTO A QUE SÉ REFERÊ

Presidente comandou operação no Planalto até meia-noite

Lula coordenou ofensiva que mobilizou ministros para evitar prorrogação da CPI e reagiu incrédulo ao fracasso da operação

CRASE NO GOVERNO LULA

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva permaneceu no Palácio do Planalto até pouco antes da meia-noite de quinta-feira só para comandar a ofensiva pela retirada de assinaturas do requerimento de prorrogação da CPI dos Correios.

Lula - que dormiu satisfeito com o trabalho de sua equipe e ainda na manhã de ontem chegou ao Planalto comemorando - perdeu a flegma ao ser informado que uma decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), poderia tirar a vitória do governo e ser o ingrediente que faltava para prorrogar a crise até abril, quando a campanha eleitoral estiver na rua. "Não é possível", desabafou Lula, considerando inacreditável que essa reviravolta pudesse ter acontecido.

Ao mesmo tempo em que tentava reverter os problemas causados pela crise criada entre os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda), Lula, de seu gabinete no 3.º andar no Planalto, conversava com ministros e parlamentares na tentativa de ganhar pelo menos uma batalha. "Foi uma operação de guerra semelhante a montada para eleger Aldo para a Câmara", comentou um interlocutor do presidente.

Segunda-feira passada, no entanto, na sala ao lado, Lula assegurou aos jornalistas que o entrevistaram no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, que não trabalharia para impedir nenhuma CPI, apesar de tenta-

do evitar que todas fossem instaladas. "Todos do Planalto foram envolvidos e cada um procurava as pessoas com as quais tinha mais afinidade", comentou um assessor palaciano, ao explicar que alguns deputados já haviam assinado e precisavam ser convencidos a retirar seu nome e outros ameaçavam assinar, se não fossem atendidos nos seus pleitos.

Durante todo o dia, uma romaria de deputados entrou e saiu do palácio. De acordo com interlocutores do Planalto, muitos parlamentares cobravam o pagamento de emendas que havia sido prometido. O governo tentava mostrar que, aos poucos, as emendas estavam sendo liberadas, era preciso ter paciência. Mas, avisavam que, se o parlamentar decidisse assinar a prorrogação da CPI, podia esquecer o atendimento dos pleitos. Com estes "argumentos" tentava, em vão, impedir a prorrogação dos trabalhos da CPI.

RECLAMAÇÃO

Lula, que mudou seu ministério, sacrificando petistas, para garantir vaga a representantes dos partidos aliados para assegurar uma base no Congresso, reclamou muito de alguns auxiliares, "que não movem uma palha" pelo governo. E o caso dos

ministros Dilma Rousseff

Helena

va

Ap

gui

per

sider

o elf

Na

pre

pa

bar, o mais cedo possível, com a CPMI dos Correios. O discurso é um, a prática é outra.

Ação desastrosa do Governo Lula e seus coordenadores políticos mostrou quem tem medo de CPIs.

O Governo Lula perdeu ao tentar evitar a prorrogação do prazo da

ção

da

mel

nes

L

sa

mun

Mar

gui

das

em

feir

Teó

ped

e vi

dar

hou

dos

men

fortes.

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

o

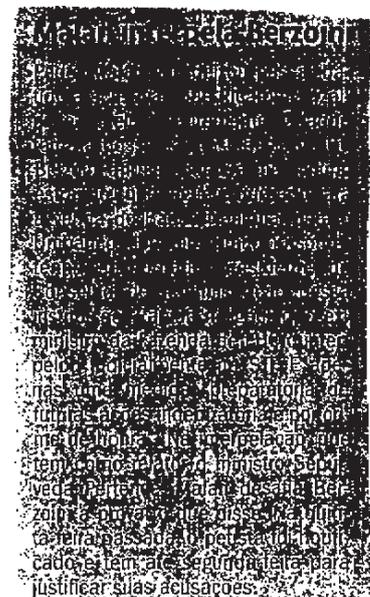
o

o

o

o

o



Incompetência e esperteza

As enormes dificuldades que o governo enfrenta no Senado para aprovar a Medida Provisória nº 258, que cria a Super-Receita, estão servindo de cunha para se introduzir no texto original uma nova rodada de renegociação de dívidas tributárias, que, como as anteriores, beneficiarão devedores contumazes do Fisco e punirão os contribuintes honestos. Mais uma vez se assiste ao lamentável espetáculo que combina a incompetência política do governo e a esperteza de um grupo interessado em aproveitar a fragilidade do Executivo para auferir benefícios para si ou seus aliados. O resultado dessa combinação pode ser danoso para o País.

A MP 258 cria a Receita Federal do Brasil, com a absorção do sistema de arrecadação previdenciária pela Receita Federal. Em tese, essa unificação aumentará a eficiência do aparelho arrecadador, que disporá de informações mais precisas (atualmente, não há cruzamento automático das informações da Previdência e da Receita), e reduzirá seu custo, pois seus quadros serão unificados.

Há fortes resistências à MP tanto na Previdência como na Receita, por causa do efeito que a fusão terá sobre o número de funcionários. Tributaristas estão preocupados com o poder da Super-Receita.

Também no Congresso a MP 258 enfrenta forte oposição. Os que a criticam entendem que a proposta do governo deveria ter sido encaminhada na forma de projeto de lei, o que daria mais tempo para o debate parlamentar de um tema dessa importância. Além disso, na opinião de muitos congressistas, uma proposta desse tipo não contém as características de "urgência e relevância" que justifiquem a edição de uma medida provisória.

Por isso, foi com muita dificuldade que o governo conseguiu, na quarta-feira passada, aprovar a MP 258 na Câmara. Mas, para que não perca validade, ela terá de ser aprovada também pelo Senado e estar sancionada pelo presidente da República até a próxima sexta-feira, o que dá muito pouco tempo para os senadores a discutirem. "É um absurdo que o Senado tenha de apreciar no último dia uma medida provisória dessa magnitude", reclamou com

razão o presidente da Casa, Renan Calheiros.

Para fazer isso, alguns senadores exigem alguma compensação. É aí que entra a esperteza. Em troca da presteza na votação da MP, o que se quer é a incorporação, em seu texto, de um novo programa de perdão (ainda que parcial) e de renegociação de dívidas tributárias. Dois programas desse tipo, conhecidos como Refis (Programa de Recuperação Fiscal) 1 e 2, foram aprovados nos últimos anos, o primeiro em 2000 e o segundo (oficialmente designado como Paes) em 2003. Para os contribuintes em débito com o Fisco que a eles aderiram, os resultados foram muito bons. Do ponto de vista da arrecadação, porém, foram modestos.

Dois senadores do PMDB, Romero Jucá (RR) e Fernando Bezerra (RN), já se prontificaram a fazer esse acréscimo. O segundo, além de líder do governo no Congresso, é ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade que representa alguns dos principais interessados no que poderá ser o Refis 3. Eles têm o apoio explícito do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que acompanha o assunto com atenção especial.

Há cerca de dois meses, a Fiesp apresentou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, uma proposta para o Refis 3. Essa proposta repete algumas das regras dos programas anteriores e, sobretudo, torna menos severas outras, como a que limita o prazo para o parcelamento do débito tributário.

Os contribuintes em débito que aderiram aos programas anteriores, em sua maioria, auferiram as vantagens – como a obtenção de certidões negativas que os habilitaram a fornecer para o setor público e a conseguir financiamentos bancários –, mas não cumpriram sua parte. Depois de alguns meses, abandonaram os programas. A Fiesp quer abrir nova oportunidade para esses mesmos contribuintes aderirem a um novo programa que lhes reduzirá a dívida e oferecerá condições vantajosas de renegociação.

O governo, que pouco ganhou com os anteriores, não tem motivo para aceitar outro. E, se o fizer, qual será a reação dos contribuintes que, com esforço, pagaram e pagam os tributos em dia?

O “nosso” Delúbio, santo, mártir, herói

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Por ter salvado o PT e o governo, ele mereceu, no Roda Viva, o carinho do presidente

O melhor do programa *Roda Viva* em que se apresentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mais significativo e mais expressivo, em meio às toneladas de frases pronunciadas pelo entrevistado, foi uma simples palavrinha de duas sílabas e cinco letras, um banal pronome possessivo — “nosso”. Quantas e quantas vezes um “nosso” é pronunciado sem causar a mínima comoção! Por dia, uma pessoa deve recorrer

a essa tão sovada quanto útil palavrinha umas dez, vinte, talvez cinquenta vezes, e nem se dá conta disso. Já o “nosso” do presidente foi carregado de sentido, um “nosso” denso de emoção. Foi quando ele se referiu ao antigo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares como o “nosso” Delúbio.

O presidente estava certo. Em mais de 90% de suas falas no programa ele se dedicou ou à embromação ou à inverdade pura e simples. Garantiu que nunca quis impedir CPIs e inventou que Roberto Jefferson foi cassado porque não provou as acusações da existência do mensalão, entre outras espantosas afirmações. Insistiu em que nada está provado quando há uma enxurrada de documentos mostrando de onde vieram e para onde foram os milhões de reais manipulados por operadores a serviço do PT.

Já na escolha do “nosso” para qualificar Delúbio, Lula foi feliz como poucas vezes, ele que, habituado a engrenar os discursos no puro piloto automático, sem atenção ao significado das palavras, tão freqüentemente se atrapalha ou erra. O “nosso”, quando aplicado a uma pessoa, é uma maneira de demonstrar carinho. É dizer que aquela pessoa está perto, e é querida. Delúbio merece tal tratamento da parte do presidente. Ele é o esteio que escora o PT e o governo. A figura de olhos mortiços e grossos lábios do antes misterioso tesoureiro, hoje tão familiar aos brasileiros, merece ser cultuada, pelos petistas e governistas, como um herói, um mártir e um santo — nada menos do que isso.

Observe-se, antes de voltar a Delúbio, que, depois do *Roda Viva*, ficaram claras duas coisas. Primeiro: a crise acabou. Segundo: Lula ganhou. Com relação ao conteúdo do que ele disse no programa, o desempenho do presidente foi desastroso. Raramente se viu o primeiro mandatário da nação tão disponível para se pôr em desacordo com os fatos. Mas quem liga para conteúdos? Mais importante é que Lula estava à vontade e seguro de si. Os fatos, ora, os fatos, eram sombras indistintas, por trás da caracte-

rística fumaça de verbosidade. Nesta era de política-espetáculo, política-televisão, política-marketing, é o que importa. Ele driblou as perguntas, muitas vezes incisivas, dos entrevistadores com a esperteza e a rapidez de um Tevez, a principal estrela do time presidencial, entre os zagueiros adversários.

Uma dúvida insistente — como é que ele vai enfrentar uma campanha eleitoral depois de tanto escândalo? — foi desfeita. Vai se comportar como no *Roda Viva*. Ele mostrou no programa que concluiu seu doutorado nos truques do ilusionismo. Ajuda-o muito o fato de, seis meses depois, o cansaço ter vencido a opinião pública. Na semana anterior, a CPI dos Correios tinha provado pela primeira vez como o dinheiro de uma estatal, no caso o Banco do Brasil, acabara na conta do PT. A revelação equivale a uma pistola fumegante encontrada na mão do assassino. No entanto... E daí? Não importa que milhões de reais tenham sido perfeitamente rastreados, em seus tortuosos e escusos caminhos. Ei-lo um candidato competitivo, talvez até favorito, na eleição do ano que vem.

E todos esses ventos a favor, graças a quem? À figura incomparável do “nosso” Delúbio. Porque — eis o ponto que o glorifica e o faz merecer o tratamento de “nosso” — ele chamou toda a culpa para si. Desde Tiradentes o país não assistia a nada igual. Os companheiros dizem que tudo é culpa dele, que ele agia sozinho, que ninguém mais sabia de nada — e ele cala, quando não consente expressamente. Os homens-bomba do Oriente Médio sacrificam a própria vida. Ele sacrificou a honra e o futuro. Não merece senão as homenagens dos correligionários.

O presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que a pessoa a quem Lula se refere, quando se diz traído, como já dissera tempos atrás e repetiu no *Roda Viva*, é Delúbio. Não, mil vezes não! Se fosse, Lula não o chamaria de “nosso”. Não se pode imaginar um Cláudio Manuel da Costa ou um Tomás Antônio Gonzaga a dizer “o nosso Silvério dos Reis”. Definitivamente, Delúbio Soares não é um Joaquim Silvério dos Reis. Antes, para voltar à figura do mártir da Inconfidência Mineira, é um Tiradentes. Escolheu ir sozinho para a forca. Vilipendiá-lo de um lado, como fez Berzoini, e acariciá-lo de outro, como fez Lula, é parte de uma encenação teatral representada entre petistas. No meio, o antigo professor de matemática de Goiás oferece sua pessoa em holocausto. Se Lula for recleito, como as coisas parecem indicar, pecará por ingratidão se não erguer no jardim do Palácio da Alvorada, ao lado do canteiro de flores ornado com a estrela do PT, uma estátua ao “nosso” Delúbio, santo e mártir do petismo, herói da sobrevivência do governo.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Informo ao Senador Arthur Virgílio que os seus pedidos serão deferidos, nos termos do Regimento, com as devidas transcrições nos Anais da Casa dos documentos encaminhados.

Passamos a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamentavelmente não está mais entre nós, Senador Arthur Virgílio, o extraordinário Stanislaw Ponte Preta, para ver o que o Brasil vive hoje, um verdadeiro “samba do crioulo doido”. Crise após crise, sem que a Oposição brasileira tenha, Senador Arthur Virgílio – e tenho certeza de que temos consciência disso, Senadora Heloísa Helena – tido ainda capacidade de criar uma sequer crise para o Governo.

O monopólio da crise é da própria base. O Governo, às vezes, como se diz no linguajar popular, “turbina”, aumenta a crise, mas a origem é o Governo. É o fogo amigo. A denúncia parte dos que têm acesso a fatos, Senador Paulo Paim.

A bola da vez é o Ministro Palocci. As metralhadoras de seus desafetos no Governo partem contra o comandante da política econômica do Brasil em todas as direções. Fatos antigos são requentados. Fatos novos chegam, de maneira anônima, aos nossos gabinetes e às redações de jornais para que os verdadeiros autores não sejam identificados.

Bastou a divergência entre o Ministro da Fazenda e a Ministra da Casa Civil ser anunciada – inicialmente divergência por questão consensual para saber se se deve gastar ou não, por que gastar, onde gastar –, para que aqueles que estavam frustrados há algum tempo se açassem para dar início a essa saraivada de ataques ao Sr. Palocci.

E aí começam a questionar, nos deixando inclusive numa situação inusitada: parece que é a Oposição, que são o PFL e o PSDB que nomeiam o Ministro da Fazenda. Cria-se a falsa impressão de que somos nós, da Oposição, que sustentamos o Ministro, e não o próprio Governo, a quem ele é fiel – ele é fundador do Partido e dessa história primeira, pelo menos. E que nós é que o seguramos, e não eles.

A questão de gastar, Senadora Heloísa Helena, essa briga para abrir o cofre do Palocci é que me deixa intrigado. Nós não gastamos metade do orçamento deste ano. O acordo feito com o FMI para obras de infra-estrutura não foi cumprido, Senador Paim. Os ministérios estão paralisados e só funcionam na véspera de votações, quando emendas parlamentares são liberadas, nem sempre de maneira republicana.

O cofre da Nação está inatingível. Gasta mais onde? Por quê? Para quê? Com quê? O Fome Zero é uma peça de ficção. Na teoria, grande projeto, mas, na prática, um verdadeiro fracasso.

Na teoria é um grande projeto, mas na prática, um verdadeiro fracasso. Talvez se não tivesse havido essa série de escândalos, e as licitações tivessem sido feitas à maneira como foram imaginadas pelos que estão hoje aí envolvidos nesses problemas, tivéssemos alguns desses computadores distribuídos. Mas, de repente, com a mudança da estrutura administrativa e da vigilância da Nação, nada disso andou!

Agora mesmo recebo a notícia do Estado do Piauí de que o açude de Joana está ameaçado de ruir, de desabar, por falta de distribuição de recursos para sua manutenção, pelo Ministério da Integração Nacional, açude esse que é de importância fundamental para a Cidade de Pedro II e para a sua região.

O Governo não leva o Orçamento a sério, Senadora Heloísa Helena, porque, enquanto não cumpre o Orçamento que temos, nos culpa e nos acusa de tentar assegurar a transposição do São Francisco, projeto este que ainda precisa de esclarecimentos técnicos que justifiquem investimentos de grande monta.

Senador Paim, se examinarmos o plenário, veremos que as galerias estão cheias, o que nos deixa muito feliz! Quero crer que, pelo tamanho do nosso País, devemos ter pessoas de várias regiões, e aí vem o grande questionamento: se esse dinheiro da transposição do São Francisco, contra a qual não sou, só penso que não seja prioridade nossa, fosse usado em ferrovias para transportar as nossas riquezas e os nossos passageiros, será que esse investimento não seria mais bem empregado e necessário do que a ilusão de uma transposição que, no mundo inteiro, quando se tenta fazer, em alguns lugares dão certo e em outros não?

O Brasil está com um prejuízo, na área de ferrovias, de mais de 50 anos. Se fizessemos, exatamente

margeando o Rio São Francisco, ferrovias para exportação e transporte das nossas riquezas, talvez, num futuro bem próximo, o produto arrecadado fosse o suficiente para custear projetos dessa natureza. Mas o Governo, Senadora Iris, é mesmo assim. Anunciou, no seu início, que faria o maior programa de segurança pública do País, Senador Paim; prometeu cadeias de segurança máxima pelo Brasil afora. E aí reagi, daqui desta tribuna, quando quiseram anunciar, como primeiro ato, a transferência do Sr. Fernando Beira-Mar para o Piauí. Quando fui contra, disseram que eu estava contra o Estado. O Governador queria colocar o Fernando Beira-Mar em Teresina como obra de Governo. Imaginem os senhores, um Estado sem estrutura sequer para conviver com a criminalidade própria, local, passar a ser modelo de importação dos bandidos nacionais. Protestamos, o fato não aconteceu. Levaram o Fernandinho para Alagoas, depois para São Paulo, para Santa Catarina, transformando-o em turista às custas do Erário, conhecendo todo o sistema prisional do Brasil. Desse anúncio para agora já se vão quase quatro anos, Senador Paim. Quantos presídios de segurança máxima do grande programa anunciado pelo Governo foram construídos neste País? Zero! Nem um! Nem no Piauí, nem em Santa Catarina, nem no Paraná, em lugar nenhum. Só promessa.

Fica difícil, meu caro Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que tem marcado presença no Senado da República pela coerência e que, muitas vezes, tem tido momentos de conflito com os que mudaram de pensamento do seu Partido, mas em verdadeira lua-de-mel com sua consciência, porque não está entre aqueles que mudaram, acreditarmos que essa política de anúncio de ganância, que alguns setores de Governo começam a anunciar, seja bem intencionada. O Presidente Lula, Senador Paim, perdeu as eleições anteriores por não abrir mão da ética. Fez, portanto, um compromisso com a ética. Alguém lhe assoprou nos ouvidos, já nessa última eleição, como quem diz que com ética não se ganha eleição no Brasil. E, aí, ele rompeu com a ética. E está aí nesse emaranhado de lama e que, por mais que se tente poupá-lo, como a Oposição, de maneira responsável, vem fazendo, diferentemente da Oposição quando ele lá estava a liderar, por mais que tentemos preservar a presença e a figura do Presidente da República, não conseguimos explicar, quando vamos às ruas, à opinião pública. A deformação do Presidente da República chegou ao requinte, Senadora Iris que, na semana passada, ao ver aquele seu debate na te-

levisão, quando ele quis falar, Senadora Heloísa Helena, da pujança do PT, ele fez uma comparação com o Corinthians... Muito bem! É o time de maior torcida no Brasil, juntamente com o Flamengo. É um direito que lhe assiste. Mas, quando ele quis comparar a pujança do PT com o jogador Tevez, argentino, um estrangeiro que ocupa um lugar indevido no Brasil e que apenas sabe fazer gols... Esquecendo-se dos Ronaldinhos, dos Adrianos, dos milhares e milhares de brasileiros que mandamos pelo mundo afora, hoje talvez como melhor produto de exportação porque pelo menos é quem melhor faz a propaganda do Brasil afora. E o Presidente da República não encontrar entre esses nenhum ou como seu ídolo ou como exemplo e trazer exatamente o argentino é querer apunhalar, é querer ferir de morte o que o brasileiro mais ama, que é o futebol. Com todo o respeito ao Tevez e aos seus gols, mas, para se chegar a ele como exemplo, tínhamos que passar, até mesmo dentro do Corinthians, por outros exemplos genuinamente brasileiros. É a mudança.

Adquiriu a capacidade de sair dos fatos sem encará-los, de uma maneira impressionante. Irritou-se quando foi criticada a aquisição do aerolula, que o aerolula não era de Sua Excelência. Tudo bem! O Brasil não está contra o aerolula, Senadora Heloísa Helena, não discute a compra do avião embora a prioridade, talvez pelo que pregava antes, porque ninguém criticou mais no Brasil viagens do Presidente da República do que o Sr. Lula quando Fernando Henrique ocupava o poder. O que se discute sobre o aerolula é um fato muito simples: foi o avião ter sido pago à vista e antecipadamente. Não existe na história do mundo ninguém que compre avião fazendo pagamento antecipado, Senador Paim. Os fabricantes estão aí com seus pátios lotados de aparelhos pedindo aos céus que um país da dimensão do Brasil queira comprar um avião da sua fabricação porque serve, inclusive, como propaganda, oferecendo todos os tipos de vantagens possíveis para ter um comprador do quilate do Brasil. E aí, não! Pagaram-se US\$56 milhões antecipadamente e sabe-se que não é o avião adequado para atender as necessidades de um País da nossa dimensão, quer no conceito geográfico interno, quer na dimensão da sua política externa. Fez-se um remendo ao preço de US\$56 milhões quando se poderia ter dado soluções mais lógicas, mais objetivas e mais úteis para o País.

Sr. Presidente, finalizando, lamento que estejamos aqui, numa segunda-feira, e o Governo, ausente, ou, nos Ministérios, liberando as verbas da última

votação, da prorrogação da CPI, ou, nos gabinetes, articulando a derrubada de um companheiro: o Ministro Antônio Palocci. Como o PT mudou, Senador Paulo Paim!...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a sabe disso melhor do que ninguém. V. Ex^a sofre com isso mais do que ninguém. V. Ex^a, que lutou pelo salário mínimo quando era Oposição e pensou que fosse pôr em prática aquela verdade pregada na praça pública, quando se dizia que, nesses quatro anos, ir-se-ia se dobrar, pelo menos, o salário mínimo. Nada disso está ocorrendo.

O Presidente Lula deixou para mim uma dúvida, que foi sua própria dúvida. Quando lhe foi perguntado se disputaria a reeleição, não se via o Lula altivo...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... olhando nos olhos desta Nação pelas câmeras de televisão, mas um Lula cabisbaixo, talvez a se perguntar: “E se eu for para o palanque, quem estará ao meu lado? Aqueles que acreditaram no que preguei ao longo de 20 anos ou os que hoje maculam meu Governo implantando neste País o maior volume de corrupção já visto?”. É um Lula em dúvida, é um Lula atormentado, suando, contradizendo-se e vivendo o pior dos mundos, que é o da solidão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.289, DE 2004

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista João Avelino ocorrido no dia 13-11-2005, em Porto Alegre – RS

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família;
- c) ao Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2005.
– **Paulo Paim – Pedro Simon.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornalista João Avelino, para cuja família peço essa consideração, faleceu ontem em Porto Alegre, aos 86 anos. Era militante do PCB – Partido Comunista Brasileiro e líder do Sindicato dos Jornalistas. Foi uma referência na nossa juventude na época da ditadura, um lutador, preso diversas vezes, que infelizmente nos deixou.

Mediante o fato, a Mesa vai encaminhar o voto de pesar à família e ao Sindicato dos Jornalistas.

Esse requerimento é assinado por mim e pelo Senador Pedro Simon.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A SRA. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Romero Jucá, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Valmir Amaral e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “R\$3,8 bi encalhados”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 4 de novembro do corrente.

A matéria mostra que, apesar de ter R\$3,8 bilhões para financiar obras de saneamento básico e infra-estrutura, o governo Lula só conseguiu liberar R\$176,1 milhões até o final de outubro. Vale lembrar que a ampliação de investimentos nesse setor “faz parte dos compromissos assumidos por Lula na campanha eleitoral de 2002”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ECONOMIA

INFRA-ESTRUTURA

Do total disponível para obras de saneamento, só foram concedidos R\$ 176 milhões por causa do limite bancário e das dívidas dos municípios. Enquanto isso, 82 milhões de pessoas estão sem esgoto

R\$ 3,8 bi encalhados

EDNA SIMÃO

MÉDIO DO CORREIO

O final do ano se aproxima e a Caixa Econômica Federal corre contra o tempo para conseguir usar seu orçamento para financiar obras de saneamento básico e infra-estrutura. Apesar de ter R\$ 3,8 bilhões para destinar ao setor, apenas R\$ 176,1 milhões foram liberados até o final de outubro – valor bem inferior ao aplicado em 2003 (R\$ 1,97 bilhão) e 2004 (R\$ 2,48 bilhões). O entrave para que o dinheiro chegue ao setor público são os limites de comprometimento dos bancos com financiamentos (nenhuma instituição financeira pode emprestar mais de 45% de seu patrimônio de referência para entes públicos) e de endividamento de estados e municípios.

Neste contexto, a Caixa tem R\$ 1 bilhão em projetos com análises de risco e de sustentabilidade aprovados, porém mesmo tendo recursos do FGTS, está impedida de liberá-los. Isso acontece porque a estatal estava próxima de atingir o limite de contingenciamento, de 45% de seu patrimônio de referência. Recentemente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) permitiu que o banco contabilizasse de diferente os créditos que têm a receber no longo prazo. Isso abriu um espaço de financiamento de R\$ 1,5 bilhão, mas não resolve o problema. A margem vem sendo liberada a contagotas pelo CMN, que por enquanto autorizou R\$ 484 milhões. Na última quinta-feira, foram aprovados mais R\$ 200

milhões. Esse dinheiro só poderá ser utilizado quando houver a publicação no *Diário Oficial da União*, o que acontecerá nos próximos dias. A medida, no entanto, é insuficiente para contemplar os projetos já aprovados pela Caixa, de R\$ 1 bilhão.

Além disso, existe uma fila de projetos cadastrados no Banco Central esperando por recursos. Até 31 de outubro, havia R\$ 4,3 bilhões em propostas, sendo que R\$ 3,5 bilhões esperam dinheiro da Caixa.

Reunião

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os ministros Antonio Palocci (Fazenda), Márcio Fortes (Cidades), Paulo Bernardo (Planejamento) e com o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para discutir o problema. A ampliação de investimentos nas áreas de saneamento e infra-estrutura faz parte dos compromissos assumidos por Lula na campanha eleitoral, em 2002.

Se os gargalos não forem resolvidos, dificilmente o presidente terá – em um ano eleitoral – como fazer a inauguração de obras fundamentais para a redução das desigualdades sociais. No Brasil, 82 milhões de pessoas vivem sem esgoto, 43 milhões sem água potável e 14 milhões ainda não dispõem de coleta de lixo. De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada real investido pelo governo federal em saneamento, há uma economia de R\$ 4 nos gastos da saúde.

Durante o encontro com o presidente, a Caixa apresentou números sobre o setor de saneamento. Além disso, pretendia informar aos participantes da reunião que para contratar os recursos do FGTS de 2005 é preciso – além de flexibilizar a questão do limite de empréstimos dos bancos – abrir uma margem de endividamento para os estados e municípios. Segundo o superintendente nacional de Saneamento da Caixa, Rogério Tavares, a análise de risco de crédito e de sustentabilidade de um projeto demora cerca de 120 dias. Conclando o tempo necessário a autorização de endividamento do município ou estado pelo Tesouro Nacional, este prazo pode demorar quase quatro meses. Se isso se confirmar, boa parte do orçamento de 2005 para o saneamento poderá não ser utilizada. Tavares não acredita nesta possibilidade. Mesmo com o prazo apertado, diz ser possível fechar contratos neste ano com liberação de recursos em 2006.

Tavares acredita que uma solução paralela à falta de recursos no setor são as Parcerias Público-Privadas, as chamadas PPPs. "Este é um caminho que pode ser mais explorado", afirmou. O ministro das Cidades, Márcio Fortes, concorda e trabalhará para que os projetos de saneamento sejam incluídos entre os prioritários no programa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esta seria uma das alternativas para que os recursos não fossem bloqueados para ajudar no cumprimento de metas de

superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros); que neste ano correspondem a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O ministro Fortes criou um grupo de trabalho para analisar os projetos de saneamento que aguardam análise de técnicos da pasta. A agilidade neste processo poderá facilitar a liberação de algo entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões. "Existem 300 projetos parados aguardando análise no ministério", afirmou.

INVESTIMENTOS	
Orçamento liberado	
Saneamento	R\$ 1,821 bi - R\$ 43,343 mi
Infra-estrutura	R\$ 699,698 mi - R\$ 132,821 mi
Emprego gerados	491,596 mil - 23,479 mil
População beneficiada	12,995 mi - 351,503 mil
Observação: O orçamento total previsto este ano é de R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões alocados apenas para saneamento básico.	
*Até 27 de outubro de 2005	
Fonte: Caixa Econômica Federal	

O SR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por milênios uma chaga tem marcado a trajetória dos homens pelo planeta: trata-se do flagelo da escravidão. Através do deserto do Saara, milhares de pessoas foram conduzidas pelas tribos tuaregues; na Europa meridional e na África do Norte, talvez milhões tenham sido açoitados pelas legiões romanas; na China, já a partir de sua primeira dinastia, mesmo antes do período feudal, havia escravos; por séculos, em toda a América, milhões de homens, mulheres e crianças padeceram o jugo do regime escravocrata.

Distanciado no tempo, o fenômeno poderia merecer apenas um lamento humanístico, como se fora um reconhecimento doloroso de uma etapa brutal, mas necessária, para o processo civilizatório que levou à afirmação dos direitos humanos e para o contínuo aperfeiçoamento das instituições livres e democráticas. Poderia, caso estivesse menos vivo nos dias que correm. Não é, contudo, o que mostra o panorama mundial, pois eis que surgem novas modalidades de tráfico de seres humanos e, em consequência, o retorno a condições análogas às da escravidão.

Recente edição da revista *Phoenix*, editada pelo Sindicato Nacional dos Delegados de Polícia Federal, traz alentada reportagem sobre o tema, mostrando que a escravidão se trata de modalidade criminosa em expansão, que atinge todos os continentes, e grassa, sobretudo, entre as populações mais pobres e desassistidas pelo poder público.

O fenômeno vem preocupando as autoridades nacionais e internacionais, a ponto de a Organização das Nações Unidas ter promovido, em abril deste ano, um Congresso em Bangcoc, Tailândia, para discutir o tema. Suspeita-se que o ilícito movimento somas fabulosas, em torno de US\$9 bilhões – valores inferiores apenas àqueles gerados pelo tráfico de drogas e de armas. Não se sabe ao certo, mas estima-se que entre 900 mil e 2 milhões de pessoas sejam vitimadas pelo tráfico a cada ano, sendo obrigadas a atravessar ilegalmente fronteiras internacionais.

O Brasil não está imune ao problema. Ao contrário, a CPI da Exploração Sexual detectou inúmeras rotas de tráfico, sobretudo de mulheres, adolescentes e crianças. A questão demandou o estabelecimento da “Campanha de Combate ao Tráfico Internacional de Seres Humanos”. Lançada em junho do ano passado pelo Ministério da Justiça, conta com o apoio do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC). De acordo com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o tráfico “é um crime que tem de ser tratado de forma diferenciada, porque é sutil e, muitas vezes, disfarçado por outras práticas legais”. Assim, para combatê-lo, há que “trabalhar com sofisticação e em rede”.

Na legislação brasileira, a previsão do ilícito está contida no artigo 231 do Código Penal, o qual trata exclusivamente do tráfico internacional de mulheres, e também no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Porém, a principal arma de combate ao tráfico de seres humanos no Brasil é a ratificação, efetuada em 2004, da chamada Convenção de Palermo.

Já o perfil das vítimas é determinado por um conjunto de fatores: procedência, condição social, grau de instrução, idade, sexo e aparência física. Assim, as vítimas mais freqüentes são adolescentes do sexo feminino ou mulheres jovens, pobres, pouco instruídas, provindas do Norte e do Nordeste do País, quase sempre morenas.

Em relação à distribuição geográfica das ocorrências, algumas capitais, principalmente Goiânia e Fortaleza, já foram identificadas como pólos fornecedores de mulheres. Também são muito visadas as cidades de Salvador, Recife, Natal, São Luís e Anápolis. Em geral, as mulheres e crianças são trazidas ao Rio de Janeiro e São Paulo, pois os aeroportos internacionais dessas localidades são considerados os principais pontos de partida das vítimas do tráfico internacional de pessoas. Elas são destinadas, em sua maior parte, à exploração sexual em países como Espanha, Portugal, Holanda, Itália, Grécia, Turquia, Paraguai e Suriname.

A campanha instituída pelo Governo brasileiro pretende preparar o Estado, o Poder Judiciário e as polícias para investigar o tráfico de seres humanos, entendido como uma modalidade de crime organizado. Para tanto, a ação governamental baseou-se em quatro linhas de força: elaboração de um diagnóstico; treinamento dos operadores de Direito; instalação de escritórios de atendimento às vítimas; desenvolvimento de um banco de dados no formato de portal interativo na Internet. As ações de mobilização, em parceria com a ONU, consistem na distribuição de cartilhas no momento da emissão do passaporte; fixação de cartazes em aeroportos, superintendências da Polícia Federal e em locais de grande circulação; além da veiculação de programas informativos de rádio.

Como no caso brasileiro as meninas e as mulheres jovens são as vítimas preferenciais desse tipo de crime, é possível sugerir as seguintes medidas de controle: elaboração de planos de ação destinados a ampliar o acesso à educação e à saúde; aumento do acesso da mulher ao mercado de trabalho; estabelecimento de punição por todas as formas de violência perpetrada contra esse segmento social; aumento da vigilância nas regiões de fronteira; geração de pesquisas e bancos de dados sobre o perfil dos traficantes e agenciadores; treinamento dos profissionais encarregados do atendimento às vítimas, evitando o preconceito e a discriminação; disseminação de informações; e, por fim, aplicação de penas mais severas.

Embora nosso País não figure entre aqueles mais afetados pelo tráfico de seres humanos, devemos lutar pelo imediato aniquilamento dessa prática cruel, insidiosa e anti-humana, promovendo toda e qualquer ação que se fizer necessária, incluindo o robustecimento da legislação pertinente, se este for o caso. Por outro lado, é importante dar seguimento ao controle do chamado

turismo sexual, considerado um forte estimulador do tráfico de seres humanos, sobretudo de crianças e adolescentes do sexo feminino.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

Agradeço a todos pela atenção!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Eles estão descontrolados”, de autoria do jornalista Rui Nogueira, publicada na revista **Primeira Leitura**, em sua edição de outubro do corrente ano.

A matéria mostra que a principal marca do governo Lula é a incompetência e que a atual crise política só faz aumentar o estoque de inépcias cotidianas.

Senador Papaéo Paes

GOVERNANÇA

Eles estão descontrolados

Pode-se gostar ou desgostar deste governo pelos mais variados motivos, incluindo os ideológicos. A verdade crua, no entanto, como se verá a seguir, é que o seu mal principal é mesmo a incompetência. Não raro, o Planalto pensa uma coisa, faz outra e negocia uma terceira. Pior de tudo: no mais das vezes, os próprios protagonistas das negociações ficam vendidos pelas necessidades de última hora e pela improvisação

Por Rui Nogueira

Para o contribuinte que achava o aparelhamento político-partidário do Estado, revelado logo no início do governo Lula, não mais que uma natural e inocente ocupação de cargos, o cotidiano da administração federal petista guarda algumas surpresas ainda mais desagradáveis e, em parte, consequência do febril loteamento da máquina pública. A crise política e a paralisia do Congresso só fizeram aumentar o estoque de inépcias cotidianas. Para quem assumir o Planalto, em 1º de janeiro de 2007, se Lula não for reeleito, um aviso: que chegue com a certeza de que vai levar uns meses recompondo procedimentos que já constituiram a rotina mínima da responsabilidade pública.

Paralisias incompreensíveis e batidas de cabeça administrativas inaceitáveis são produto de um governo que fala uma coisa, pensa outra – quando pensa – e negocia acordos no Legislativo que nem são o que pensa nem o que diz. Alguns casos são exemplares (*veja quadro*), como o erro do Orçamento descoberto no mês passado, o destino da lei das novas regras de funcionamento das agências reguladoras ou a proeza de o governo ir deixando que um órgão de Estado como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pare de funcionar por incapacidade política de preencher as vagas. Outros casos são simplesmente caricatos, como tentar aprovar um crédito suplementar com um pedido de socorro financeiro enviado por fax para a Mesa do Congresso.

O Orçamento Geral da União (OGU) de 2006 foi enviado ao Parlamento, no fim de agosto, com a afirmação peremptória de que os cidadãos pagariam menos Imposto de Renda. Anexado à promessa, havia um erro de quase R\$ 3 bilhões sem autor definido e com o gover-

DETALHES de dois afrescos (pág. oposta) do italiano Ambrogio Lorenzetti (1290-1348) sobre os efeitos do bom e do mau governo na vida de uma cidade

no a admitir apenas que se tratou de um “equivoco”. O desentendimento sem nenhuma responsabilização

Segundo a matéria, “como sobra personalismo e faltam projetos que explicitem as políticas públicas, alguns ministros, desorientados, fecham acordos com o Congresso que são, depois, contestados por colegas ou arbitrados pelo tal núcleo duro do Planalto”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

virou rotina. Os casos só não são suficientemente conhecidos porque o momento pertence a coisas maiores, como os mensalões pagos em outras moedas, como “valérios” e “delúbios”.

Os erros revelam-se administrativos, mas são provocados por desacertos políticos entre ministros, e deles com o chamado núcleo duro que fica no Planalto, principalmente com o Gabinete da Casa Civil – que já foi de José Dirceu e agora pertence a Dilma Rousseff –, e com a Secretária-Geral da Presidência, do ministro Luiz Dulci. Como sobra personalismo e faltam projetos que explicitem as políticas públicas, alguns ministros, desorientados, fecham acordos com o Congresso que são, depois, contestados por colegas ou arbitrados pelo tal núcleo duro do Planalto.

“Não há um mínimo de coordenação, e o Planalto manda propostas para o Congresso que permitem um jogo aberto e proposital dos ministros. No caso da Lei da Biossegurança, sem uma posição arbitrada e clara do presidente, o assunto tramitou com o trabalho de uma ministra, Marina Silva [*Meio Ambiente*], encurralada contra dois colegas que sabem negociar, Eduardo Campos [*então ministro da Ciência e da Tecnologia*] e Roberto Rodrigues [*Agricultura*]”, conta à **Primeira Leitura** Antônio Augusto de Queiroz, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). É assim que uma decisão de ontem não vale para hoje, e um acordo fechado com os parlamentares e governadores ganha vetos surpreendentes – o que aconteceu na sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)/2006.

Eis outro caso paradigmático: o Tesouro Nacional informa governadores e prefeitos, a cada dez dias, da estimativa de quanto dinheiro eles terão de repasse dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Quando há mudanças drásticas na estimativa, eles são alertados e recebem uma explicação sobre a queda ou o aumento dos repasses. É essa a tradição, mas não foi isso o que aconteceu no dia 20 de setembro, quando governadores e prefeitos, sem nenhum aviso prévio, foram surpreendidos com repasses de apenas 20% do dinheiro estimado.

Os secretários e técnicos que ligaram para o Tesouro em busca de uma explicação ouviram uma resposta curta, mas sincera: "Não sabemos". Se não houve uma queda de 80% na arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), fontes do FPM e do FPE, como pode um Estado que não seja administrado tal qual a casa-da-mãe-joana não ter uma explicação para semelhante redução?

POR FAX A fiel expressão do Estado em decomposição foi oferecida pelo governo Lula em julho, quando o Comando da Aeronáutica tentou aprovar um crédito suplementar com um fax enviado para a Mesa do Congresso. A muito custo, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) conseguiu organizar uma sessão do Congresso, plenária que reúne deputados e senadores, onde são votados os créditos suplementares. Incomodado com a lentidão da equipe econômica por causa da falta de entendimento entre a Fazenda e o Planejamento e da falta de apoio político na base parlamentar, a Aeronáutica fez um apelo dramático a Renan para que pusesse em votação uma dotação de R\$ 51 milhões.

O dinheiro era o que faltava - e continua a faltar porque o crédito estava por aprovar no início deste mês de outubro - para quitar o contrato do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) com a Raytheon, financiado pelo Eximbank dos EUA e que venceu em 31 de agosto. O avalista é o Banco do Brasil, que pode ser executado a qualquer momento porque a parcela de débito não foi quitada.

Há uma indefinição política tipicamente petista a permear casos que são pura barbearagem. Para ficar bem com setores corporativos, presidente e ministros fazem promessas dúbias, alguma delas claramente impossíveis de cumprir. As cotas universitárias têm mais de uma proposta deste mesmo governo; os reajustes salariais para os servidores públicos estão por definir se serão lineares ou diferenciados; o financiamento dos hospitais universitários é despesa para ser dividida entre o MEC e a Saúde, para o ministro Fernando Haddad (Educação), e só pelo MEC, na opinião do ministro Saraiva Felipe (Saúde).

Desde o início, as propostas de reforma universitária embutiram a promessa de aumentar os recursos para as

universidades federais, em vez de definir as fontes de recursos que lhes garantam um financiamento seguro, ainda que mínimo. Para garantir mais R\$ 1 bilhão para as universidades federais, o ministro Haddad negociou com o Congresso que a conta dos hospitais universitários fosse rachada com a Saúde numa parceria lógica proposta ainda na LDO/2006: o MEC pagaria os salários dos médicos, que também são professores, mas a Saúde bancaria o restante da infra-estrutura, já que os hospitais são públicos e abertos a todos os procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Tudo definido na aprovação da lei pelo Congresso, mas nada certo, pois o presidente da República, pressionado pelo ministro Saraiva Felipe, acabou vetando o acerto que estava no artigo 58 da LDO e daria o tal R\$ 1 bilhão a mais para as federais.

Por que permitiu uma negociação no Congresso sem um acerto prévio na equipe do governo e quem, afinal, é responsável pelo veto? Todos e ninguém, pois MEC e Saúde, depois do veto de Lula, disseram tratar-se de um "equivoco", uma expressão que, neste governo, significa algo como "deixa pra lá". Trata-se da mesma satisfação pública dada ao erro no Imposto de Renda. Ao fazer o cálculo das receitas para 2006 a incluir na proposta orçamentária enviada ao Congresso, em 31 de agosto passado, a previsão foi de que haveria uma perda de R\$ 2,89 bilhões porque a Lei 10.828, de dezembro de 2003, diz que a alíquota de 27,5% do

GAMBIARRAS, GATOS E CURTOS-CIRCUITOS

Os ministérios decidem uma coisa, a base aprova outra, e o Planalto desfaz tudo

DINHEIRO POR FAX

Em julho passado, durante uma sessão do Congresso em que a frágil base aliada nada conseguia aprovar, o Comando da Aeronáutica, em vez de recorrer às negociações com os nada confiáveis líderes do governo, enviou um fax à Mesa suplicando a aprovação de um crédito suplementar de R\$ 51 milhões. Até o dia 3 de outubro, o crédito estava por aprovar

MAIS IMPOSTO, MENOS RENDA

Na proposta do Orçamento de 2006, enviada ao Congresso em 31 de agosto, o governo prometia reduzir a alíquota máxima do IR das pessoas físicas de 27,5% para 25%. Dias depois, a Fazenda disse que iria manter a alíquota de 27,5% e que um erro de comunicação entre Receita Federal e Planejamento criara a falsa expectativa

COTAS: CRIAMOS UM MONSTRO!

A proposta de reforma universitária do MEC diz que "as instituições federais (...) deverão alcançar, até 2015, o atendimento pleno dos critérios de proporção de pelo menos 50%, em todos os cursos de graduação, de estudantes egressos integralmente do ensino médio público". Assim redigida, a proposta impõe uma meta obrigatória às universidades públicas federais, mas o ministro Fernando Haddad já disse em várias entrevistas que não há obrigatoriedade alguma no sistema

FALTA DE EDUCAÇÃO!

O presidente Lula vetou o artigo 58 da LDO e retirou R\$ 1 bilhão das universidades públicas, surpreendendo o MEC. Na aprovação da LDO, ficou acertado que as universidades públicas dividiriam a conta dos hospitais universitários com o Ministério da Saúde. O MEC pagaria os salários dos médicos, que também são professores, mas não a mão-de-obra que não tivesse relação direta com o ensino, o que liberaria R\$ 1 bilhão para investir; Lula vetou o acordo

BURACO SEM FUNDOS

Dois anos depois de aprovada a reforma, o governo Lula continua sem regulamentar os fundos complementares para os novos servidores públicos. O déficit da Previdência pode fechar o ano em R\$ 100 bilhões, mas o governo não se entende sobre a criação dos fundos complementares porque a equipe econômica não quer liberar o dinheiro do aporte que o Tesouro Nacional precisa fazer nesses fundos

EXPORTA, QUE ELE ONERA!

Lula vetou o artigo da LDO que garantia a compensação federal a Estados e municípios pela desoneração das exportações; o pagamento dessa compensação ficou fora do teto de 17% de despesas correntes livres de cortes e contingenciamentos. Mais uma vez, o governo vetou o que aprovara depois de uma longa negociação com governadores de Estados exportadores

SERVIDÃO INVOLUNTÁRIA

O presidente vetou o artigo da LDO que mandava reajustar em 1,9% acima da inflação todos os servidores públicos. O governo vetou o que aprovara sob o argumento de que prefere dar reajustes diferenciados. Botou na LDO os 1,9% só para combater a greve dos servidores públicos

AH, ELAS ESTÃO DESREGULADAS!

As agências continuam com seus orçamentos sujeitos a cortes e contingenciamentos, sem poder desempenhar na plenitude o papel de regular e fiscalizar os serviços públicos privatizados ou concessionados. A caminho de concluir o terceiro ano de governo, o PT e setores do Planalto continuam sem saber como tratar as agências reguladoras. A nova lei sobre o assunto está há dois anos em debate

IR deveria acabar em dezembro deste ano. Outra lei, a 11.119, de maio passado, determinou que a alíquota de 27,5% continuaria a existir.

CONFUSÃO Com o Planalto a amargar uma temporada de denúncias e a popularidade do presidente em baixa, o Planejamento fez o Orçamento, à revelia da Fazenda, sem os 27,5%. F. cuidou, na hora de divulgar a proposta, de não destacar o assunto em nenhuma coletiva – ficaria no documento como uma espécie de reserva técnica de boas notícias a ser anunciadas por Lula no momento apropriado. Quando a Comissão Mista de Orçamento do Congresso leu o texto com lupa, descobriu e divulgou a boa notícia, a Fazenda cobrou explicações do Planejamento e disse que não tinha como abrir mão dos quase R\$ 3 bilhões. O “equivoco” sem responsáveis tem outro lado ainda mais impressionante: a Lei 11.129, deste ano, não revogou o dispositivo da Lei 10.828, de 2003, que mandava manter a alíquota de 27,5%. É claro que, tão logo o Orçamento de 2006 seja aprovado, assistiremos a uma batalha judicial para que o teto de cobrança do IR das pessoas físicas fique em 25%.

Os muitos erros a granel só perdem daqueles que jogam o país em um limbo que afeta diretamente a economia e a disposição dos investidores. Nessa categoria não há nada pior do que o tratamento concedido pelo governo às agências reguladoras e o descaso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Há exatos dois anos e meio que o governo Lula ataca as agências e diz que vai mudar as regras de funcionamento. Há um ano e meio a proposta com as mudanças foi enviada ao Congresso, e só por milagre ela será aprovada até o fim de 2005.

Em março de 2003, no terceiro mês de governo PT, Luiz Inácio Lula da Silva veio a público fazer um ataque às agências pelo pior flanco, o populista, queixando-se de que ficava sabendo pelos jornais dos reajustes de tarifas dos serviços sob concessão, como água, luz, telefone e outros. Em vez de investir tempo, dinheiro e massa cinzenta dos ministérios em

uma proposta sobre os índices de reajuste, o governo preferiu prometer uma lei com novas regras de funcionamento das agências, dizendo, como fez no boletim *Em Questão*, publicação conhecida em Brasília como o *Pravda* do PT, que o objetivo era “assegurar ao consumidor brasileiro serviços públicos de qualidade e tarifas menores, manter a atividade econômica desses serviços e estimular o aumento dos investimentos em infra-estrutura no país”. O *Pravda*, “verdade” em russo, era o jornal do regime comunista soviético (URSS), uma publicação que passava a léguas de distância da realidade.

A lei das novas regras prometia ainda mais: dar “maior legitimidade” às agências, tornando-as “socialmente controláveis, transparentes e eficientes”. Os ataques políticos tornaram o debate encruado, e a pressão de setores petistas contra as privatizações e até a existência das agências só fez aumentar a insegurança dos investidores. O que estava ruim ficou pior quando o Planalto começou a aparelhar partidariamente as agências, oferecendo os cargos a sindicalistas e políticos a título de premiação pela ajuda e fidelidade no projeto de eleição de Lula.

Para dourar a pílula da crítica ideológica, o governo disse que queria as mudanças para evitar que os “agentes do mercado capturassem as agências” e para “aumentar a qualidade dos serviços prestados”. O resultado prático dessa ladainha é este: nunca antes os orçamentos das agências foram tão contingenciados, sofrendo cortes de até 70%, o que as impede de executar operações planejadas de fiscalização dos serviços. Com a lei das “novas regras” por aprovar, o que podia ser precário, mas tinha clareza, tornou-se fonte de incertezas.

O Cade, a agência de análise das fusões e controle da concorrência, composta por sete membros, está há um ano e meio sem sua formação completa. Funcionava no início deste mês sem dois membros, mas deve paralisar os trabalhos a partir do dia 20, quando expira o mandato de um terceiro conselheiro. Para quem queria dar maior “legitimidade” às agências, a situação do Cade é um modelo do jeito PT de administrar o Estado. ■

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Pimenta nos olhos dos outros”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 9 de novembro do corrente.

A matéria mostra, em sua chamada, que “petistas que elogiavam **Veja** (quando lhes interessava) agora se sentem atingidos pela revista”. Mostra, ainda: “A história recente do país mostra que o PT que reage tão mal às matérias de **Veja** quando está no poder elogia e recorre a elas quando está na oposição. Quem mudou, **Veja** ou os parlamentares petistas?”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Pimenta nos olhos dos outros”, **Veja**.

PIMENTA NOS OLHOS DOS

Petistas que elogiavam VEJA (quando lhes interessava) agora se sentem atingidos pela revista

Na semana passada, alguns destacados petistas investiram contra VEJA por causa da reportagem que falava de uma possível contribuição cubana em dólares para a campanha eleitoral do PT, em 2002. VEJA foi chamada de “revista fascista” e chegou a ser rasgada na Câmara dos Deputados. A história recente do país mostra que o PT que reage tão mal às matérias de VEJA quando está no poder elogia e recorre a elas quando está na oposição. Quem mudou, VEJA ou os parlamentares petistas? Nossa tese é que a revista continua a mesma.

OUTROS...

QUE O QUE DIZIA

Na sessão de 7 de outubro de 1997, utilizou-se do pequeno expediente da Câmara para elogiar: “Parabéns aos jornalistas Policarpo Junior e Sandra Brasil, e também à revista VEJA, pela brilhante matéria” sobre o programa Bolsa-Escola do Distrito Federal, governado pelo então petista Cristovam Buarque. No elogio, Wagner inclui o autor da reportagem que agora critica, a respeito do dinheiro de Cuba para o PT.

Em 9 de agosto de 1995, o petista não exigiu provas para, baseado em reportagem da revista, pedir a demissão do então secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari: “VEJA relatou à sociedade brasileira que existe uma investigação na Receita Federal para esclarecer as atividades ilícitas desse secretário do governo Fernando Henrique Cardoso”.

No dia 28 de março de 1994, discursou feliz da vida com uma reportagem de VEJA que denunciava as manobras do Executivo para criar uma crise com o Legislativo e o Judiciário: “Para minha satisfação, a revista VEJA desta semana traz matéria que confirma o que eu disse”. Em 7 de novembro de 1994, comentou em plenário “duas matérias interessantes” de VEJA sobre os artifícios usados pelos grandes empresários para a sonegação de impostos, conferindo credibilidade ao que leu.

No dia 8 de dezembro de 1998, Ferro discursou para elogiar reportagem de VEJA sobre as torturas no regime militar: “Fica aqui nossa mensagem de fé, de esperança e, acima de tudo, de conhecimento ao serviço prestado pela revista VEJA, que, no calor do debate sobre os trinta anos que se passaram desde o Ato Institucional Nº 5, trouxe à tona esse tema, do qual não podemos fugir”. O petista voltou a subir à tribuna para atacar o governo FHC com base em matéria crítica da revista.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Guerrilha treina sem-terra”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 30 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, relatórios sigilosos de autoridades brasileiras mostram que as Forças Revolucionárias da Colômbia – Farc – não só marcam presença no Brasil como incluem, em suas ações, o treinamento de criminosos e líderes de movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A matéria informa, ainda, que “os centros estão montados estrategicamente na fronteira do Brasil com o Paraguai”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida: “Guerrilha treina sem-terra”; **Correio Braziliense**.

POLITICA

TEM DO DIA // CONEXÃO ARMADA

Guerrilha. treina sem terra

AS FARC ENSINAM SUAS TÉCNICAS A INTEGRANTES DO MST E A QUADRILHAS DE TRAFICANTES DO RIO E DE SÃO PAULO

MARIA CLARA PRATES
FO ESTÁO DE FÉRIAS
ENVIADA ESPECIAL AO PARAGUAI

Salto do Guayrá — A presença do grupo guerrilheiro colombiano Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no Brasil não se restringe apenas à montagem de bases estratégicas para o tráfico de drogas e armas na selva amazônica. As ações das Farc incluem o treinamento de criminosos e líderes de movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os centros estão montados estrategicamente na fronteira do Brasil com o Paraguai. Relatórios sigilosos em poder de autoridades brasileiras e paraguaias registram a ocorrência de pelo menos três cursos sobre técnicas de guerrilha destinados a brasileiros, realizados este ano — em maio, julho e agosto — na região de Pindoty I, no departamento de Luque, no Paraguai, cidade na fronteira com o Mato Grosso do Sul e Paraná.

Pelo menos um desses cursos, sobre técnicas de primeiros socorros e primeiros socorros, que aconteceu entre 22 e 24 de julho, teve como público-alvo integrantes do MST das estações de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Sua abertura dos mesmos instrutores colombianos, o último treinamento, que aconteceu em 25 de agosto, foi destinado a integrantes de quadrilhas responsáveis pela segurança de portos de distribuição de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na instrução, foram repassadas aos alunos brasileiros informações para uso em guerrilha urbana.

A escolha de Pindoty I, no entanto, pelas Farc não é aleatória. O local vem sendo usado há pelo menos dois anos como ponto estratégico para o tráfico de maquiagem, cocaína e armas que prospera com a conivência de autoridades paraguaias e sob o condescimento da frágil legislação daquele país.

OS ALUNOS

Estes são alguns dos brasileiros que, segundo investigações, participaram dos cursos no Paraguai:

Nome usado no Brasil	Nome usado no curso
João José	Saracuna
Frans	Milimboned
Severo	Corpeira
Pereira	Negunhe
Nunes	Beninevi
Alm.	Furac
Sebastião	Pestacor
Brasil	Vilante

Difícil acesso

Os levantamentos do Serviço de Inteligência Externa da Secretaria Nacional Antidrogas paraguaias revelam que um dos locais utilizados como centro de treinamento das Farc no Paraguai é a fazenda do brasileiro Dióclesis Fésta, acusado de controlar o tráfico de cocaína no Sul do Brasil, usando a rota de Saíto del Guayrá. Sua propriedade está localizada no município de Itanã e é equipada com pista de pouso para facilitar as ações.

O acesso é por precárias estradas vicinais de terra batida. Só quem conhece bem o local consegue chegar à fazenda. Uma grande reserva de mata de cerrado, protegida com recursos do Banco Mundial, torna ainda mais difícil o acesso e o patrulhamento eficiente da região. No local, está instalado um posto de exercício paraguaio semi abandonado. Pistas de pouso clandestinas também cortam toda a área. No período de capacitação dos sem-terra o tempo ruim, com chuvas e baixíssimas temperaturas, comprometeu os exercícios externos e todo o curso aconteceu nas salas de aula.

Os relatórios trocados entre Brasil e Paraguai garantem existir um grande interesse das Farc em brasileiros, que nos últimos anos têm sido parceiros da guerrilha em atividades ilícitas como o tráfico de drogas e de armas. Eles confirmam também que os cursos ministrados pelas Farc são destinados a entidades civis organizadas e citam nominalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Nos documentos, existem fortes informações sobre os instrutores dos treinamentos, que se escondem sob o manto dos codinomes.

Um dos colombianos responsável pelo treinamento de brasileiros é descrito como um homem com pleno domínio da língua portuguesa, mas que não consegue esconder o seu forte sotaque castelhano. Especialista em guerrilha rural e ideologia política, mas ensina também a manejar explosivos e pistolas e é um expert em ações manuais. Segundo os relatos dos serviços de inteligência, o instrutor é uma pessoa muito conhecida na fronteira e transita com desenvoltura por toda a região. Os serviços de inteligência do Brasil e do Paraguai tentam agora descobrir sua verdadeira identidade e, a partir disso, chegar ao restante do grupo — que atua conforme a técnica a ser repassada e o público alvo.

A condenação geral do MST informou, por meio de sua assessoria de imprensa, em São Paulo, que não tem conhecimento da participação de integrantes do movimento em treinamentos promovidos pelas Farc no Paraguai. Segundo a assessoria, não é a primeira vez que o movimento é alvo de acusações infundadas. A condenação ressalta que o MST mantém relações de interdição com organizações camponesas na América Latina.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “De ofício, um fingidor”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição do dia 9 de novembro do corrente.

O artigo trata da entrevista do Presidente Lula apresentada no programa Roda Viva, da última segunda-feira, dia 7. Para a colunista a entrevista foi, mais uma vez, frustrante, e afirma que o Presidente preferiu “tergiversar, tratar a todos como vassalos mentais de uma realidade moldada à sua conveniência política, mas totalmente distanciada do cenário visto e vivido pelo conjunto da sociedade e até por ele próprio”. Afirma, ainda, que “essa maneira de lidar com as coisas

deu certo na oposição, mas de governantes se espera um mínimo de apreço aos fatos e de compromisso com a palavra dita”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“De ofício, um fingidor”; **O Estado de S. Paulo**.

Senador Juvêncio da Fonseca

A6 NACIONAL
QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

De ofício, um fingidor

Não tem jeito: o presidente Luiz Inácio da Silva é vocacionado mesmo para o exercício da oposição, e exerce tão competentemente o seu ofício, que o faz contra si mesmo na condição do presidente da República.

Durante as quase duas horas de entrevista ao programa *Roda Viva*, segunda-feira à noite, Lula teve oportunidade de falar com franqueza, vestir traje completo de mandatário, tratar com maturidade a Nação e, aos três anos de governo, cumprir o papel que lhe cabe ainda por um ano e dois meses exibindo, no mínimo, conhecimento de causa e respeito pelo mundo em volta.

Preferiu, porém, tergiversar, tratar a todos como vassalos mentais de uma realidade moldada à sua conveniência política, mas totalmente distanciada do cenário visto e vivido pelo conjunto da sociedade e até por ele próprio.

Por exemplo, ao mais uma vez aventar a possibilidade de não se candidatar à reeleição, denota a intenção de fingir-se candidato inamovível, quando está apenas se precavendo para o caso de não vir a reunir condições políticas ideais de disputa e, num gesto de ofício, abrir mão de um segundo mandato que, nesta hipótese, saberá perdido.

Lula continua fazendo o mesmo jogo de impressões que sustentou sua trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo para a Presidência da República em menos de três décadas.

Manipula as mais verdadeiras, maneja emoções – nisso encontrou em Duda Mendonça a parceria perfeita – usa argumentos fundados naquele tipo de quase-lógica desprovida de fundamento quando submerida à luz da objetividade, sabe como ninguém valer-se de sua origem e “história” para manobrar consciências pesadas descejas de redenção.

Lula não desencarnou do personagem de oposição a quem tudo é permitido, até o devaneio

Essa maneira de lidar com as coisas dau certo na oposição, mas de governantes se espera um mínimo de apreço aos fatos e de compromisso com a palavra dita.

Na entrevista de segunda-feira ao programa *Roda Viva* o presidente Lula outra vez frustrou a expectativa de que pudesse ter desencarnado do personagem a quem tudo é permitido – inclusive ignorar

deliberadamente os fatos – pela força do símbolo.

Lula começou bem, fazendo da responsabilidade de um presidente da República a respeito de tudo o que se passa em seu governo uma profissão de fé. “Sabendo ou não sabendo das coisas, o presidente tem toda a responsabilidade”, disse, acendendo uma esperança dissolvida logo em seguida, quan-

do expôs sua visão da amplitude dessa responsabilidade: “Tem de mandar apurar.”

Daí em diante, o presidente da República só fez desqualificar todo e qualquer resultado das investigações levadas a termo pelas CPIs, cujas existências, sem o menor resquecimento de cerimônia, assumiu como obra sua para estabelecer contraponto em relação à interdição de comissões de inquérito no governo anterior.

Justiça se faça, do ponto de vista do desempenho, Lula manteve a coerência: respondeu às questões não necessariamente em atendimento ao conteúdo das perguntas, mas conforme seu roteiro de interesse.

Quando foi pego de surpresa, não hesitou em entrar pelo terreno da incongruência total. Por exemplo: estava já se preparando para fazer pouco da gravidade dos pagamentos de caixa 2 assumidamente recebidos por Duda Mendonça quando Augusto Nunes lhe perguntou qual o motivo, então, de o publicitário ter tido seus contratos com o governo cancelados depois da confissão perante a CPI.

Lula ficou alguns segundos mudo, olhou de um lado, de outro e matou sua tese de repúdio a condenações sem provas cabais: “Não era possível continuar com uma pessoa a respeito da qual pairam suspeições.”

Da mesma forma mostrou-se coerentemente incongruente ao mudar sua concepção a respeito do uso de caixa 2, reconhecer que o PT cometeu “crime eleitoral” e, ao mesmo tempo, insistir na ausência de provas a respeito do que quer que fosse ou de quem quer que seja enquanto citava o afastamento de mais de 60 pessoas envolvidas em denúncias como prova de que o governo toma providências.

José Dirceu será, na opinião de Lula, cassado, mas sem provas, apenas por obra e graça do desejo do Congresso de atender à demanda da opinião pública.

Dirceu, segundo Lula, seria “motivo de orgulho para qualquer país do mundo”, mas não o suficiente para merecer a presença do presidente no ato de despedida da Casa Civil.

Lula feriu a credibilidade da defesa da laura dos companheiros ao incluir Waldomiro Diniz no rol dos injustiçados. Na versão do presidente, “nada ficou provado até hoje” sobre aquelas imagens do então presidente da Loterj tentando receber um suborno de Carlos Cachoeira.

Fazer quem se sente alheio aos malfeitos e os condena com veemência, o presidente se mostrou bastante familiarizado e à vontade para assumir todas as versões de defesa até agora apresentadas pelo PT. Da tese do crime eleitoral à nulidade de provas, passando pela negativa pura e simples de evidências mais inquestionáveis, e a manifestação de certezas em assuntos a respeito dos quais só pairam dúvidas.

O assasinato do prefeito Celso Daniel é um caso. O presidente não apenas externou o convívio sobre o crime comum, como permitiu-se adotar a insidiosa tática de criminalizar as relações do morto com seus irmãos. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar artigo de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, intitulado “Muito calor e pouca fogueira”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 05 de novembro do corrente.

O artigo destaca que apenas agora a CPMI dos Correios conseguiu estabelecer um nexu entre o dinheiro do Valerioduto e verbas proveniente do Banco do Brasil. Contudo, as CPIs ainda não conseguiram uma cascata para o Lula: “produzem muito calor e pouca fogueira”, já que até agora só Roberto Jefferson foi cassado.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Muito calor e pouca fogueira”; **Folha de S. Paulo**.

FERNANDO RODRIGUES

Senador Sérgio Guerra

Muito calor e pouca fogueira

BRASÍLIA - *Agora que a CPI dos Correios conseguiu estabelecer algum nexu entre o dinheiro do valerioduto e verbas do Banco do Brasil, a sensação em Brasília é de temperatura máxima. O clima é de “agora vai”. Infelizmente, a realidade talvez ainda não seja essa.*

Calor por calor, o depoimento de Duda Mendonça em 11 de agosto provocou muito mais. O marqueteiro maluco-petista confessou um crime: recebeu mais de R\$ 10 milhões, por fora, no exterior, para fazer campanhas políticas.—inclusive a de Lula.

Prova maior de que o presidente da República foi conivente ou inepto não faltava naquele 11 de agosto. Em 2002, Lula viajou de avião, teve um programa de TV luxuoso, participou de eventos caríssimos. Não fazia idéia de onde vinha o dinheiro?

O fato é que Duda Mendonça passou. A oposição perdeu o “momentum” para colocar o presidente da República na roda. Hoje, quase três meses depois, a CPI dos Correios está mendigando o acesso aos documen-

tos do marqueteiro.

Essa história de triangulação de dinheiro entre Banco do Brasil, agência de publicidade e Marcos Valério é ótima para colocar uma meia dúzia encrocados com a Justiça. E só.

Para Lula, o estrago extra é mínimo. A imagem presidencial já se deteriorou no início do escândalo. Hoje, dizem as pesquisas, uma parcela razoável dos eleitores parece tolerar a suposta ignorância do petista a respeito das traficâncias do PT.

Efeito eleitoral ruim é fotografia de dólar na cueca ou a imagem de algum cheque na conta. Algo que seja compreensível para a maioria do eleitorado. Em 92, as cascatas da Casa da Dinda marcaram a ferro a reputação de Fernando Collor.

A oposição não conseguiu ainda uma cascata para Lula. As CPIs produzem muito calor e pouca fogueira. E nunca é demais lembrar: só Roberto Jefferson foi cassado até agora.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Sr^{s.} Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo**, do último dia 8 de novembro do corrente intitulado “Doa a quem doer?”

O editorial mostra que “um relatório interno da Polícia Federal acusa um órgão do próprio Ministério da Justiça de ‘criar obstáculos’ a investigações vinculadas ao escândalo de corrupção”. Essa notícia desmente por completo os discursos do Presidente Lula que, freqüentemente, afirma que nunca se investigou tanto quanto na atual administração petista e que as averiguações a cargo da Polícia Federal serão levadas adiante “doa a quem doer”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Doa a quem doer?”, **Folha de S. Paulo**.

A 2 terça-feira, 8 de novembro de 2005

Senador Antero Pas de Barros

EDITORIAIS
E-mail: editoriais@uol.com.br

DOA A QUEM DOER?

A NOTÍCIA de que um relatório interno da Polícia Federal acusa um órgão do próprio Ministério da Justiça de “criar obstáculos” a investigações vinculadas ao escândalo de corrupção vai em sentido contrário ao do discurso oficial. Com efeito, tornou-se uma espécie de ladainha do governo, repetida pelo presidente e por seus assessores, dizer que “nunca” se investigou tanto quanto na atual administração e que as averiguações a cargo da PF serão levadas adiante “doa a quem doer”.

Não é bem isso o que estava ocorrendo no caso que envolve as movimentações financeiras do publicitário Duda Mendonça no exterior. Como se sabe, o marqueteiro da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na CPI que parte do pagamento dos serviços que prestou ao PT foi realizada fora do país, de maneira fraudulenta.

O documento da PF afirma que o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), criado pela atual gestão, dificultou o acesso de policiais

brasileiros a documentos durante diligência feita em Nova York em outubro. Segundo o texto, a coordenadora-geral do DRCI, Wanine Santana Lima, teria tentado “influenciar as autoridades americanas a não repassar as informações solicitadas às autoridades de investigação constituídas e legitimadas”.

Apesar das manobras, na sexta-feira chegaram finalmente ao Brasil oito caixas de documentos relativos à quebra do sigilo de contas bancárias da empresa Dusseldorf Company, do referido publicitário, e de outras 17 que a abasteciam.

Ao que se sabe, além do PT, políticos de variadas procedências também temem o que essas caixas podem revelar. Duda Mendonça já prestou serviços a candidatos de diversos partidos. Não é improvável que novas escaramuças, visando a abafar o inquérito, venham a ocorrer. Resta esperar que prevaleça o interesse público e que todos os aspectos dessa verdadeira ciranda de irregularidades em que se transformou a política nacional sejam esclarecidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a data comemorativa do Dia do Cinema Brasileiro, que foi agora em 5 de novembro passado, quando o público da modernidade cultural saúda uma de suas mais diletas diversões midiáticas. Transcorridos mais de cem anos desde sua invenção, a denominada Sétima Arte tem dominado o setor da indústria do entretenimento de massa em quase todos os cantos do mundo, com perspectivas ainda mais alvissareiras de expansão.

No Brasil, o panorama não poderia ser diferente. Apesar das tecnologias televisivas concorrentes, o cinema ganha fôlego inédito, com inaugurações sucessivas de novas salas. Mais que isso, as produções nacionais recuperaram o prestígio de outrora e já conquistam recordes de bilheteria e de público. Nem mesmo os críticos mais renhidos ousariam, hoje, duvidar da qualidade prevaiente nas últimas safras do cinema nacional.

O reconhecimento não é só nosso, nem somente de nossa imprensa, mas vem do exterior, com frequentes convites da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood para concorrer ao cobiçado Oscar. Desde o estrondoso sucesso de “Central do Brasil”, em 1998, de Walter Salles Júnior, assistimos a uma evolução prodigiosa do cinema nacional, assegurando explosivo interesse do público, dos produtores e dos distribuidores.

Não por acaso, películas do calibre de “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles, e “Diários da Motocicleta”, do mesmo Walter Salles, freqüentaram as recentes listas de favoráveis ao Oscar, na categoria de melhor filme estrangeiro. A alta qualidade de nossa produção tem proporcionado ao País uma representação bastante positiva de nossa cultura no exterior.

Por isso mesmo, o Ministério da Cultura tem destinado parte significativa de suas políticas e de suas verbas ao cinema brasileiro. Nesse contexto, a Agência Nacional do Cinema – Ancine – exerce um papel indispensável. Afinal de contas, trata-se de um órgão oficial de fomento, regulação e fiscalização das indústrias cinematográfica e videofonográfica, dotada de autonomia administrativa e financeira.

Por intermédio de sua página na *internet*, a Ancine tem disponibilizado à classe cinematográfica, pesquisadores, jornalistas e interessados em geral dados referentes a opções de mecanismos legais,

formulários, editais, dicas e notícias, na intenção de facilitar o acesso à informação a respeito de suas realizações e competências. Tal empenho na transparência serve de anteparo às costumeiras críticas contra as “panelinhas” do setor, por influência das quais as já parcas verbas governamentais se reduzem ainda mais.

Na realidade, as verbas oficiais disponíveis para a produção cinematográfica ainda estão longe de ser uma maravilha. Todavia, com a entrada em cena da Ancine, a reativação dos editais do Ministério da Cultura, a verba da Riofilme e os diversos editais regionais, estima-se que, neste ano, o número de produções poderá ser o maior da “retomada”, nome com que se convencionou chamar as produções feitas a partir de 1994, quando entrou em vigor a Lei do Audiovisual, criada em 1993.

De 1997 para cá, a produção de filmes brasileiros tem-se estabilizado em torno de 25 filmes por ano, por vezes beirando a casa dos 30. Aproveitando a boa onda, a Prefeitura de São Paulo anuncia a volta do patrocínio de longas-metragens, com uma verba considerável, rondando os R\$3 milhões. Assunção Hernandez, diretora do Sindicato dos Cineastas do Estado de São Paulo, declarou, em recente entrevista à imprensa, que a perspectiva é bem promissora, especialmente em virtude das verbas vinculadas ao BNDES, que deverão chegar mesmo no ano que vem.

Em Brasília, graças à tradição do cinema de arte a que a população se afeiçoou entusiasticamente, o incentivo à produção e ao consumo se concretiza de diversos modos. O Pólo de Cinema de Brasília surgiu com o propósito de abrigar projetos cinematográficos, abrindo espaço para a operacionalização de equipamentos, *sets* de filmagens, edições e outras atividades correlatas.

Em que pesem as deficiências e os fiascos decorrentes da politicagem a que foi submetido o Pólo por sucessivos governos do Distrito Federal, sua originalidade endossa um vanguardismo que não se esgota tão facilmente. Cineastas, atores e produtores ainda se valem dos insuficientes recursos reservados às realizações do Pólo para a efetiva implementação de seus projetos.

Do lado do espectador, Brasília acomoda, atualmente, quase 50 salas de exibição, nas quais a excelência da projeção e o conforto das poltronas têm garantido o retorno de vultosa bilheteria. As fu-

turistas salas “multiplex” invadiram o mercado brasileiro das grandes cidades, acoplando dezenas de salas aos *shoppings* espalhados pelo País. Isso, evidentemente, contribuiu para uma maior circulação e diversificação dos filmes, sejam nacionais, sejam estrangeiros.

Por sua vez, o já histórico Cine Brasília não cessa de fascinar novos apreciadores, atraindo gerações e gerações de brasileiros para seu *hall* de fãs incondicionais. Templo dos filmes considerados “cult”, incorporou a função pedagógica de bem projetar o acervo das melhores e mais raras produções da história do cinema.

A expectativa de agora é a proximidade do XX Festival de Cinema de Brasília, marcado para novembro. Uma vez mais, a população local se deslocará ao Cine Brasília para prestigiar não somente os longas concorrentes, mas, sobretudo, as bitolas menores, a cujo acesso o público brasileiro ainda se vê meio atravancado, pela falta de salas especializadas neste gênero. De todo modo, trata-se de uma excepcional festa de confraternização, em torno da qual se celebra a paixão da Capital federal pela Sétima Arte.

Para encerrar, Sr. Presidente, nada mais oportuno que, uma vez mais, exaltar a boa fase que atravessa o cinema nacional, estendendo nossos cumprimentos a todos os envolvidos nessa indústria da magia visual. Nesse sentido, vale saudar desde aqueles que integram a cadeia de produção da indústria cinematográfica, até o público que tanto tem prestigiado os filmes brasileiros. Enfim, realizadores, produtores, atores e espectadores, a todos rendemos justas homenagens.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a estratégia do atual governo de “abrir o cofre” para resolver mais um de seus problemas foi por água abaixo. Desta vez a operação, comandada pessoalmente pelo Presidente Lula, tentava impedir a prorrogação da CPMI dos Correios e, assim, evitar que as investigações sobre as denúncias de corrupção no governo continuassem.

É bom lembrar que essa atitude bate frontalmente com as declarações do Presidente Lula de que seu governo “vai investigar a fundo as denúncias de corrupção” e de que “não interfere nas CPIs”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as manchetes de capa dos principais jornais do País, em suas edições de 12 de novembro do corrente, passem a constar dos Anais do Senado Federal, para que o pesquisador do futuro possa avaliar o desempenho do atual governo.

Era o que tinha a dizer.

***DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.***

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Operação chefiada por Lula fracassa e CPI vai até abril”;

“Calvário do Planalto dura outras cinco estações”;

“Ação do Governo fracassa e CPI é prorrogada até abril”;

“Governo enfrentará CPI por mais 120 dias”;

“PT ignora apelo de Lula e reforça críticas a Palocci”.

O ESTADO DE S. PAULO

SÁBADO

SP, 15.11.05, P. 1, p. 5C, 2.50. Demais F. 4x4x5 ver tabela na página A2.

12 de novembro de 2005 - ANO 126, Nº 40933 www.estado.com.br

Operação chefiada por Lula fracassa e CPI vai até abril

Pressionado
por denúncias,
Palocci tira
folga até dia 16

Oposição conseguiu exatamente o número necessário de assinaturas para a prorrogação

Fracassou a operação comandada pelo presidente Lula para impedir a prorrogação da CPI das Correios. A vitória obtida pelo governo no final de noite de quarta-feira se desfzontem de manhã quando foi feita a contagem das assinaturas que

pediam a prorrogação e a Secretaria-Geral da Câmara concluiu que havia 171, exatamente o número mínimo necessário. A assinatura que fez a diferença foi a do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ); ele havia assinado o pedido de prorroga-

ção e depois, por pressão do governo, pediu por escrito para cancelar a solicitação. Mas sua assinatura nesse pedido não foi reconhecida pelos computadores nem pelos técnicos da Câmara. Os aliados prometem apresentar recurso. Pelo me-

nos por enquanto, os trabalhos da CPI ficam estendidos até 11 de abril, ou seja, avançará no ano eleitoral. De acordo com deputados, o governo prometeu liberar até o fim do ano R\$ 1,2 bilhão para as emendas deles ao orçamento. ● PÁGS. A44A6

FRASE

“O rolo compressor do governo engripou”
DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PEL-SP), FOLHA DE SÃO PAULO

Pressionado por denúncias, pela oposição e por fogo amigo no governo, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, avisou ontem ao presidente Lula que vai emendar o fim de semana com o feriado de terça-feira, para descansar. Lula garantiu a ele que é “imprescindível” para o governo. Um depoimento prestado ao Ministério Público pelo advogado Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci, complica ainda mais o ministro. ● PÁGS. A8 E A10

JORNAL DO BRASIL

1891

BRASÍLIA

ANO 115 ☆ Nº 218

DISTRITO FEDERAL ☆ SÁBADO, 12 DE NOVEMBRO DE 2005

www.jb.com.br

CPI DOS CORREIOS

CALVÁRIO DO PLANALTO DURA OUTRAS CINCO ESTAÇÕES

■ Os governistas jogaram pesado, negociaram emendas para convencer deputados a retirar assinaturas e foram derrotados. O presidente do Senado estendeu, até abril, as investigações. O PT faz campanha para levantar R\$ 13 milhões e recomenda o depósito no Banco do Brasil. **PÁG. A3**

■ Ministério Público vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral contra a decisão do TRE do Rio que manteve o casal Garotinho na política. “O que é uma multa? Eu vou pagar em prestações”, reagiu a governadora, que terá de saldar R\$ 100 mil por infrações na campanha de 2004. **PÁG. A6**

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sábado, 12 de novembro de 2005

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 435 ★ ANO 85 ★ Nº 27.982 ★ R\$ 2,50

Planalto liberou verbas, mas não impediu que comissão continue em ano eleitoral

Ação do governo fracassa e CPI é prorrogada até abril

O governo mandrou, prometeu verbas, usou vários ministros na operação e até festejou de madrugada ter conseguido que um número suficiente de deputados retirassem seu apoio à prorrogação da CPI dos Correios. Mas recontagem de assinaturas mostrou que a vitória era da oposição.

Com isso, os trabalhos da CPI, que iriam até dezembro, continuam até abril de 2006, início do calendário eleitoral.

No total, o governo conseguiu convencer 66 parlamentares a retirar o apoio à prorrogação da comissão. Precisava de apenas mais um. Entre eles estão 11 nomes da oposição.

Aluta pela vitória do Planalto foi acompanhada de promessa de verbas. O governo empenhou R\$ 116,5 milhões de emendas parlamentares desde o dia 25. Isso representa 31,8% de tudo o que havia sido empenhado no ano. Entre os beneficiários estão 32 parlamentares que retiraram o apoio à CPI.

Agora, o governo pretende recorrer ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que haja nova recontagem.

A ação do Planalto contrasta com o que disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista na segunda-feira. Segundo Lula, seu governo não interfere nas CPIs. Brasil

39490
 Serviço de Correios e Telégrafos
 Departamento de Correios e Telégrafos

EXEMPLAR DE ASSINANTE
 Nº 00000000000000000000
 Número de série
 R\$ 1,70 • 00 Paginas

CORREIO BRAZILIENSE

LOYNES, 408, WIPOLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1980-ASSIS CHATEAUBRIAND

GOVERNO ENFRENTARÁ CPI POR MAIS 120 DIAS

RECONTAGEM DE ASSINATURAS PROVOCA REVIRAVOLTA. TRABALHO DE COMISSÃO FOI PRORROGADO ATÉ ABRIL DE 2006

A alegria durou pouco. Alindos do Palácio do Planalto foram dormir certos de que haviam impedido a CPI dos Correios, prevista para se encerrar em 12 de dezembro. Mas a oposição pediu que fossem revistos as rubricas no requerimento da prorrogação, conseguiu

anular três e virou o placar na manhã de ontem. O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), tentará convencer os presidentes da Câmara e do Senado a excluir da lista o apoio de dois parlamentares que tinham pedido a retirada do nome. "A vontade dos deputados não foi respeitada", disse.

O GLOBO

PT ignora apelo de Lula e reforça críticas a Palocci

Pressionado, ministro avisa que vai 'reavaliar a vida' para decidir o que fazer

• Em meio à crise entre os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Dilma Rousseff (Casa Civil), o PT ignorou ontem o apelo do presidente Lula por trégua. O presidente do partido, Ricardo Berzoini, reforçou em entrevistas as críticas a Palocci. "A proposta de ajuste fiscal maior é inadequada para o nível de execução orçamentária que criamos, em termos de política social", atacou Berzoini, que ficou ao lado de Dilma embora tenha dito que não estava tomando partido, disse que o PT já pediu várias vezes uma aceleração na execução orçamentária. O presi-

dente do partido disse ainda que não há viabilidade política na proposta de aumentar o superávit além da meta de 4,25% do PIB. Fragilizado por críticas e denúncias de envolvimento de diversos de seus ex-assessores com irregularidades investigadas pelas CPIs, Palocci se reuniu com Lula, que reforçou os pedidos para que fique no cargo. Sem esconder a irritação, o ministro avisou que vai tirar quatro dias de folga para "reavaliar a vida" e decidir se deixa o governo agora ou espera mais um pouco.

Páginas 3 e 4, Miriam Leitão, Tereza Cruvinel e Anselmo Gois

Governo faz tudo para impedir mas CPI vai até abril

• Mesmo com a promessa de liberar verbas para emendas parlamentares, o governo não evitou a prorrogação da CPI dos Correios. Depois de uma batalha com os líderes da base, que entrou pela madrugada de ontem, a oposição manteve o mínimo de assinaturas necessário no requerimento que estende o trabalho da CPI até abril de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de depois de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 29, DE 2005

(Proveniente da

Medida Provisória nº 258, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos

termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 258, de 2005), que *dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 10.593, de 6 de dezembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 18.11.2005

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas*

passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na Casa de origem), que *altera a redação dos artigos 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (dispõe sobre dirigir sob a influência de álcool ou qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica).

Parecer sob nº 1.804, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 356, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005 (nº 1.023/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.771, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.772, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 1, de 2005)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 21 minutos.)

PARECER Nº 28, DE 2005-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, so-

bre o Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Humberto Michiles**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 55, de 2005-CN (nº 360/2005, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos nº 00086/2005/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, os créditos solicitados têm por finalidade reforçar e adequar as dotações orçamentárias das empresas consideradas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

O Quadro I a seguir apresenta a destinação dos referidos créditos por empresa, bem como as correspondentes fontes de financiamento:

QUADRO I

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
- Banco da Amazônia S.A - BASA	82.521.582	
. Manutenção da infra-estrutura de atendimento, instalação e modernização de agências na sua área de atuação	30.673.199	Geração própria e cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas, equipamentos e ativos de informática, informação e teleprocessamento	51.848.383	
- Banco do Brasil S.A - BB	2.486.570	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Modernização de agências na sua área de atuação	2.486.570	
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS	14.000.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Aquisição de sede para a empresa no município do Rio de Janeiro	14.000.000	
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE	136.800.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Expansão de sistema de transmissão associado a UHE Tucuruí no estado do Maranhão	4.800.000	
. Expansão de sistema de transmissão associado a UHE Tucuruí no estado do Pará	4.000.000	
. Ampliação da capacidade de geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª etapa – de 4.245 para 8.370 MW, no estado do Pará	115.000.000	
. Expansão do sistema de transmissão Acre / Rondônia	10.000.000	
. Implantação de sistema de transmissão no Amapá	3.000.000	
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A	20.676.000	Geração própria e cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Ampliação de sistema de transmissão na região Sul (38 km e reforços em 9 subestações)	19.643.000	
. Manutenção e adequação de bens imóveis	1.033.000	
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	7.468.643	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Estudos de viabilidade para ampliação da geração de energia elétrica na região Nordeste	1.386.437	
. Implantação de sistema de transmissão Presidente Dutra (MA) – Teresina – Fortaleza II	6.100.206	
- Furnas Centrais Elétricas S.A – FURNAS	131.502.680	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Reforços no sistema de transmissão na área dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo	111.443.337	
. Implantação de sistema de transmissão Ouro Preto – Vitória (345 Kv – 370 km)	20.059.343	

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
- Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	500.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Manutenção e adequação de bens imóveis	500.000	
- Companhia Energética de Alagoas - CEAL	1.100.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	1.100.000	
- Companhia Energética do Piauí – CEPISA	45.279.810	Geração própria, recursos para aumento do patrimônio líquido e outros recursos de longo prazo
. Ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica – Luz para Todos – no estado do Piauí	23.720.010	
. Implantação de sistema de transmissão no estado do Piauí	13.468.070	
. Ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no estado do Piauí	6.382.030	
. Manutenção e adequação de bens imóveis e ativos de informática, informação e teleprocessamento	1.709.700	
- Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON	3.734.992	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	1.000.000	
. Ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no estado de Rondônia	2.734.992	
- Boa Vista Energia S.A – BOVESA	520.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	270.000	
. Manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica de Boa Vista	250.000	
- Manaus Energia S.A	6.700.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica – Luz para Todos – no município de Manaus	1.000.000	
. Implantação do sistema de transmissão, subtransmissão e transformação, ligando Manaus a Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, no estado do Amazonas	5.700.000	
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE	330.000	Cancelamento de parte de dotações orçamentárias da própria empresa
. Estudos para transformação da Usina Termelétrica de São Jerônimo em Unidade Geradora de Energia Competitiva no estado do Rio Grande do Sul	330.000	

Segundo a mesma Exposição, a suplementação solicitada corresponde ao valor mínimo necessário para a realização dos investimentos, considerados prioritários pelas respectivas empresas, de forma a assegurar, em especial, o fornecimento de energia elétrica ao mercado consumidor.

A Exposição de Motivos ressalta ainda que, em decorrência do presente crédito, considerados a suplementação e o cancelamento totais, haverá redução líquida de R\$350.717.421,00 (trezentos e cinquenta milhões, setecentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e um reais) no Orçamento de Investimento para 2005, em razão de novas prioridades estabelecidas para o exercício. Citada redução não deverá, entretanto, segundo a Exposição, comprometer o desempenho das atividades das respectivas empresas, pois compreende apenas a adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2005.

Quanto à geração da meta global de Resultado Primário pelas Empresas Estatais Federais para 2005, equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto – PIB, esclarece a citada Exposição que a referida meta não será comprometida com a abertura do crédito em análise, uma vez que a mencionada redução líquida nos investimentos contribuirá para se atingir o superávit estabelecido para este segmento de Governo para o corrente exercício.

Foram apresentadas 22 emendas ao projeto de lei em exame, no prazo regimental, pelos seguintes parlamentares: José Divino (emendas 00001 a 00004, 00015); Anivaldo Vale (emendas 00005 a 00014); Wilson Santiago (emendas 00016 e 00017); João Caldas (emenda 00018); José Sarney (emenda 00019); José Carlos Machado (emenda 00020) e Rose de Freitas (emendas 00021 e 00022).

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianu-

al 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004) ou com sua alteração (Lei nº 11.044, de 24-12-2004) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005 – LDO/2005 (Lei nº 10.934, de 11-8-2004).

Comunica-se ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade das emendas abaixo relacionadas:

a) nºs 00004, 00018 e 00021, por contrariarem o inciso I do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN, que estabelece que as emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei.

b) nº 00020, por contrariar o inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, bem como o inciso II do art. 21 da Resolução nº 1, de 2001-CN, ao não ter indicado os recursos necessários ao seu atendimento.

As emendas de nºs 00002, 00005, 00006, 00009 a 00011, 00013 a 00015 propõem a suplementação ou a supressão de cancelamentos propostos pelo projeto de lei à programação das empresas Eletrobrás, Eletronorte e Eletronuclear, oferecendo cancelamento compensatório na empresa Furnas. No projeto em análise, os cancelamentos e conseqüentemente as suplementações propostas na empresa Furnas são oriundos de geração da própria empresa. Assim, não é possível tecnicamente proceder ao remanejamento de recursos, arrecadados em função da atividade própria da empresa, de uma companhia para outra, razão pela qual opinamos pela rejeição das emendas supracitadas.

As emendas de nºs 00001, 00003, 00007, 00008, 00016, 00017 e 00022 propõem, relativamente às empresas Banco do Brasil e BASA, o remanejamento de recursos, destinados à instalação e modernização de agências, entre unidades da Federação. Considerando que a própria empresa deve conhecer suas reais necessidades de investimentos em cada unidade da Federação, opinamos pela rejeição de referidas emendas.

Por sua importância para o desenvolvimento econômico da região Norte, aprovamos parcialmente as seguintes emendas:

Emenda	Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Subtítulo	Valor Atendido
00012	32224 - Eletronorte	25.752.0297.1E89.0002	Supressão do cancelamento: Implantação de Sistema de Transmissão Itaituba (PA) – Parintins / Barreirinha / Maués / Boa Vista do Ramos (AM) – na Região Norte	2.000.000
00019	32224 - Eletronorte	25.752.0297.10EF.0004	Supressão do cancelamento: Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque – Calçoene no Estado do Amapá	2.000.000

O cancelamento compensatório necessário ao atendimento das emendas acima relacionadas será efetuado, no Anexo I – Suplementação, no subtítulo 25.752.0297.3235.0015 – Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª Etapa – de 4.245 para 8.370 MW – no Estado do Pará da unidade orçamentária 32224 – Eletronorte.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, na forma do Substitutivo em anexo, com as alterações decorrentes da aprovação parcial das Emendas de nºs 00012 e 00019, pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 00004, 00018, 00020 e 00021 e pela rejeição das Emendas de nºs 00001 a 00003, 00005 a 00011, 00013 a 00017 e 00022.

Sala da Comissão, de de 2005. – Deputado **Humberto Michiles**, Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2005-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$449.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$800.355.698,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito suplementar no valor total de R\$449.638.277,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 2005), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas estatais, constantes do Anexo II a esta lei, no valor global de R\$800.355.698,00 (oitocentos milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, – Deputado **Humberto Michiles**, Relator.

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES					
23 COMERCIO E SERVICOS					85.008.152
25 ENERGIA					364.630.125
				TOTAL - GENAI	449.638.277
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES					
694 SERVICOS FINANCEIROS					85.008.152
752 ENERGIA ELETRICA					364.630.125
				TOTAL - GERAL	449.638.277
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES					
23 COMERCIO E SERVICOS					85.008.152
694 SERVICOS FINANCEIROS					85.008.152
25 ENERGIA					364.630.125
752 ENERGIA ELETRICA					364.630.125
				TOTAL - GERAL	449.638.277
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS					
0273 LUZ PARA TODOS					24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA					1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE					30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL					19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE					131.502.480
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE					115.000.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS					33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					71.461.083
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS					21.684.992
				TOTAL - GERAL	449.638.277
QUADRO SINTESE POR ORGAO					
25000 MINISTERIO DA FAZENDA					85.008.152
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA					364.630.125
				TOTAL - GERAL	449.638.277
QUADRO SINTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO					124.836.208
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS					86.348.369
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA					86.348.369
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO					38.281.690
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA					38.281.690
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO					206.149
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA					206.149
TOTAL DA RECEITA	124.836.208	RECEITAS CORRENTES	86.348.369	RECEITAS DE CAPITAL	38.487.839

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 85.008.152					
QUADRO SINTESE POR FUNCOES					
23 COMERCIO E SERVICOS					85.008.152
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES					
694 SERVICOS FINANCEIROS					85.008.152
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS					
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS					33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					51.848.383
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS					
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.					82.521.582
25234 BANCO DO BRASIL S.A.					2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO					85.008.152
TOTAL					85.008.152
QUADRO SINTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO					72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS					72.164.898
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA					72.164.898
TOTAL DA RECEITA	72.164.898	RECEITAS CORRENTES		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.521.582					
QUADRO SINTESE POR FUNCOES					
23 COMERCIO E SERVICOS					82.521.582
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES					
694 SERVICOS FINANCEIROS					82.521.582
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS					
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS					30.473.199
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					51.848.383

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

TOTAL	81.521.582
--------------	-------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	72.164.898	72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		72.164.898
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		0
TOTAL DA RECEITA	72.164.898 RECEITAS CORRENTES	72.164.898 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

**ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M D	I D	F T E	VALOR
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS									30.673.199
ATIVIDADES									
23 694	0781 4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO							5.418.488
23 694	0781 4106 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	3	90	0	495	5.418.488
PROJETOS									
23 694	0781 3252	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS							1.680.990
23 694	0781 3252 0015	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO PARA AGÊNCIA INSTALADA (UNIDADE) 12	1	4 - INV	3	90	0	495	1.387.172
23 694	0781 3252 0021	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO MARANHÃO AGÊNCIA INSTALADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	3	90	0	495	292.918
23 694	0781 3324	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS							23.574.621
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DE RONDÔNIA AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495	1.961.000
23 694	0781 3324 0012	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO ACRE AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495	1.623.032
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5	1	4 - INV	3	90	0	495	2.374.500
23 694	0781 3324 0014	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	3	90	0	495	518.500
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO PARA AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	3	90	0	495	5.946.584
23 694	0781 3324 0016	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO AMAPA AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	3	90	0	495	948.500
23 694	0781 3324 0017	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495	3.103.105
23 694	0781 3324 0021	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO MARANHÃO AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5	1	4 - INV	3	90	0	495	4.168.400
23 694	0781 3324 0051	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0	495	2.831.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									51.848.383
ATIVIDADES									
23 694	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.495.030
23 694	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	3	90	0	495	1.495.030
23 694	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							50.353.353
23 694	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	3	90	0	495	50.353.353
TOTAL - INVESTIMENTO									82.521.582

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

**ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS**

1.486.570

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS**

2.486.570

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS**

2.486.570

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL

2.486.570

2.486.570

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									2.486.570
PROJETOS									
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							2.486.570
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							495.285
23 694	0781 3324 0024	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							420.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							420.000
23 694	0781 3324 0029	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DA BAHIA							840.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							840.000
23 694	0781 3324 0031	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							200.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							200.000
23 694	0781 3324 0041	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARANA							36.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							36.000
23 694	0781 3324 0051	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							495.285
TOTAL - INVESTIMENTO									2.486.570

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORÇAO : R\$ 364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0273 LUZ PARA TODOS	24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA	1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE	30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL	19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE	131.502.680
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE	115.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	19.612.700
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	21.684.992

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.	14.000.000
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	132.800.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	20.676.000
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO	7.486.643
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.	131.502.680
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	500.000
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS	1.100.000
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI	45.279.810
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON	3.734.992
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.	520.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.	6.700.000
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA	330.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

364.630.125

TOTAL

364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	52.671.310	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	14.183.471	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	14.183.471	
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	38.281.690	
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA	38.281.690	
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	206.149	
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	206.149	
TOTAL DA RECEITA	52.671.310 RECEITAS CORRENTES	14.183.471 RECEITAS DE CAPITAL
		38.487.839

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	14.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	14.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	14.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	14.000.000
TOTAL	14.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							14.000.000
		PROJETOS							
25 752	0807 12GA	AQUISICAO DE IMOVEL - SEDE RIO DE JANEIRO							14.000.000
25 752	0807 12GA 0101	AQUISICAO DE IMOVEL - SEDE RIO DE JANEIRO - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ) IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	14.000.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							14.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 132.800.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	132.800.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	132.800.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	4.800.000 115.000.000 13.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	132.800.000
TOTAL	132.800.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294		ENERGIA NA REGIAO NORDESTE							4.800.000
		PROJETOS							
25 752	0294 1891	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 695 MVA DE TRANSFORMACAO DE POTENCIA EM SUBESTACOES)							4.800.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 695 MVA DE TRANSFORMACAO DE POTENCIA EM SUBESTACOES) - NO ESTADO DO MARANHAO SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	4.800.000

0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE									115.000.000
		PROJETOS							
25 752	0297 1897	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS)							4.000.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA							4.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1							4.000.000
25 752	0297 3235	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW							111.000.000
25 752	0297 3235 0015	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW - NO ESTADO DO PARA							111.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3							111.000.000

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									13.000.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3242	EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE/RONDONIA							10.000.000
25 752	1042 3242 0010	EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE/RONDONIA - NA REGIAO NORTE							10.000.000
		SISTEMA EXPANDIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 1							10.000.000
25 752	1042 3243	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA							3.000.000
25 752	1042 3243 0016	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							3.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1							3.000.000

TOTAL - INVESTIMENTO

132.800.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.676.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

20.676.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES
752 ENERGIA ELETRICA

20.676.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

19.643.000
1.033.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

20.676.000

TOTAL

20.676.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

7.391.500
7.391.500
7.391.500

TOTAL DA RECEITA 7.391.500 RECEITAS CORRENTES

7.391.500 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									19.643.000
PROJETOS									
25 752	0295 105K	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)							19.643.000
25 752	0295 105K 0040	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL							19.643.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2							19.643.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.033.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.033.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL							1.033.000
									1.033.000
TOTAL - INVESTIMENTO									20.676.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.486.643

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	7.486.643
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELETRICA	7.486.643
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE	1.386.437 6.100.206
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	7.486.643
TOTAL	7.486.643

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									1.386.437
ATIVIDADES									
25	752	0276 6508							1.386.437
25	752	0276 6508 0020							1.386.437
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							1.386.437
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORDESTE							1.386.437
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									6.100.206
PROJETOS									
25	752	0294 5482							6.100.206
25	752	0294 5482 0020							6.100.206
		IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA)							6.100.206
		IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA) - NA REGIAO NORDESTE							6.100.206
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.100.206
TOTAL - INVESTIMENTO									7.486.643

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 131.502.680

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	131.502.680
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELETRICA	131.502.680
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE	131.502.680
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	131.502.680
TOTAL	131.502.680

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE									131.502.680
ATIVIDADES									
25 752	0296 2192	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO							111.443.337
25 752	0296 2192 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO - NA REGIÃO SUDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495	111.443.337
PROJETOS									
25 752	0296 7164	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES)							20.059.343
25 752	0296 7164 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES) - NA REGIAO SUDESTE SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495	20.059.343
TOTAL - INVESTIMENTO									131.502.680

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA

500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

500.000

TOTAL

500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									500.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							500.000
25 752	0807 4101 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

1.100.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES
752 ENERGIA ELETRICA

1.100.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.100.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.100.000

TOTAL

1.100.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.100.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.100.000
25 752	0807 4103 0027	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.100.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.100.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 45.279.810

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

45.279.810

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES
752 ENERGIA ELETRICA

45.279.810

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0273 LUZ PARA TODOS
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

23.720.010

19.850.100

1.709.700

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

45.279.810

TOTAL

45.279.810

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	45.279.810
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS	6.791.971
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA	6.791.971
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.281.690
6.2.2.0.00.00	CONTROLADORA	38.281.690
6.9.0.0.00.00	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	206.149
6.9.2.0.00.00	CONTROLADORA	206.149
TOTAL DA RECEITA	45.279.810 RECEITAS CORRENTES	6.791.971 RECEITAS DE CAPITAL
		38.487.839

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									23.720.010
PROJETOS									
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETTRICA - LUZ PARA TODOS							23.720.010
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETTRICA - LUZ PARA TODOS - NO ESTADO DO PIAUI							23.720.010
		REDE AMPLIADA (KM) 226	I	4 - INV	2	90	0	495	23.720.010
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									19.850.100
PROJETOS									
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI							13.468.070
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							13.468.070
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 38	I	4 - INV	2	90	0	495	13.468.070
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETTRICA NO PIAUI							6.382.030
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETTRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							6.382.030
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495	6.382.030
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.709.700
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							296.500
25 752	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI							296.500
			I	4 - INV	2	90	0	495	296.500
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMATICA E TELEPROCESSAMENTO							1.413.200
25 752	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMATICA E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI							1.413.200
			I	4 - INV	2	90	0	495	1.413.200
TOTAL - INVESTIMENTO									45.279.810

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.734.992

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	3.734.992

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELETTRICA	3.734.992

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	2.734.992

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.734.992

TOTAL	3.734.992
--------------	------------------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.000.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									2.734.992
PROJETOS									
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							2.734.992
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA REDE AMPLIADA (KM) 29	I	4 - INV	2	90	0	495	2.734.992
TOTAL - INVESTIMENTO									3.734.992

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 520.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

520.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

520.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

270.000
250.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

520.000

TOTAL

520.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									270.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							270.000
25 752	0807 4103 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	270.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									250.000
ATIVIDADES									
25 752	1042 4431	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA							250.000
25 752	1042 4431 0014	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	250.000
TOTAL - INVESTIMENTO									520.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.700.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	6.700.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	6.700.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0273 LUZ PARA TODOS 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	1.000.000 5.700.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	6.700.000
TOTAL	6.700.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									1.000.000
PROJETOS									
25 752	0273 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS							1.000.000
25 752	0273 11XU 0101	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM							1.000.000
		REDE AMPLIADA (KM)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									5.700.000
PROJETOS									
25 752	1042 3259	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM)							5.700.000
25 752	1042 3259 0013	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							5.700.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	5.700.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.700.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 330.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	330.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	330.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL	330.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	330.000
TOTAL	330.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295		ENERGIA NA REGIAO SUL							330.000
		PROJETOS							
25 752	0295 3386	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA							330.000
25 752	0295 3386 0043	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							330.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 56	1	4 - INV	2	90	0	495	330.000
TOTAL - INVESTIMENTO									330.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
25 ENERGIA		787.512.444
	TOTAL - GERAL	800.355.698
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		12.843.254
752 ENERGIA ELETRICA		787.512.444
	TOTAL - GERAL	800.355.698
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		12.843.254
25 ENERGIA		787.512.444
752 ENERGIA ELETRICA		787.512.444
	TOTAL - GERAL	800.355.698
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA		30.350.000
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		91.389.803
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		33.823.341
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		294.096.751
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE		134.800.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA		1.855.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		59.002.988
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		141.592.461
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL		300.000
	TOTAL - GERAL	800.355.698
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		12.843.254
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		787.512.444
	TOTAL - GERAL	800.355.698
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		475.553.629
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		371.053.629
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		371.053.629
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		104.500.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		104.500.000
TOTAL DA RECEITA	475.553.629 RECEITAS CORRENTES 371.053.629 RECEITAS DE CAPITAL 104.500.000	

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 12.843.254

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMERCIO E SERVICOS 12.843.254

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVICOS FINANCEIROS 12.843.254

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS 10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.197.900

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A. 10.356.684
25234 BANCO DO BRASIL S.A. 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 12.843.254

TOTAL 12.843.254

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.356.684

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMERCIO E SERVICOS 10.356.684

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVICOS FINANCEIROS 10.356.684

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS 8.158.784
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.197.900

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 10.356.684

TOTAL 10.356.684

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									8.158.784
PROJETOS									
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS							8.158.784
23 694	0781 3252 0011	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 4	I	4 - INV	3	90	0	495	1.402.094
23 694	0781 3252 0012	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	1.594.056
23 694	0781 3252 0013	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	1.477.388
23 694	0781 3252 0014	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	1.202.766
23 694	0781 3252 0016	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2	I	4 - INV	3	90	0	495	593.594
23 694	0781 3252 0017	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	1.423.070
23 694	0781 3252 0051	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1	I	4 - INV	3	90	0	495	465.816
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.197.900
PROJETOS									
23 694	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							2.197.900
23 694	0807 3286 0015	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARA IMOVEL INSTALADO (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	2.197.900
TOTAL - INVESTIMENTO									10.356.684

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMERCIO E SERVICOS

2.486.570

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVICOS FINANCEIROS

2.486.570

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS

2.486.570

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

2.486.570

TOTAL

2.486.570

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS							2.486.570		
PROJETOS									
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS					2.486.570		
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA					210.400		
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	I	4 - INV	3	90	0	495	210.400
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA						220.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	220.000
23 694	0781 3324 0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA						180.001	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	180.001
23 694	0781 3324 0032	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						100.170	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	I	4 - INV	3	90	0	495	100.170
23 694	0781 3324 0033	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						455.999	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	455.999
23 694	0781 3324 0043	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						440.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	I	4 - INV	3	90	0	495	440.000
23 694	0781 3324 0052	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE GOIAS						220.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	220.000
23 694	0781 3324 0053	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO DISTRITO FEDERAL						660.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 3	I	4 - INV	3	90	0	495	660.000
TOTAL - INVESTIMENTO							2.486.570		
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							CREDITO SUPLEMENTAR		
TOTAL DO ORGAO : RS 787.512.444							RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA							787.512.444		
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes									
752 ENERGIA ELETRICA							787.512.444		
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0273 LUZ PARA TODOS							2.500.000		
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA							30.350.000		
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE							91.389.803		
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL							33.823.341		
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE							294.096.751		
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE							134.800.000		
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA							1.855.000		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							56.805.088		
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							141.592.461		
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL							300.000		
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS									
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL							1.855.000		
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR							107.666.141		
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.							37.628.620		
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.							178.000.000		
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.							13.284.500		
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO							89.937.728		
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.							194.132.637		
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE							5.650.106		
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS							6.889.628		
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON							6.459.467		
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.							3.928.976		
32273 MANAUS ENERGIA S.A.							111.200.000		
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							16.379.641		
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM							14.500.000		
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO							787.512.444		
TOTAL							787.512.444		
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO							475.853.629		
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS							371.053.629		
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA							371.053.629		
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO							104.500.000		
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA							104.500.000		
TOTAL DA RECEITA		475.853.629 RECEITAS CORRENTES		371.053.629 RECEITAS DE CAPITAL		104.500.000			

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA											1.855.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA											1.855.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA											1.855.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											1.855.000
TOTAL											1.855.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA											
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											1.855.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS											1.855.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA											1.855.000
TOTAL DA RECEITA	1.855.000	RECEITAS CORRENTES								1.855.000	0
										1.855.000	RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0476		DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA							1.855.000
		ATIVIDADES							
25	752	0476 2745							1.855.000
25	752	0476 2745 0001							1.855.000
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELETRICOS							1.855.000
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELETRICOS - NACIONAL							1.855.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	1.855.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							1.855.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 107.666.141

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA											107.666.141
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA											107.666.141
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO											101.819.945 5.846.196
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											107.666.141
TOTAL											107.666.141
QUADRO SINTESE POR RECEITA											
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											107.666.141
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS											107.666.141
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA											107.666.141
TOTAL DA RECEITA	107.666.141	RECEITAS CORRENTES								107.666.141	0
										107.666.141	RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296		ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE							101.819.945
ATIVIDADES									
25 752	0296 4477	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)							25.744.675
25 752	0296 4477 0033	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495	25.744.675
25 752	0296 6486	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ)							61.644.237
25 752	0296 6486 0033	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495	61.644.237
PROJETOS									
25 752	0296 1853	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							14.431.033
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495	14.431.033
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							5.846.196
ATIVIDADES									
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.398.705
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495	1.398.705
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							4.447.491
25 752	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495	4.447.491
TOTAL - INVESTIMENTO									107.666.141

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 37.628.620

QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									37.628.620
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELETRICA									37.628.620
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									19.000.000
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									13.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.128.620
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									37.628.620
TOTAL									37.628.620
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									23.628.620
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS									23.628.620
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA									23.628.620
TOTAL DA RECEITA	23.628.620	RECEITAS CORRENTES							
			23.628.620	RECEITAS DE CAPITAL					0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276		GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA							19.000.000
PROJETOS									
25 752	0276 3427	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA							19.000.000
25 752	0276 3427 0010	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO NORTE							19.000.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	19.000.000
0295		ENERGIA NA REGIAO SUL							13.500.000
PROJETOS									
25 752	0295 5115	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE)							13.500.000
25 752	0295 5115 0040	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE) - NA REGIAO SUL							13.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	13.500.000
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							5.128.620
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.000.000
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							4.128.620
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	4.128.620
TOTAL - INVESTIMENTO									37.628.620

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 178.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

178.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

178.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0273 LUZ PARA TODOS 2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA 7.800.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE 6.000.000
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE 134.800.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 15.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 11.900.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

178.000.000

TOTAL

178.000.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 45.200.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 45.200.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 45.200.000
TOTAL DA RECEITA 45.200.000 RECEITAS CORRENTES 45.200.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									2.500.000
PROJETOS									
25 752	0273 104B	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS							2.500.000
25 752	0273 104B 0001	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS - NACIONAL							2.500.000
		ACAO IMPLEMENTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									7.800.000
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6508 0010	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORTE							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE									6.000.000
PROJETOS									
25 752	0296 1887	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)							6.000.000
25 752	0296 1887 0051	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							6.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE									134.800.000
ATIVIDADES									
25 752	0297 4462	MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							3.000.000
25 752	0297 4462 0010	MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORTE							3.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
PROJETOS									
25 752	0297 1E89	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM)							38.000.000
25 752	0297 1E89 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIAO NORTE							38.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	38.000.000
25 752	0297 10EF	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA							27.000.000
25 752	0297 10EF 0004	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							27.000.000
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 32	1	4 - INV	2	90	0	495	27.000.000
25 752	0297 1109	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA							50.000.000
25 752	0297 1109 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA - NO ESTADO DO PARA							50.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	50.000.000
25 752	0297 1907	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA)							3.900.000
25 752	0297 1907 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 30	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0297 7096	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO							12.900.000
25 752	0297 7096 0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL							12.900.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	12.900.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									15.000.000

		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							10.000.000
25 752	0807 4101 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORTE							10.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							5.000.000
25 752	0807 4103 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORTE							5.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									11.900.000
		PROJETOS							
25 752	1042 104Z	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA							7.000.000
25 752	1042 104Z 0014	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6							7.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	7.000.000
25 752	1042 3366	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA							4.900.000
25 752	1042 3366 0014	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12							4.900.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	4.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									178.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.284.500

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

13.284.500

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

13.284.500

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3.550.000

3.943.700

5.790.800

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

13.284.500

TOTAL

13.284.500

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTQ	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									3.550.000
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							3.550.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)							3.550.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	3.550.000
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									3.943.700
		ATIVIDADES							
25 752	0295 4471	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							462.800
25 752	0295 4471 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							462.800
			I	4 - INV	2	90	0	495	462.800
		PROJETOS							
25 752	0295 12DQ	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							3.480.900
25 752	0295 12DQ 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3							3.480.900
			I	4 - INV	2	90	0	495	3.480.900
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.790.800

		ATIVIDADES								
25	752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						2.938.200	
25	752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL						2.938.200	
				I	4 - INV	2	90	0	495	2.938.200
25	752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						2.852.600	
25	752	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL						2.852.600	
				I	4 - INV	2	90	0	495	2.852.600
TOTAL - INVESTIMENTO									13.284.500	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 89.937.728

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

89.937.728

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES
 752 ENERGIA ELETRICA

89.937.728

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

84.800.175
 5.137.553

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

89.937.728

TOTAL

89.937.728

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 82.451.085
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 82.451.085
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 82.451.085
 TOTAL DA RECEITA 82.451.085 RECEITAS CORRENTES 82.451.085 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									84.800.175	
ATIVIDADES										
25	752	0294 4476	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE						6.339.869	
25	752	0294 4476 0020	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						6.339.869	
				I	4 - INV	2	90	0	495	6.339.869
PROJETOS										
25	752	0294 3370	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE						4.400.974	
25	752	0294 3370 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						4.400.974	
			OBRA EM SUBESTACOES E LINHAS DE TRANSMISSAO (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	4.400.974
25	752	0294 3378	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA						776.061	
25	752	0294 3378 0029	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA						776.061	
			SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	776.061
25	752	0294 3390	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA)						3.073.770	
25	752	0294 3390 0029	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA						3.073.770	
			LOTE IRRIGADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	3.073.770
25	752	0294 5105	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW						2.981.523	
25	752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW - NO ESTADO DA BAHIA						2.981.523	
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	2.981.523

25 752	0294 5107	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV)								67.227.978
25 752	0294 5107 0020	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV) - NA REGIAO NORDESTE								67.227.978
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16	1	4 - INV	2	90	0	495		67.227.978
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										5.137.553
ATIVIDADES										
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								2.000.000
25 752	0807 4101 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495		2.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								600.000
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495		600.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								2.537.553
25 752	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495		2.537.553
TOTAL - INVESTIMENTO										89.937.728

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 194.132.637

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

194.132.637

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

194.132.637

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

186.276.806
7.855.831

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

194.132.637

TOTAL

194.132.637

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.9.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

62.629.957
62.629.957
62.629.957

TOTAL DA RECEITA 62.629.957 RECEITAS CORRENTES 62.629.957 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE

186.276.806

ATIVIDADES										
25 752	0296 2194	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS								7.758.256
25 752	0296 2194 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495		7.758.256
25 752	0296 2200	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIAS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL								15.406.226
25 752	0296 2200 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIAS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90	0	495		15.406.226
25 752	0296 4469	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA								15.405.579
25 752	0296 4469 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495		15.405.579

25 752	0296 4478	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE								26.762.397
25 752	0296 4478 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		26.762.397
25 752	0296 8549	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA								10.744.153
25 752	0296 8549 0001	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		10.744.153
PROJETOS										
25 752	0296 3288	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO								1.469.390
25 752	0296 3288 0051	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO	I	4 - INV	2	90	0	495		1.469.390
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)								71.302.833
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	I	4 - INV	2	90	0	495		71.302.833
25 752	0296 3302	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG)								4.262.101
25 752	0296 3302 0031	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	I	4 - INV	2	90	0	495		4.262.101
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORCOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)								11.226.465
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORCOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		11.226.465
25 752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)								11.286.330
25 752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	495		11.286.330
25 752	0296 5361	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ)								4.303.076
25 752	0296 5361 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ) - NA REGIAO SUDESTE	I	4 - INV	2	90	0	495		4.303.076
25 752	0296 7066	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)								6.350.000
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	I	4 - INV	2	90	0	495		6.350.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										7.855.831
ATIVIDADES										
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								1.156.464
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		1.156.464
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								1.256.435
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		1.256.435
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								5.442.932
25 752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495		5.442.932
TOTAL - INVESTIMENTO										194.132.637

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.650.106			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		5.650.106	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELETRICA		5.650.106	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		1.800.000 3.850.106	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		5.650.106	
TOTAL		5.650.106	
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA TOTAL DA RECEITA		5.150.106 RECEITAS CORRENTES 5.150.106 RECEITAS DE CAPITAL 0	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.800.000						
ATIVIDADES									
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.300.000
25 752	0807 4102 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	2	90	0	495	1.300.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							500.000
25 752	0807 4103 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			3.850.106						
PROJETOS									
25 752	1042 3367	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE							3.850.106
25 752	1042 3367 0012	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (KM) 40	I	4 - INV	2	90	0	495	3.850.106
TOTAL - INVESTIMENTO			5.650.106						

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.889.628			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		6.889.628	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELETRICA		6.889.628	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL		5.589.628 300.000	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		6.889.628	
TOTAL		6.889.628	

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		5.789.628
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		5.789.628
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		5.789.628
TOTAL DA RECEITA	5.789.628 RECEITAS CORRENTES	5.789.628 RECEITAS DE CAPITAL
		0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									6.589.628
PROJETOS									
25 752	0294 3375	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV)							954.018
25 752	0294 3375 0027	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV) - NO ESTADO DE ALAGOAS LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 55	1	4 - INV	2	90	0	495	954.018
25 752	0294 3409	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS							5.635.610
25 752	0294 3409 0027	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS REDE AMPLIADA (KM) 200	1	4 - INV	2	90	0	495	5.635.610
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL									300.000
ATIVIDADES									
25 752	1044 4893	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA)							300.000
25 752	1044 4893 0027	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA) - NO ESTADO DE ALAGOAS ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.889.628

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.459.467

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 6.459.467

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA 6.459.467

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.200.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 4.259.467

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.459.467

TOTAL 6.459.467

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 2.724.475
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 2.724.475
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 2.724.475
TOTAL DA RECEITA 2.724.475 RECEITAS CORRENTES 2.724.475 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.200.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.200.000
25 752	0807 4101 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA							1.200.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	1.200.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.000.000
25 752	0807 4102 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RONDONIA							1.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									4.259.467
ATIVIDADES									
25 752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							500.000
25 752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							500.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
PROJETOS									
25 752	1042 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							3.759.467
25 752	1042 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							3.759.467
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 49	I	4 - INV	2	90	0	495	3.759.467
TOTAL - INVESTIMENTO									6.459.467

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.928.976

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

3.928.976

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA

3.928.976

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

3.646.088
282.888

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

3.928.976

TOTAL

3.928.976

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA
TOTAL DA RECEITA

3.408.976

3.408.976

3.408.976

3.408.976 RECEITAS CORRENTES

3.408.976 RECEITAS DE CAPITAL

0

25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							600.000
25 752	0807 4102 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	600.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							400.000
25 752	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	400.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									109.200.000
ATIVIDADES									
25 752	1042 2218	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS							6.000.000
25 752	1042 2218 0013	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
25 752	1042 2224	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS							1.000.000
25 752	1042 2224 0013	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	1042 4886	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							200.000
25 752	1042 4886 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	200.000
25 752	1042 869Q	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM)							2.000.000
25 752	1042 869Q 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
PROJETOS									
25 752	1042 3263	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM)							10.100.000
25 752	1042 3263 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14	I	4 - INV	2	90	0	495	10.100.000
25 752	1042 3398	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							20.000.000
25 752	1042 3398 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 78	I	4 - INV	2	90	0	495	20.000.000
25 752	1042 3410	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)							5.000.000
25 752	1042 3410 0013	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS REDE AMPLIADA (KM) 166	I	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
25 752	1042 7110	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO TERMELETRICA EM MANAUS							64.900.000
25 752	1042 7110 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO TERMELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	I	4 - INV	2	90	0	495	64.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									111.200.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 16.379.641

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA										16.379.641
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA										16.379.641
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL										16.379.641
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										16.379.641
TOTAL										16.379.641
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA										
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										16.049.641
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS										16.049.641
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA										16.049.641
TOTAL DA RECEITA	16.049.641	RECEITAS CORRENTES		16.049.641	RECEITAS DE CAPITAL					0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									16.379.641
PROJETOS									
25 752	0295 3380	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)							16.379.641
25 752	0295 3380 0043	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							16.379.641
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 19	1	4 - INV	2	90	0	495	16.379.641
TOTAL - INVESTIMENTO									16.379.641

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA										14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA										14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										2.400.000 12.100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										14.500.000
TOTAL										14.500.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA										
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										14.500.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS										14.500.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA										14.500.000
TOTAL DA RECEITA	14.500.000	RECEITAS CORRENTES		14.500.000	RECEITAS DE CAPITAL					0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

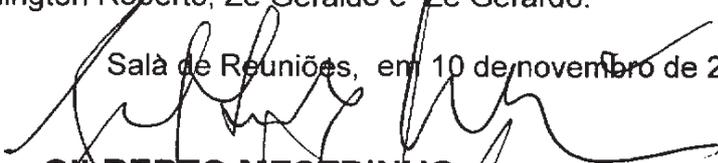
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.400.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.400.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.400.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									12.100.000
ATIVIDADES									
25 752	1042 2208	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 2208 0013	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
PROJETOS									
25 752	1042 1167	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 1167 0013	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS REDE AMPLIADA (KM) 11	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW							2.900.000
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	2.900.000
25 752	1042 1721	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM							200.000
25 752	1042 1721 0013	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	200.000
25 752	1042 3267	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS							6.000.000
25 752	1042 3267 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS CAPACIDADE DE GERACAO AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
25 752	1042 3277	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							1.000.000
25 752	1042 3277 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									14.500.000

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Segunda Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado HUMBERTO MICHILES, favorável ao **Projeto de Lei n.º 007/2005-CN** nos termos do Substitutivo apresentado. Ao Projeto foram apresentadas 22 (vinte e duas) emendas, das quais foram **APROVADAS PARCIALMENTE** as de n.ºs 12 e 19; **DECLARADAS INADMITIDAS** as de n.ºs 04, 18, 20 e 21; **REJEITADAS** as de n.ºs 01 a 03, 05 a 11, 13 a 17 e 22.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Edison Lobão, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Silhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Almir Sá, Álvaro Dias, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Humberto Michiles, Inácio Arruda, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Magalhães, João Magno, João Tota, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júnior Betão, Lael Varella, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sandes Junior, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Salá de Reuniões, em 10 de novembro de 2005.


Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente


Deputado **HUMBERTO MICHILES**
Relator

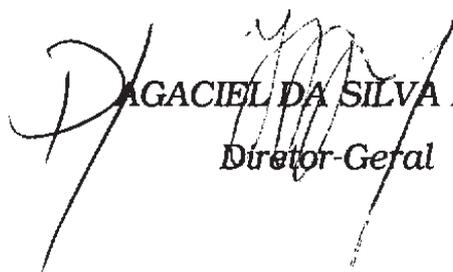
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3988 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 000603/99-6,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a LUIS CARLOS CARDOZO BONFIM, na condição de menor sob guarda, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para WALDIVINO CARDOZO BONFIM, na qualidade de companheiro, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588/2001, da remuneração que percebia a ex-servidora MARIA DA GRAÇA RIBEIRO NASCIMENTO, matrícula 31656-ERGON, a partir da data da maioridade, 10/11/2005.

Senado Federal, 14 de novembro de 2005


DAGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3989 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017770/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora SILVANE MARIA OLIVEIRA DE ALMEIDA, matrícula 51400, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 10 de novembro de 2005.

Senado Federal, 14 de novembro de 2005

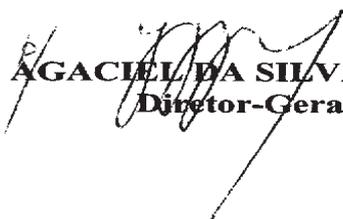

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3990 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017788/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BATISTA PONTES, matrícula 53652, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, da Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a partir de 10 de novembro de 2005, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3991, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 017787/05-0,

RESOLVE designar o servidor **ORLANDO DE SÁ CAVALCANTE NETO**, matrícula 53895, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, para exercer a Função Comissionada de Consultor-Geral Adjunto, Símbolo FC-8, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a partir de 10 de novembro de 2005.

Senado Federal, 14 de novembro de 2005

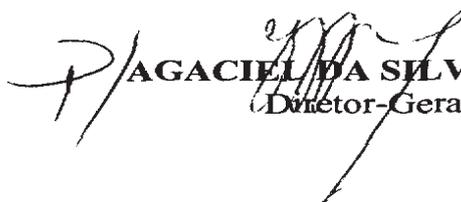

ROGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3992, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017766/05-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DAISY CATHERINE RIBEIRO ARAÚJO**, matrícula n.º 190874, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005


ROGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3993 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017762/05-7**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **ÁLVARO SILVA RIBEIRO FILHO**, matrícula n.º 174560, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005


P. AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3994 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017778/05-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **MILTON ROGERIO DE SOUZA**, matrícula n.º 191672, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005


P. AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3995 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017763/05-3**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANDRÉ SILVA RIBEIRO**, matrícula n.º 186184, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 14^{de} novembro de 2005

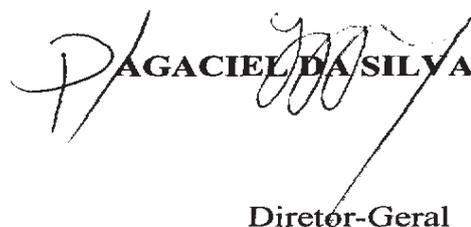

ROGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3996 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017698/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULA FRANCINETE LACERDA CAVALCANTI DE ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005


ROGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3997 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017764/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ISRAEL DOURADO GUERRA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005


P/AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3998 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017777/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO BOTELHO CARNEIRO LINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005.


P/AGACIEL DA SILVA MAIA

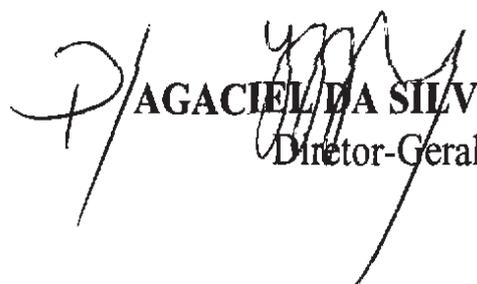
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3999 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017767/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GRACIMEIRE LIMA MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2005.


GRACIELE DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Shhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPPLY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 156 PÁGINAS